

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**FACULDADE DE DIREITO**



**Do Direito à Greve e Da Obrigação de Prestar Serviços  
Mínimos: Uma Tentativa de Delimitação**

**Sara Arrábida Marques**

**Orientador: Professor Doutor Luís Gonçalves da Silva**

*Dissertação especialmente elaborada para obtenção do grau de Mestre em Ciências  
Jurídico-Empresariais*

2018

*O impossível apenas existe na mente de quem desiste!*

(Autor desconhecido)

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Luís Gonçalves da Silva por quem tenho uma admiração infinita. Obrigada por ter cultivado e despertado em mim, logo na Licenciatura, o gosto pelo Direito do Trabalho e, em especial, pelo Direito Coletivo e por todos os ensinamentos. O meu muito obrigada! Bem-haja.

Aos meus pais, Luísa Arrábida e António Marques, a quem devo tudo aquilo que conquistei até hoje: mesmo com o vosso mau feitio, são os melhores pais do mundo. É por vós e graças a vós que aqui chego. Esta tese também é vossa.

À minha querida avó Luísa: obrigada por toda a paciência de Santa e por sempre me teres aguçado, desde tenra idade, a curiosidade com as tuas histórias mirabolantes. Há-de ser sempre a razão e a essência de todo o meu ser.

Ao meu “Rato Mickey” que, esteja onde estiver, há-de ser eterno no meu coração. Obrigada por tudo. Tenho a absoluta certeza que não poderia ter tido um avô melhor.

À minha eterna amiga (e choninhas) Daniela Verdasca, sempre presente em todos os momentos. Foi ela a minha Co-Orientadora não oficial. Quem mais poderia ser? Tenho a maior sorte do mundo em te ter como amiga. (Mariquinha, agora é que vamos para Angola, ou para Cuba, ou para onde tu quiseres!)

À Ana Raquel (desculpa mas tinha que ser), minha Bé, a minha amiga de infância. Conheces-me como à palma da tua mão. Não precisamos trocar uma palavra para sabermos, exatamente, o que a outra está a pensar. 20 anos de amizade refletem-se nisso.

À minha Mafaldinha. Obrigada por toda a tua disponibilidade, por toda a tua amizade e por toda a força que me transmites. Tens um coração do tamanho do mundo.

Ao meu Pedro. Aquele que me deu mais alento, felicidade e inspiração para terminar esta tese - afinal, a inspiração e a felicidade andam de mãos dadas. “É um amor para a vida toda”.

Por fim, obrigada à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Aprendi tanto entre aquelas paredes... E que fique aqui claro: ESTA É MESMO A MELHOR FACULDADE DE DIREITO DE PORTUGAL (quiçá do mundo).

## ÍNDICE:

AGRADECIMENTOS.....	3
ÍNDICE:.....	5
RESUMO .....	7
ABSTRACT .....	8
ABREVIATURAS.....	9
INDICAÇÕES DE LEITURA .....	10
1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1. Escolha do Tema .....	11
1.2. Plano de Investigação .....	13
PARTE I: A Necessária Delimitação do Direito à Greve.....	15
Capítulo I: Traços Evolutivos do Direito à Greve: Da Sua Negação à Afirmação enquanto Direito .....	15
2. Enquadramento .....	15
3. Do Surgimento da Greve .....	16
4. A Fase da Greve-Delito .....	19
4.1. Aspetos Gerais.....	19
4.2. Breves Antecedentes no Direito Comparado .....	21
4.3. A Evolução no Direito Português.....	24
4.3.1. A Proibição da Greve na Monarquia Constitucional Portuguesa .....	24
4.3.2. O Regime Incriminatório durante o Estado Novo .....	25
5. A Fase da Greve-Liberdade .....	30
5.1. Aspetos Gerais .....	30
5.2. Breves Antecedentes de Direito Comparado.....	32
5.3. A Evolução no Direito Português: Lei da Greve de 1910 .....	35
6. Fase da Greve-Direito .....	37
6.1. Aspetos Gerais .....	37
6.2. Breves Antecedentes de Direito Comparado.....	39
6.3. A Evolução no Direito Português: As “Leis da Greve”, Receção Constitucional e o Código do Trabalho.....	42
Capítulo II. – O Direito de Greve: Das Suas Fontes, Da Sua Caracterização e Delimitação.....	49
7. Enquadramento .....	49
8. Das Suas Fontes Jurídicas .....	49
9. Caracterização e Aspetos Gerais do Direito à Greve.....	54
9.1. “A Greve Constitui, nos Termos da Constituição, um Direito dos Trabalhadores” .....	54

9.1.1. A Regulação Constitucional-Garantística.....	54
9.1.2. O Direito à Greve é um Direito dos Trabalhadores (Subordinados)? .....	60
9.2. Como Definir a Greve: Do Seu Conceito.....	63
9.3. Da Sua Regulamentação no Código do Trabalho – Abordagem Geral ao Procedimento de Greve.....	67
9.4. Olhar Breve no Regime Disciplinador da Greve no Direito Comparado .....	72
9.4.1. Ordenamento Jurídico Espanhol .....	72
9.4.2. Ordenamento Jurídico Francês.....	75
9.4.3. Ordenamento Jurídico Italiano.....	77
9.4.4. Ordenamento Jurídico Alemão .....	79
<b>PARTE II – Os Serviços Mínimos Indispensáveis à Satisfação das Necessidades Sociais Impreteríveis .....</b>	<b>81</b>
<b>Capítulo III: Princípios Gerais Da Compatibilização do Direito à Greve com a Definição de Serviços Mínimos .....</b>	<b>81</b>
10. Enquadramento .....	81
11. Um Olhar Introdutório à Restrição ao Direito à Greve: Porquê a Sua Restrição? .....	82
12. A Lei Define as Condições de Prestação, Durante a Greve, de Serviços Mínimos Indispensáveis para Ocorrer à Satisfação de Necessidades Sociais Impreteríveis - O Caminho Traçado pelo n.º 3 do art.º 57.º da CRP .....	86
<b>Capítulo IV: Da Prestação de Serviços Mínimos Indispensáveis à Satisfação das Necessidades Sociais Impreteríveis .....</b>	<b>89</b>
13. Enquadramento .....	89
14. Uma (Tentativa) de Delimitação das Necessidades Sociais Impreteríveis .....	90
14.1. Os Elementos Delimitadores das “Necessidades Sociais Impreteríveis” .	90
14.2. Da Enumeração Exemplificativa: Os Principais Setores .....	95
15. Da Obrigação de Prestar Serviços Mínimos .....	99
15.1. Do Seu Conteúdo: Fixação do Montante dos Serviços Mínimos a Prestar	99
15.2. Regime de Prestação de Serviços Mínimos .....	105
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>108</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>113</b>

## RESUMO

O exercício do direito à greve por parte dos trabalhadores pode colidir com interesses e direitos fundamentais de terceiros, como, por exemplo, o direito à vida e à segurança. Imagine-se, desde logo, o caso paradigmático de um indivíduo gravemente ferido que morre no hospital por não ter sido socorrido atempadamente pois apenas um médico não-grevista se encontrava de serviço e este, atento o volume de trabalho, não o pôde socorrer.

Ora, precisamente porque em determinado tipo de casos – como o que acabámos de ilustrar – o exercício do direito à greve por parte dos trabalhadores causa prejuízos ou transtornos que se revelam socialmente intoleráveis, é necessário limitar e restringir o direito à greve. Esses limites traduzem-se, na nossa ordem jurídica, na necessidade de prestação de serviços mínimos por parte dos trabalhadores para satisfação das denominadas “necessidades sociais impreteríveis”.

Neste conspecto, poderemos desde já antecipar que existe uma verdadeira “relação umbilical” indissociável entre aquelas necessidades tidas por impreteríveis e a obrigação de serviços mínimos: esta última só existe se – e na medida – em que aquelas existirem e forem ameaçadas pela greve.

Porém, a verdade é que a obrigação de prestação de serviços mínimos para satisfação de necessidades sociais impreteríveis tem-se revelado, desde sempre, um dos temas mais controvertidos e discutidos na regulamentação jurídica da greve.

Assim, e no essencial, através da presente dissertação, pretendemos dar resposta às dúvidas que se colocam na determinação e compreensão da obrigação de serviços mínimos: afinal, qual o conteúdo e a natureza da obrigação de prestação de serviços mínimos a cargo dos trabalhadores? Quando é que se considera indispensável a prestação de serviços mínimos e qual a medida da sua prestação?

**Palavras-chave:** Restrição ao Direito à Greve; Serviços Mínimos; Necessidades Sociais Impreteríveis; Greve

## **ABSTRACT**

The exercise of the right to strike by workers may conflict with fundamental interests and rights of others, such as the right to life and safety. Imagine, on first hand, the paradigmatic case of a seriously injured individual who dies in the hospital because he was not rescued in a timely manner because only a single non-striking doctor was on duty and he was not able to help due to his workload.

It is precisely because in certain types of cases - such as the one we just outlined - the workers exercise of the right to strike causes harm or inconvenience that such exercise is revealed to be socially intolerable, and it is necessary to limit and restrict the right to strike. These limits reflect, in our legal system, a need for workers to provide minimum services in order to satisfy the so-called "imperative social needs".

In this respect, we can already anticipate that there is a true inseparable "umbilical relationship" between those needs that are deemed to be imperative and the obligation of providing minimum services: the latter only exists if and to the extent that those needs exist and are threatened by the strike.

Nonetheless, the truth is that the obligation to provide minimum services to meet imperative social needs has always been one of the most controversial and discussed subjects regarding the legal regulation of the strike.

Therefore, and essentially, through this dissertation we intend to give answers to doubts that arise in the determination and understanding of the obligation to provide minimum services: in the end, what is the content and nature of the workers obligation to provide minimum services? When is the obligation of providing minimum services considered indispensable and what is the extent of its provision?

**Keywords:** Restriction to the Right to Strike; Minimal Services; Essential Social Needs; Strike



## **ABREVIATURAS**

**BTE** – Boletim do Trabalho e Emprego

**BAG** - *Bundesarbeitsgericht*

**CC** – Código Civil

**CCT** – Convenção Coletiva de Trabalho

**Cfr.** – Confirmar/Confrontar

**CRP** – Constituição da República Portuguesa

**CT** – Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, com última alteração pela Lei n.º 8/2016, de 01 de abril

**CT2003** – Código do Trabalho anterior, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto, alterado pela Lei n.º 9/2006, de 20 de março e pela Lei n.º 59/2007, de 04 de setembro

**DGERT** – Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

**IRCT** – Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho

**LGTFP** - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

**MTSSS** - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

**OIT** – Organização Internacional do Trabalho

**PGR** – Procuradoria Geral da República

**STA** – Supremo Tribunal Administrativo

**STJ** – Supremo Tribunal de Justiça

**TC** – Tribunal Constitucional

**TCAN** – Tribunal Central Administrativo Norte

**TRL** – Tribunal da Relação de Lisboa

**TRP** – Tribunal da Relação do Porto

## INDICAÇÕES DE LEITURA

- Na primeira citação de um Autor indica-se o nome, título, editora, edição e ano de publicação da obra. Em todas as citações posteriores apenas será indicado o nome do autor, seguido do título completo da obra e da expressão “*op. cit.*”.
- Todas as referências e citações de doutrina ou jurisprudência estrangeira são traduzidas para português.
- Nos documentos/obras consultados na Internet será indicado o respetivo *site*.
- As decisões judiciais são citadas, *sempre que se revelar possível o acesso a tal informação*, com a indicação do tribunal, data e local de publicação, bem como, do respetivo número de processo. Caso a decisão tenha sido consultada *online*, será indicado o respetivo *site*.
- As palavras em itálico são utilizadas como referências noutra língua, mas também para destacar uma ideia ou assunto. Neste último caso poderá ser também utilizado sublinhado e negrito.
- Todas as referências a diplomas legislativos são sombreadas a negrito.
- Por fim, adverte-se ainda que o presente trabalho de dissertação foi escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico, aprovado nos termos da Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008, publicada na 1.ª Série do Diário da República de 29 de julho de 2008.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Escolha do Tema

I. O direito à greve, pelo menos na sua fase inicial – e isto sem chamar ora à colação o período em que aquele direito não era sequer reconhecido/admitido no nosso ordenamento jurídico -, começa por ser consagrado e admitido sob o prisma de que *“No contrato individual de trabalho existe um manifesto desequilíbrio entre os poderes patronais (...) e os direitos do trabalhador (...).<sup>1</sup>”*

Ainda que não concordemos que se possa ora afirmar, perentoriamente e com toda a certeza, que o trabalhador é, **sempre**, a parte mais fraca na relação laboral, certo é que não se revela possível negar que o direito à greve – e o próprio Direito do Trabalho - surge e parte daquela premissa<sup>2</sup>: *“(...) é que o fundamento mais importante do reconhecimento do direito à greve é exatamente a tentativa de contrabalançar as vantagens materiais dos empresários, vantagens que os tornam particularmente aptos a suportar prolongados conflitos laborais.<sup>3-4</sup>”*

II. Ora, mas independentemente do fundamento que tenha dado origem à consagração do direito à greve, a verdade é que o mesmo se encontra hoje consagrado – e garantido! - no **art.º 57.º da CRP** como um dos direitos fundamentais dos trabalhadores, sendo, inclusivamente, elevado à categoria de direitos, liberdades e garantias o que, conseqüentemente, determina que esteja sujeito ao denominado regime material daquela categoria de direitos (cfr. **arts.º 17.º e ss. da CRP**).

De facto, e como é, hoje, unanimemente reconhecido por toda a doutrina, *“A greve é o principal dos conflitos coletivos de trabalho, com a sua admissibilidade a contribuir para a melhoria das condições de vida e trabalho das populações, o desenvolvimento das empresas, a concorrência entre elas e a paz social.<sup>5</sup>”*

---

<sup>1</sup> JOÃO CAUPERS, *Os Direitos Fundamentais dos Trabalhadores e a Constituição*, Almedina, 1985, pp. 172-173.

<sup>2</sup> Tanto assim é que o **n.º 4 do art.º 57.º da CRP** e o **n.º 2 do art.º 544.º do CT** proíbem o lock-out por parte do empregador.

<sup>3</sup> Sublinhado nosso.

<sup>4</sup> *Idem*, op. cit., p. 173.

<sup>5</sup> JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, Almedina, 2012, p. 72.

**III.** Porém, e não obstante a essencialidade e fundamentalidade reconhecida àquele direito, não poderemos considerar o direito à greve como um direito absoluto e de exercício ilimitado: nestes termos, a **CRP no n.º 3 do art.º 57.º** veio estabelecer que, quer a segurança e manutenção de equipamentos e instalações, quer **a prestação de serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, devem prevalecer sob o direito à greve que, tanto num caso como noutro, se vê limitado no seu exercício.**

No fundo, é a necessidade de compatibilizar o direito à greve com o exercício, por parte dos utentes e cidadãos em geral, de outros direitos fundamentais considerados vitais, impreteríveis e inadiáveis que determina a necessidade de restringir e limitar aquele direito com vista à prestação de serviços mínimos. Neste conspecto, e adiante-se, “(...) o direito fundamental à greve poderá, de certo, ter de ceder e de sofrer acomodações, mas só quando aqueles prejuízos ou transtornos se revelarem socialmente intoleráveis, vale dizer, só quando a paralisação da atividade inerente à greve se revelar apta a comprometer a satisfação de necessidades sociais impreteríveis (...).”<sup>6-7</sup>.

Com efeito, e neste sentido, refira-se mesmo que o reconhecimento da necessidade do direito à greve se harmonizar e compatibilizar com outros direitos fundamentais é, não só, uma tendência generalizada nos países de tradição romano-germânica, mas, também, algo que os próprios Sindicatos nacionais reconhecem.

**IV.** Assim, com a presente dissertação pretendemos, não só delinear e delimitar o direito à greve – compreendendo a sua evolução histórica, o seu conceito e o seu regime -, mas, também, ater-nos na questão essencial e mais discutida na temática da regulamentação jurídica da greve: a sua compatibilização com outros direitos, interesses e bens jurídicos fundamentais.

Deixamos já aqui enunciada, em termos genéricos, as duas principais questões que pretendemos ver resolvida na presente dissertação: afinal, quando é que estamos perante uma necessidade social impreterível capaz de justificar a prestação de

---

<sup>6</sup> Sublinhado nosso.

<sup>7</sup> JOÃO LEAL AMADO, *Os Limites do Direito à Greve e os Serviços Mínimos*, in Boletim de Ciências Económicas, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014, p. 200.

serviços mínimos e a consequente restrição do direito à greve? Como caracterizar e concretizar a obrigação de prestação de serviços mínimos?

Vejamos então.

## **1.2. Plano de Investigação**

**I.** Iniciamos a presente dissertação analisando a evolução histórica da greve nas chamadas três fases da greve – a fase da greve-delito; fase da greve liberdade e, por fim, fase da greve direito - quer ao nível do Direito comparado, quer ao nível do Direito nacional, demonstrando, assim, que o fenómeno grevista conheceu diversos “avanços e recuos”.

De seguida, iremos analisar as diversas fontes jurídicas das quais emerge o direito à greve passando, de seguida, à caracterização e delimitação do direito à greve, percebendo o seu conceito e critérios e traçando, em termos necessariamente breves, o seu regime geral substantivo resultante do **CT**. Será também neste 2.º capítulo que faremos uma breve excursão ao regime jurídico da greve nos ordenamentos jurídicos de tradição romano-germânica (Espanha, França, Itália e Alemanha).

**II.** Na II Parte desta dissertação iremos examinar e compreender a ligação intrínseca que se estabelece entre a greve e a prestação de serviços mínimos com vista à satisfação de necessidades sociais impreteríveis.

Deste modo, no 3.º capítulo deste trabalho começaremos por demonstrar e explicitar que o direito à greve sofre restrições e limitações para, logo de seguida, e partindo da análise do **n.º 3 do art.º 57.º da CRP**, nos atermos naquela que é a sua principal restrição ou limitação - a prestação de serviços mínimos indispensáveis à satisfação de necessidades sociais impreteríveis.

Chegados aqui, no 4.º capítulo iremos então densificar e concretizar o conceito de necessidades sociais impreteríveis porquanto, só assim, a nosso ver, se revela possível analisar a obrigação de prestação de serviços mínimos. Porém, deixamos já aqui a ressalva de que estamos perante um conceito indeterminado, razão pela qual a análise casuística se revela determinante.

Por fim, e mostrando-se concretizadas, em termos genéricos, as necessidades sociais impreteríveis e essenciais que não podem, em caso de greve, deixar de ser satisfeitas por parte dos trabalhadores, iremos, seguidamente, ater-nos na caracterização da obrigação de prestação de serviços mínimos que surge, naqueles casos, na esfera jurídica dos trabalhadores. Neste sentido, mostra-se determinante identificar o critério legal e os princípios à luz dos quais os serviços mínimos devem ser concretizados, fixar o montante dos serviços mínimos a prestar pelos trabalhadores e analisar os efeitos que aquela obrigação gera nos contratos de trabalho.

## PARTE I: A Necessária Delimitação do Direito à Greve

### Capítulo I: Traços Evolutivos do Direito à Greve: Da Sua Negação à Afirmação enquanto Direito

**SUMÁRIO:** 2. Enquadramento 3. Surgimento da Greve 4. Fase da Greve-Delito 4.1. Aspectos Gerais 4.2. Breves Antecedentes no Direito Comparado 4.3. A Evolução no Direito Português 4.3.1. A Proibição da Greve na Monarquia Constitucional Portuguesa 4.3.2. O Regime Incriminatório Durante o Estado Novo 5. A Fase da Greve Liberdade 5.1. Aspectos Gerais 5.2. Breves Antecedentes de Direito Comparado 5.4. A Evolução no Direito Português: Lei da Greve de 1910 6. Fase da Greve Direito 6.1. Aspectos Gerais 6.2. Breves Antecedentes de Direito Comparado 6.3. A Evolução no Direito Português: As “Leis da Greve”, Receção Constitucional e o Código do Trabalho;

#### 2. Enquadramento

I. Num primeiro momento, antes, pois, de ingressar no tema central desta dissertação, entendemos ser fundamental compreender o direito à greve na sua generalidade: de facto, não cremos ser possível a abordagem da definição de serviços mínimos sem antes compreender os traços do regime do facto que lhe dá origem.

Neste sentido, neste 1.º Capítulo traçaremos um esboço, *necessariamente não exaustivo*, da sua evolução histórica, analisando as chamadas três fases da greve<sup>8</sup> – a fase da greve-delito; fase da greve liberdade e, por fim, fase da greve direito - quer ao nível do Direito comparado, quer ao nível do Direito nacional.

II. De facto, não temos quaisquer dúvidas de que a *“análise histórica é uma das modalidades hermenêuticas que melhor indica o sentido de um fenómeno jurídico”*<sup>9</sup>: afinal, e como afirmava a Sra. Professora de História Odília Gontardo Freitas no seu ensino oral, só através da História conseguimos conhecer o passado, para, assim, perceber o presente e preparar o futuro. Atrevemo-nos ainda a acrescentar que este “ponto de partida” faz ainda mais sentido quando nos referimos à greve, na medida

---

<sup>8</sup> Não obstante ser este o esquema de evolução típico da greve, cabe desde já advertir para o facto da sua evolução se ter passado com algumas oscilações e ritmos diversos, verificando-se, em diversos países – como é o caso de Portugal -, alguns “avanços e recuos”.

<sup>9</sup> ANA LUÍSA MEURER RAMOS, *A Greve no Setor Público: O Caso dos Magistrados*, Dissertação de Mestrado, na área de especialização em Ciências Jurídico-Empresariais, com menção em Direito Laboral, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, outubro de 2014, Universidade de Coimbra, p. 12.

em que esta se apresenta como uma “*matéria socialmente muito sensível*”<sup>10</sup>, estando, pois, dependente da evolução sociopolítica dos diversos sistemas jurídicos<sup>11</sup>.

### 3. Do Surgimento da Greve

I. A greve é, sem sombra de dúvidas, o conflito laboral coletivo<sup>12</sup> paradigmático<sup>13</sup>, sendo que alguns Autores encontram manifestações grevistas, “*enquanto fenómenos de luta social*”<sup>14</sup>, logo na Antiguidade e na Idade Média.

Neste sentido, FERNANDO EMYGDIO DA SILVA<sup>15</sup> refere que naquelas épocas históricas mais remotas, “*as greves não são impossíveis: as greves são apenas (...) de êxito muito problemático e, portanto, raras vezes, muito raras vezes se terão dado*”<sup>16</sup>: aliás, já no século III se regista a existência de associações e agrupamentos operários – o que desde logo pressupõe o debate e a reivindicação -, bem como a existência de

---

<sup>10</sup> Nas palavras de ROSÁRIO RAMALHO, “*As dificuldades dogmáticas suscitadas pelo fenómeno da greve evidenciam-se logo no seu percurso histórico-legislativo tormentoso comprovado na hostilidade inicial da ordem jurídica em relação a ele, lapidariamente traduzida no seu enquadramento criminal; e, depois, na lentidão da sua evolução, primeiro no sentido de mera tolerância e, mais tarde, no sentido da sua consagração como direito dos trabalhadores.*”. MÁRIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III*, Almedina, 2.ª edição, 2015, p. 428.

<sup>11</sup> *Idem.*, *op cit.*, p. 428.

<sup>12</sup> O conflito coletivo laboral pode ser definido como uma pretensão/reivindicação, resultante da discordância e da divergência de interesses laborais, apresentada pelos trabalhadores, representados, ou não, por associação sindical ou comissão de trabalhadores, contra a entidade patronal ou um grupo de entidades patronais. Os conflitos coletivos podem, desde logo, surgir quanto à interpretação e aplicação das normas vigentes (*e.g.*, problemas interpretativos quanto a cláusulas de convenções coletivas ou incumprimento de determinada norma legal pela entidade patronal), quer mesmo relativamente à criação ou alteração de um determinado IRCT. Assim, porque é preciso garantir a composição de tais conflitos, o nosso legislador preocupou-se em estabelecer processos de resolução dos mesmos: a conciliação (art.º 523 a 525 do CT), a mediação (art.º 526 a 528.º do CT) e a arbitragem (art.º 505.º a 513.º e 529.º do CT). De facto, dúvidas não restam de que os conflitos coletivos têm representado uma melhoria das condições de trabalho, assumindo um papel central no Direito do Trabalho. PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho*, Almedina, 2015, p. 1182.

<sup>13</sup> Para além da greve poderemos ainda referir, de entre os conflitos coletivos de trabalho, o boicote (por exemplo, os trabalhadores decidem não usar determinados serviços da empresa, como seja o refeitório), a ocupação (os trabalhadores, em face de determinado condicionalismo, decidem invadir a empresa) ou, até mesmo, o *lock-out* (cfr. **art.º 544.º do CT**). *Vide*, por todos, ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Manual de Direito do Trabalho*, Livraria Almedina, Coimbra, 1997, p.357; PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho*, *op cit.*, p. 1187.

<sup>14</sup> *Idem.*, *op cit.*, p. 424.

<sup>15</sup> Também BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER e FRANCISCO LIBERAL FERNANDES referem que se encontram “*sinais da existência de greves desde a mais alta antiguidade*”, referindo aquele primeiro autor que tanto nas civilizações mesopotâmicas antigas, como na sociedade romana, há vestígios de greves. BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Direito da Greve*, Verbo, 1984, p. 16; FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, Coimbra Editora, 2010, p. 26, nota 6.

<sup>16</sup> FERNANDO EMYGDIO DA SILVA, *As Greves*, Volume I, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1913, p. 12.



algumas manifestações coletivas. De acordo com BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER<sup>17</sup>, a primeira greve conhecida, a qual registou êxito, foi a dos operários que trabalhavam no túmulo de Ramsés III (Egipto), como forma de protesto ao não pagamento de salários e contra as condições de trabalho; Refira-se, ainda, a título de exemplo, na Roma Antiga, a retirada dos tocadores de flautas para Tibur, em protesto à sua exclusão dos banquetes sagrados do templo de Júpiter, bem como, a greve dos padeiros de Magnesia, que teve como fim melhorar as condições de trabalho, a qual foi “(...) sangrentamente reprimida.”<sup>18-19</sup>.

II. Assim, a nosso ver, os movimentos de recusa voluntária da prestação de trabalho ocorridos antes da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, - apesar de, na sua estrutura, serem bem diversos das greves dos nossos dias, o que não nos permite, pois, equiparar situações – não eram totalmente ignorados, assumindo-se mesmo como “*um embrião das lutas de hoje*”<sup>20</sup>.

De facto, apesar das greves aparecerem “de mãos dadas” à revolução francesa e à revolução industrial<sup>21</sup>, não esquecendo, ainda, a forte ligação entre o movimento grevista e o surgimento das primeiras organizações associativas<sup>22</sup>, bem como, o desequilíbrio da relação laboral e as degradantes condições de trabalho e de

---

<sup>17</sup> BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Direito da Greve*, op cit., p. 16.

<sup>18</sup> FERNANDO EMYGDIO DA SILVA, *As Greves*, op cit., pp. 17-18.

<sup>19</sup> Durante o século X e XIII registam-se alguns conflitos, disso sendo exemplo o de 1378 em Florença, em que os operários, devido a exigências salariais, entraram em guerra civil. *Idem*, op. cit., p. 19.

<sup>20</sup> *Idem*, op cit., p. 19.

<sup>21</sup> De acordo com a Professora ROSÁRIO RAMALHO, apenas após a Revolução Francesa se pode qualificar a greve num sentido puramente jurídico. Em França é comum designar-se tal fase como “*período heroico do sindicalismo em que o valor formativo da greve é exaltado: «elle eduque, elle aguerrit, elle entraine et elle crée (GRIFFUEHLES)*”. MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III*, op cit., p. 423; BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Direito da Greve*, op cit., p. 17.

<sup>22</sup> Apesar de termos por assente que a greve e a associação são situações jurídicas distintas, temos para nós que a associação, enquanto “*união permanente e fixa por que se defendem os gerais interesses profissionais*”, neste caso, dos trabalhadores, acaba por potenciar a greve e estar intimamente relacionada com esta: tal como refere FERNANDO EMYGDIO DA SILVA, o movimento operário gravita em torno da greve e da associação.

Em Portugal as primeiras propostas de associativismo datam de 1839 com o Projeto de associação para o melhoramento das classes industriais e a Sociedade dos artistas lisboenses, a que se seguiu a fundação da Associação dos Operários em 1850 e a do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas em 1852, considerando EMYGDIO DA SILVA que estas duas últimas associações são “*quem marca o início do movimento operário*”. FERNANDO EMYGDIO DA SILVA, *As Greves*, op cit., pp. 35,98 e 268; JOSÉ BARRETO, *Uma Greve Fabril em 1849*, in *Análise Social*, Volume XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, p. 493; (Direção de) JOSÉ MATTOSO, *História de Portugal – O Liberalismo*, Volume X, Circulo de Leitores, 2008, p. 215.

subsistência dos trabalhadores<sup>23</sup> que a grande indústria potenciou, é, ainda assim, possível apontar-se a existência de verdadeiras greves quer em Portugal, quer um pouco por toda a Europa, ainda antes da revolução industrial – “a não ocorrência de greves pré-industriais é que seria para admirar (...)”!<sup>24</sup>

**III.** Deste modo, e apesar de Portugal ser apontado como um caso de um tardio aparecimento de movimento grevista, devendo-se tal facto, desde logo, quer ao tipo de industrialização, que se fazia sentir pouco intenso e disperso<sup>25</sup>, quer ao reduzido nível de formação dos operários<sup>26</sup>, ainda assim são várias as greves, ou, pelo menos, *os acontecimentos semelhantes às greves*, que ocorrem no nosso país, durante o Antigo Regime: em 1628, as fiandeiras do Porto abandonam, como forma de protesto, o seu local de trabalho; no ano de 1732, os operários das obras de construção do Palácio de Mafra, em virtude do atraso no pagamento dos seus salários, recusam continuar a laborar<sup>27</sup>.

**IV.** Porém, não negamos que é durante o Liberalismo, com as manifestações do operariado, que o movimento grevista começa a ganhar o seu peso. Neste conspecto, poderemos apontar a greve dos operários do Arsenal (marinha), ocorrida em 1829, que, segundo JOSÉ TENGARINHA<sup>28</sup> é a primeira greve que com alguma dimensão ocorre em Lisboa; por sua vez, regista-se no ano de 1849 a greve metalúrgica dos operários de cinco fábricas de fundição e serralharia da zona de Boavista, em Lisboa, que, de acordo com JOSÉ BARRETO, “*terá sido a primeira greve industrial acontecida*

---

<sup>23</sup> A precariedade dos operários, desde logo, em consequência da grande migração de trabalhadores para os centros fabris e urbanos, provocando, assim, uma grande concentração de trabalhadores e o recurso em grande escala ao trabalho subordinado, está intimamente relacionada com o aparecimento de movimentos grevistas. EMYGDIO DA SILVA realça que “*na curva ascensional do movimento das greves retrata-se fielmente um problema de sofrimento e de miséria (...) eles são a marcha do desespero e da fome, em si alinham o lamentável exército da tristeza e da dor*”. FERNANDO EMYGDIO DA SILVA, *As Greves*, op cit., p. 34.

<sup>24</sup> JOSÉ BARRETO, *Uma Greve Fabril em 1849*, op cit., p. 479, nota 5.

<sup>25</sup> Refira-se que a primeira máquina a vapor apenas foi introduzida em Portugal no ano de 1831. JORGE LEITE, *Direito da Greve - Das lições ao 3.º ano da FDUC*, Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra – Serviço de Textos, Coimbra, 1994, p. 17.

<sup>26</sup> JOSÉ MATTOSO acrescenta ainda que alguns movimentos católicos atuaram como refreadores do movimento operário grevista, o mesmo se refira quanto à literatura que, salvos raras exceções, também não contribuiu para a divulgação do movimento operário. JOSÉ MATTOSO, *História de Portugal – O Liberalismo*, op. cit., p. 216-217.

<sup>27</sup> JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, Volume V, Lisboa, Editorial Verbo, 1980, p. 261, apud JOSÉ BARRETO, *Uma Greve Fabril em 1849*, op cit., p. 479, nota 5.

<sup>28</sup> JOSÉ TENGARINHA, *As Greves em Portugal: Uma Perspetiva Histórica do Século XVIII a 1920*, in *Análise Social*, Volume XVII (67-68), 1981 – 3.º - 4.º, p.583.

*em Portugal.*”<sup>29-30</sup>, mencionando BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER<sup>31</sup> que o ano de 1849 é aquele que marca o início das primeiras greves que surgem, durante a Monarquia, com algum destaque e relevância.

Todavia, é na década de 70 – denominada por alguns historiadores por “*o salto dos anos 70*”<sup>32</sup> – que se regista um verdadeiro surto grevista, registando-se, no ano de 1871, 13 greves e no ano de 1872, 33 greves<sup>33</sup>.

#### **4. A Fase da Greve-Delito**

##### **4.1. Aspetos Gerais**

I. Tal como referido *supra*, precisamente por ter sido durante o Liberalismo que se regista, um pouco por todo o mundo, um aumento do número de greves, os Estados Liberais do século XIX, – bem como, os sistemas corporativistas ou socialistas<sup>34</sup> –, por serem avessos aos ideais que presidiam as greves, como forma de reação a este conflito coletivo de trabalho começam por o considerar, no plano do Direito, um verdadeiro delito civil e criminal, *i.e.*, no plano do Direito Civil a greve era considerada como um incumprimento do contrato de trabalho, o que motivava, pois a “(...) *rutura unilateral e injustificada do vínculo laboral por parte do trabalhador*

---

<sup>29</sup> JOSÉ BARRETO, *Uma Greve Fabril em 1849*, *op cit.*, p. 480.

<sup>30</sup> Esta greve ocorreu com o objetivo de abolir os serões: “*O que os operários exigiam (...) era trabalhar apenas de sol a sol em todas as estações do ano, sem diminuição do salário que antes auferiam*”. De acordo com o descrito por JOSÉ BARRETO, houve um grande espírito de resistência por parte dos operários, tendo as fábricas ficado completamente paradas durante os dias de greve. Contudo, alguns dos operários apenas aderiram à greve com medo de represálias por parte dos outros trabalhadores. *Idem*, *op cit.*, p. 485.

<sup>31</sup> BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Direito da Greve*, *op cit.*, p. 20, nota 2.

<sup>32</sup> M. VILLAVERDE CABRAL, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*, Porto, Regra do Jogo, 1976, p. 270 e ss., *apud* JORGE LEITE, *Direito da Greve - Das lições ao 3.º ano da FDUC*, *op. cit.*, p. 19

<sup>33</sup> Porém, de acordo com JOSÉ TENGARRINHA, após 1872 o movimento grevista decresce continuamente, registando o número mais baixo em 1878 com apenas uma greve. JOSÉ TENGARRINHA, *As Greves em Portugal: Uma Perspetiva Histórica do Século XVIII a 1920*, *op. cit.*, pp. 585-586.

<sup>34</sup> Os sistemas socialistas, não obstante reconhecerem que os conflitos coletivos são a base do progresso e do desenvolvimento, uma vez alcançado o poder pelos seus seguidores, aqueles conflitos e lutas de classes, onde se insere a greve, passam a ser considerados contrários ao espírito da revolução. No fundo, e como os “*empregadores foram suprimidos, não pode[m] os trabalhadores fazer greves contra si próprios*”. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Manual de Direito do Trabalho*, *op. cit.*, p. 361.

(...)<sup>35</sup>”, sendo ainda perspectivada no plano penal como um ilícito criminalmente relevante.

**II.** No fundo, e do ponto de vista ideológico, o liberalismo parte do pressuposto que o mercado,- incluindo, pois, o mercado de trabalho -, através da livre concorrência e do jogo natural da lei da oferta e da procura, se auto regula, termos em que se deve premiar o individualismo.

Nestes termos, e ao abrigo desta corrente ideológica e política, as condições de prestação de trabalho apenas poderiam ser objeto de pressões individuais, o que leva a que se considere a greve, enquanto fenómeno coletivo que é, um fator impeditivo da prestação de trabalho em regime de absoluta liberdade<sup>36</sup>: neste conspecto, a greve “(...) *era qualificada como uma ação contrária à ordem pública, à segurança do Estado e aos princípios jurídicos em que assentava a ordem económica – a liberdade individual e a liberdade de concorrência – (...). A coligação dos trabalhadores era, no essencial, visto como uma ação contra o Estado e não um meio de autotutela dirigido à entidade patronal (...).*”<sup>37</sup>.

**III.** Por outro lado, sob o prisma do autoritarismo corporativo, “*Os conflitos coletivos eram, sob o seu domínio, considerados como primitivas manifestações de justiça privada, a superar através da justa intervenção do Estado.*”<sup>38</sup>: no fundo, e porquanto o Estado corporativo se fundava no valor geral da solidariedade entre trabalhadores e empregadores, em que o interesse nacional deveria sempre prevalecer, a greve era, na sua génese, considerada incompatível com o bem-estar geral da comunidade e do Estado corporativo<sup>39</sup>.

---

<sup>35</sup> MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III*, op. cit., p. 427.

<sup>36</sup> MÁRIO PINTO, *Direito do Trabalho – Sumário das Lições Proferidas ao Curso do 4.º Ano de Direito*, Universidade Católica Editora, 1996, p. 36; FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, op. cit., p. 26-29; Cfr. Preâmbulo do **Decreto-Lei n.º 23:870, de 18 de maio de 1934**.

<sup>37</sup> FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, op. cit., p. 29.

<sup>38</sup> ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Manual de Direito do Trabalho*, op. cit., p. 361.

<sup>39</sup> BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Manual de Direito do Trabalho*, Verbo Editora, 2014, p. 157.

## 4.2. Breves Antecedentes no Direito Comparado

I. Professando aqueles ideais liberais, em França, a lei de *Le Chapelier* de 1791 não permitindo, quer por parte dos trabalhadores, quer por parte dos empregadores, qualquer forma de intervenção para a defesa dos seus interesses comuns, é um dos diplomas legislativos que bem representa os ideais liberais: Chapelier, nas conclusões que acompanham a referida lei, refere que “*deve-se, sem dúvida, permitir a todos os cidadãos que se reúnam; mas não se deve permitir aos cidadãos de certas profissões que se reúnam para seus pretendidos interesses comuns. Não há mais corporação no Estado; não há senão o interesse particular de cada indivíduo e o interesse geral. Não é permitido a ninguém inspirar aos cidadãos um interesse intermediário, separá-los da coisa pública por um espírito de corporações.*”<sup>40-41</sup>.

Deste modo, do seu art.º 4.º resultava que “*se, contra os princípios da liberdade da Constituição, os cidadãos pertencentes às mesmas profissões, artes e ofícios tomarem deliberações ou celebrarem entre si convenções destinadas a recusar, de comum acordo, ou a não aceitar senão um determinado preço como paga da sua indústria ou do seu trabalho, as ditas deliberações e convenções, acompanhadas ou não de juramento, são declaradas inconstitucionais, atentatórias da liberdade e da declaração dos direitos do homem e são nulas de nenhum efeito.*”<sup>42</sup>.

Por seu turno, o **Código Penal Francês de 1810**, veio, também, punir e criminalizar as paralisações de trabalho acordadas entre os trabalhadores<sup>43</sup>, sendo a sua tentativa punida com uma pena entre um ou três meses de pena de prisão<sup>44</sup>; já no

---

<sup>40</sup> JEAN IMBERT, GÉRARD SAUTEL; MARGUERITE BOULET-SAUTEL, *Histoire des institutions et des faits sociaux (X-XX siècle)*, Paris, Presses Universitaires de France, 1956, p. 279-281, *apud* JOÃO TRISTAN VARGAS, *Qual é o liberalismo da Lei Chapelier? Seu significado para os contemporâneos e para a historiografia francesa dos séculos XIX e XX*, in Revista Mundos do Trabalho, vol. 3, n.º 5, janeiro-junho de 2011, p. 218;

<sup>41</sup> Sublinhado nosso.

<sup>42</sup> Sublinhado nosso.

<sup>43</sup> Estima-se que cerca de 10.000 pessoas tenham sofrido a aplicação de tais penas. ALFREDO RAMOS PÉREZ-OLIVARES, *Aproximación Histórica al tratamiento de la huelga en la España Preconstitucional*, in Saberes, Revista de estudios jurídicos, económicos y sociales, vol. 4, ano 2009, p. 7.

<sup>44</sup> De facto, embora fossem criminalizadas e punidas tanto as coligações dos trabalhadores, como as dos empregadores, constata-se que o Código Penal consagrava, atendendo à pena estipulada, uma clara discriminação entre as primeiras e as segundas: a punição dos empregadores que impusessem, “*injustamente e abusivamente, a diminuição dos salários, seguida de uma tentativa ou início de*

caso do ilícito ser praticado por “*Les chefs ou mouteurs*” – dirigentes - com prisão de dois a cinco anos<sup>45</sup> (**art.ºs 414.º a 416.º**).

**II.** Também em **Inglaterra**, e logo em 1725, Jorge I estabeleceu a pena de morte para os grevistas, sendo que, e atenta a ocorrência de movimentos coletivos de operários, denominados como *combinations*, em 1799 e 1800 surgiram os *Combination Acts* que consideravam o sindicalismo ilegal, reprimindo a ação coletiva e combinada dos trabalhadores com o objetivo de, *e.g.*, promover um aumento salarial ou uma diminuição da carga horária, com penas de três meses de prisão ou dois meses de trabalhos forçados.

**III.** Em **Espanha**, a punição da greve começa por aparecer, ainda que tenuemente, explanada no **Código Penal de 1822**, nos seus **art.ºs 316.º e ss.**, sendo contudo no **Código Penal de 1848** e, posteriormente, no **Código de 1870**, que tal delito surge expressamente previsto: assim, nos termos do **art.º 461.º e 556.º** resulta que as coligações que tivessem como fim encarecer ou baratear abusivamente o preço do trabalho, ou regular as suas condições, seriam punidas com pena de prisão ou multa, sendo que, no caso do estipulado pelo **art.º 556.º do Código Penal de 1870**<sup>46</sup>, a pena de multa foi eliminada, sendo somente aplicada pena de prisão<sup>47</sup>.

No seguimento da guerra civil espanhola e da subida de Franco ao poder, após várias décadas de permissão e reconhecimento da liberdade de greve, é promulgado, através do **Decreto de 09 de março de 1938**, o *Fuero del Trabajo*: este diploma, depois de firmar o relevo da produção nacional e elevá-la a unidade económica ao

---

*execução*”, seria punida com pena de prisão de seis dias a um mês e multa de 200 a 3.000 francos (cfr. **art.º 414.º**).

<sup>45</sup> MARIO DE LA CUEVA menciona que “(...) os tribunais aplicaram a norma com refinada crueldade.”. MARIO DE LA CUEVA, op. cit., p. 203, *apud* OLGA MARIA BOSCHI AGUIAR DE OLIVEIRA, *A Universalidade do Princípio da Liberdade Sindical*, in SEQUENCIA, Publicação do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, p. 4.

<sup>46</sup> Quando o **Código Penal Espanhol de 1870** entrou em vigor, já se havia reconhecido o direito de reunião (**Decreto-Lei de 01 de novembro de 1868**) e o direito de associação (**Decreto de 20 de novembro de 1868**), ambos reconhecidos pela **Constituição Espanhola de 1869** (*e.g.*, **art.º 17.º e 19.º**).

<sup>47</sup> O **Código Penal Espanhol de 1848** previa no **art.º 461.º** uma diminuição da pena de multa quando a coligação de trabalhadores com intento grevista se verificasse em populações com menos de 10.000 habitantes. Por sua vez, tanto o **Código Penal de 1848** como o de **1870** previam que a pena de prisão seria aumentada para o seu teto máximo quanto aos dirigentes e demais responsáveis pela organização da coligação, bem como, quanto àqueles que fizessem parte dos ora denominados piquetes violentos (**art.º 461.º do Código Penal de 1848** e **art.º 556.º do Código Penal de 1870**).

serviço da pátria, qualificava como delito de “*lesa patria*” os atos individuais ou coletivos que perturbassem a normalidade da produção ou atentassem contra ela (n.º 1 e 2 da declaração XI). Em 1944 entra em vigor o novo **Código Penal Espanhol**, do qual resulta, do n.º 3 do art.º 222.º e do art.º 223.º, a criminalização de “*Las huelgas de obreros*”, o que originou, conseqüentemente, uma redução drástica do número de greves<sup>48</sup>.

IV. Na **Alemanha**, a primeira reação do poder político à greve foi a sua criminalização: assim, o **Código Industrial Prussiano de 1845**, por influência da Revolução Francesa, impõe severas sanções aos trabalhadores grevistas sendo que, e em determinados casos, podia mesmo chegar a aplicar-se a pena de morte<sup>49</sup>.

V. Por sua vez, no **Brasil**, o **Código Penal de 1890**, aprovado pelo **Decreto n.º 847, de 11 de outubro**, inspirado no Código Penal Português de 1852 e 1886, estabelecia que quem provocasse a cessação ou suspensão de trabalho seria punido com pena de prisão de um a três meses, sendo que, caso tal cessação ou suspensão resultasse da coligação de trabalhadores, as penas seriam de dois a 6 meses de prisão (**art.º 206.º**).

Mais tarde, e após um período de tolerância do movimento grevista, através da **Lei n.º 35/1935**, e do **Código Penal de 1937**, a greve passou a ser novamente enquadrada como um delito e qualificada, nos termos do **art.º 139.º do Código Penal de 1937**<sup>50</sup>, como um “*(...) recurso antissocial, danoso à relação capital-trabalho e incompatível com os interesses nacionais*.”<sup>51</sup>; neste mesmo sentido, o **art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 431, de 18 de maio de 1938** considerava como crime “*induzir empregadores ou empregados à cessação ou suspensão do trabalho*”.

---

<sup>48</sup> ALFREDO RAMOS PÉREZ-OLIVARES, *Aproximación Histórica al tratamiento de la huelga en la España Preconstitucional*, op. cit., p. 11.

<sup>49</sup> CARLOS MOLERO MANGLANO/ JOSÉ MANUEL SÁNCHEZ-CERVERA VALDÉS/M<sup>a</sup> JOSÉ LÓPEZ ÁLVAREZ/ANA MATORRAS DÍAZ-CANEJA, *Manual De Derecho Del Trabajo*, 10.ª Edição, Thomson Reuters, p. 966

<sup>50</sup> A própria **Constituição de 1937** estabelecia no seu **art.º 139.º** que “*A greve e o lock-out são declarados recursos antissociais nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional*.”

<sup>51</sup> ANA LUÍSA MEURER RAMOS, *A Greve no Setor Público: O Caso dos Magistrados*, op. cit., p. 23; CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE, MARCELLO WANDERLEY MAIA PAIVA, PAULO ROBERTO VIEIRA ROCHA, *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região*, volume 19, n.º 1, 2012, p. 80.

Também o **Código Penal de 1940**, nos **art.ºs 200.º a 202.º**, punia com pena de prisão e multa **(i)** a suspensão ou abandono coletivo do trabalho<sup>52</sup> - desde que praticados com violência; **(ii)** a suspensão ou abandono coletivo que provocasse a interrupção de ordem pública ou de serviço de interesse coletivo; e, por fim, **(iii)** a invasão ou ocupação de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola, com o objetivo de impedir ou embaraçar o curso normal do trabalho, ou danificar o estabelecimento.

#### **4.3. A Evolução no Direito Português**

##### **4.3.1. A Proibição da Greve na Monarquia Constitucional Portuguesa**

**I.** Durante a Monarquia Constitucional Portuguesa, e seguindo a pura lógica do liberalismo, a greve era considerada um delito e punida criminalmente: assim, no capítulo XI, intitulado “Do Monopólio e Do Contrabando”, no **art.º 277.º do Código Penal de 1852 e de 1886**, pode ler-se que as coligações<sup>53</sup> de empregadores que tenham por fim produzir abusivamente a diminuição do salário, bem como, as coligações entre trabalhadores que *suspendessem, impedissem, ou fizessem subir o preço do trabalho*, seriam punidas com pena de prisão até seis meses e multa “*de 5\$000 réis a 2000\$000 réis*”. Quanto aos que tivessem promovido a coligação, a dirigissem ou usassem a violência, ao abrigo do **Código Penal de 1852** seriam punidos com pena de um a três anos de prisão, enquanto que o **Código Penal de 1886**, sendo mais brando, determinava a pena de um a dois anos de prisão.

**II.** Ora, de facto, da leitura do referido preceito, rapidamente se constata que o legislador punia, sem qualquer diferenciação quanto à medida da pena, tanto as coligações de empregadores como de trabalhadores, o que, desde logo, mereceu críticas bastante acesas por parte da doutrina que, com razão, atento ao facto do quantitativo de multa e da medida da pena ter sido estabelecido de forma igualitária

---

<sup>52</sup> Apenas era considerado abandono coletivo do trabalho a deserção de, pelo menos, 3 trabalhadores (**art.º 200, § único**).

<sup>53</sup> O legislador, a par do que sucedeu noutros ordenamentos jurídicos, optou por usar o termo genérico de coligação pois esta representa(va) qualquer ação que vise interferir nas condições de trabalho e, por isso, abarca muitas outras realidades para além da greve: no fundo, era entendida como uma mera forma de coligação.



a favor de patrões e operários, consideravam as penalidades fixadas pelo **art.º 277.º** profundamente injustas<sup>54</sup>.

Mais: a entidade empregadora apenas seria punida se a coligação produzisse abusivamente a diminuição dos salários, enquanto que do lado dos trabalhadores a coligação que tivesse por fim suspender, impedir ou fazer subir o preço do trabalho, seria considerada crime, independentemente da sua forma abusiva, o que, de acordo com LIBERAL FERNANDES<sup>55</sup> retrata bem o facto do legislador olhar para as coligações patronais com uma maior condescendência.

**III.** Contudo, ainda que do **Código Penal** resultasse a punição das greves, as sanções nele previstas raras vezes terão sido aplicadas, “(...) *já devido à fraqueza dos governos e dos tribunais, (...) já em fim porque os trabalhadores, em muitos casos, tinham razão no tocante à insuficiência dos salários*”<sup>56</sup>, o que leva BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER a afirmar que “*Não se aplicando as disposições do Código Penal, a situação «de facto» durante a Monarquia, se não era propriamente de liberdade, era a de tolerância da greve, ainda que em rigor a greve fosse ilícita*”<sup>57</sup>.

Adiante-se ainda que a inexistente aplicabilidade prática daquelas disposições em muito se revela pelo número de greves que se foram realizando: de acordo com JOSÉ TENGARRINHA, em 1871, registam-se 13 greves – sendo este o primeiro surto do movimento grevista no nosso país -, e em 1872, é de apontar a realização de 32 greves<sup>58</sup>.

#### **4.3.2. O Regime Incriminatório durante o Estado Novo**

**I.** Por considerar que a greve e o *lock-out* se revelavam instrumentos perturbadores da vida económica, da vida social e da tranquilidade pública, uma das primeiras medidas do movimento de 28 de maio de 1926 que instituiu o regime corporativo do Estado Novo e derrubou a I República foi, precisamente, o de, através do **Decreto**

---

<sup>54</sup> FERNANDO EMYGDIO DA SILVA, *As Greves*, op cit., p. 403.

<sup>55</sup> FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, op cit., p. 32, nota 25.

<sup>56</sup> CUNHA GONÇALVES, *Princípios de Direito Corporativo*, Lisboa, 1935, p. 266, apud, *idem*, op cit., p. 35.

<sup>57</sup> BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Direito da Greve*, op cit., p. 25.

<sup>58</sup> JOSÉ TENGARRINHA, *As Greves em Portugal: Uma Perspetiva Histórica do Século XVIII a 1920*, op cit., p.585-586.

**n.º 13:138, de 15 de fevereiro de 1927**, revogar o **Decreto de 06 de dezembro de 1910**<sup>59-60</sup> que, durante a I República<sup>61</sup>, houvera permitido a coligação entre operários e patrões, bem como, a greve e o *lock-out* (**art.º 3.º do Decreto n.º 13:138, de 15 de fevereiro de 1927**): de facto, e desde os seus primórdios, o Estado Novo afirmou-se como um regime autoritário e antiliberal, que logo pretendeu silenciar a liberdade de protesto dos trabalhadores e assumir todo o controle no que diz respeito à resolução de conflitos coletivos de trabalho<sup>62-63</sup>.

II. Assim, e neste seguimento, o próprio **texto constitucional de 1933** veio estipular, no seu **art.º 26.º**, que a greve ocorrida no setor público ou nos serviços de “interesse coletivo” importaria a demissão dos infratores, resultando ainda do **art.º 39.º** que todos os conflitos coletivos que se verificassem no seio das relações de

---

<sup>59</sup> A denominada primeira Lei da Greve.

<sup>60</sup> O hiato temporal que decorreu entre o **Decreto n.º 13 138, de 15 de fevereiro de 1927**, que, como já sabemos, revogou a **Lei da Greve de 1910** mas não instituiu, em si mesmo, qualquer regime de proibição ou incriminação expressa -, e a **Constituição de 1933** -, que veio, finalmente, proibir quaisquer manifestações grevistas -, leva a doutrina a considerar que vigorou, “*mais em teoria do que na prática*”, o sistema da greve liberdade. Porém, a verdade é que o preâmbulo do **Decreto n.º 13 138, de 15 de fevereiro de 1927** refere expressamente que “(...) o Código Penal – **artigo 277.º** - pune a greve e que este artigo está em vigor por força do disposto no **artigo 3.º do decreto n.º 13:138, de 15 de fevereiro de 1927**, (...) e que o **Decreto n.º 23:203, de 06 de novembro de 1933**, pune a greve de fins políticos (...)”. FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, op. cit., p. 36, nota 34; MÁRIO PINTO, *O Direito perante a greve*, in *Análise social*, Ano 4, Nº 13 (1º trimestre 1966). - p. 65 e ss., disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224165969H9aVK9ii3Cj59LE0.pdf>

<sup>61</sup> Como veremos infra, após a proclamação da I República, o **art.º 277.º do Código Penal de 1886** foi revogado e a greve foi consagrada como direito dos trabalhadores (**art.º 1 do Decreto de 06 de dezembro de 1910**). Porém, com o Estado Novo, e como, de resto, seria de prever, verificou-se um retrocesso e a greve voltou a ser vista como um delito: de facto, e como referimos supra, a evolução histórica em Portugal foi marcada por diversos “avanços e recuos”. Cfr. MÁRIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III*, op. cit., p. 432.

<sup>62</sup> Aliás, consistia entendimento que a organização nacionalista do Estado Novo assegurava todas as medidas necessárias à resolução de todos os conflitos coletivos que pudessem surgir entre trabalhadores e empregadores: “*A satisfação das necessidades associativas dentro do Estado; a existência dos sindicatos nacionais e dos grémios; a nova conceção corporativa do Estado; a disciplina jurídica das relações do capital e do trabalho por meio dos contratos coletivos, verdadeiras leis, no sentido material, aplicáveis às respetivas categorias; a criação e o funcionamento efetivo dos tribunais do trabalho, justiça pública legal e regular com competência para a resolução dos litígios que se refiram às relações coletivas de trabalho – a organização nacionalista do Estado Novo, numa palavra, exige que se proíba e se puna com rigor a coligação patronal – lock-out – e a coligação operária – greve – em qualquer das suas formas. A greve e o lock-out depois do estabelecimento das medidas que acabam de se referir não têm qualquer justificação.*” (preâmbulo do **Decreto-Lei n.º 23:870**).

<sup>63</sup> Ainda assim, em 1943 e 1944, devido à extrema pobreza dos trabalhadores, essencialmente originada pela II Guerra Mundial, verificaram-se importantes movimentos grevistas e reivindicativos que, claro, foram severamente reprimidos. Por sua vez, também a liberalização de Marcelo Caetano durante o ano de 1969, ao “reanimar o movimento sindical”, implicou um aumento da força reivindicativa. BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Curso de Direito do Trabalho I – Introdução, Quadros Organizacionais e Fontes*, Verbo, 3.ª edição, p. 96; BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Manual de Direito do Trabalho*, op. cit., p. 157.

trabalho deveriam ser dirimidos com recurso à conciliação ou à arbitragem<sup>64</sup>, “(...) não sendo permitida a suspensão de atividade por qualquer das partes com o fim de fazer vingar os respetivos interesses.”<sup>65</sup>”.

Ainda no mesmo sentido, e desta feita ao nível da legislação ordinária, o **Estatuto do Trabalhador Nacional**, aprovado pelo **Decreto n.º 23:048 de 23 de setembro de 1933**, com entrada em vigor poucos meses depois da Constituição, reforça a ideia de que “O direito ao trabalho [apenas] é tornado efetivo pelos contratos individuais ou coletivos. Nunca o pode ser pela imposição do trabalhador (...)”<sup>66</sup> (**art.º 23.º**), termos em que prescreve, sem estabelecer a medida da pena, que é “*ato punível a suspensão ou perturbação das atividades económicas (...): Pelos técnicos, empregados ou operários, com o fim de conseguir novas condições de trabalho ou quaisquer outros benefícios ou ainda de resistir a medidas de ordem superior conformes com as disposições legais.*” (**art.º 9.º**)<sup>67</sup>.

**III.** Porém, não ficamos por aqui: também nesta sequência, e com uma regulação bastante minuciosa, surge o **Decreto n.º 23:870, de 18 de maio de 1934** que se preocupou, não só em destrinçar os vários tipos de greves proibidas, mas, também, em estabelecer para cada uma delas, a medida da pena.

---

<sup>64</sup> Neste sentido, o **Decreto-Lei n.º 23:048, de 23 de setembro de 1933** previa que os conflitos entre empregadores e trabalhadores deveriam ser dirimidos por juízes de trabalho – considerados magistrados especiais – que exerciam, neste tipo de casos, funções conciliatórias e arbitrais (**art.º 50 e 51.º**). No fundo, e como refere JOÃO CAUPERS, “*A obrigatoriedade do recurso à arbitragem para resolução dos conflitos coletivos complementava a proibição da greve*”. JOÃO CAUPERS/PEDRO MAGALHÃES, *Relações Coletivas de Trabalho*, Empresa Literária Fluminense, 1978, p. 15. Quanto à competência dos tribunais de trabalho e respetivo regime processual vide **Decreto-Lei n.º 24 194, de 20/07/1934** e **Decreto-Lei n.º 24 363, de 15/08/1934**, e ainda quanto à arbitragem, o **Decreto-Lei n.º 49 212, de 18 de agosto de 1969**.

<sup>65</sup> Sublinhado nosso.

<sup>66</sup> Sublinhado nosso.

<sup>67</sup> Também a suspensão ou perturbação das atividades económicas por parte das empresas patronais, “(...) *sem motivo justificado e com o objetivo único de obter vantagens (...)*”, quer da parte dos trabalhadores, quer da parte de fornecedores ou do Estado, era punível (**art.º 9.º do Estatuto do Trabalhador Nacional**).

Assim, e a título de exemplo, refira-se que a “*greve-profissional-contratual*<sup>68</sup>” e a “*greve com fins de resistência a medidas conformes com a lei*<sup>69</sup>” eram punidas com pena de multa de \$ 50 a 1.000 \$, podendo a pena de multa ser substituída por prisão até um ano (**art.º 2.º**); sendo a “*greve de coação da autoridade*<sup>70</sup>” punida com pena de prisão de dois a quatro anos (**art.º 4.º**).

**IV. O Decreto n.º 23:870, de 18 de maio de 1934, nos artigos 13.º, 14.º 15.º e 16.º** regulava, ainda, a punição da greve em “*empresas de interesse coletivo e quaisquer outras, singulares ou coletivas, que se destinem ao abastecimento e satisfação das necessidades gerais e impreteríveis das populações*”, não se imiscuindo, pois, de regular, com especial severidade, quaisquer ações coletivas dos trabalhadores que se verificassem neste domínio. Assim:

- a) Caso se verificasse, a suspensão, ou, em número de 3 ou mais funcionários públicos/dirigentes técnicos/empregados ou operários, o abandono coletivo da repartição, serviço, empresa ou trabalho, ou, ainda, a perturbação da continuidade ou regularidade da prestação de trabalho, seriam tais comportamentos sancionados com pena de desterro de três a oito anos, com prisão no lugar do desterro até dois anos, ou, e caso não se aplicasse esta, com multa até \$ 30.000,00 (**art.º 13.º**);
- b) Por sua vez, os trabalhadores ou funcionários públicos que interrompessem o serviço ou suspendessem o trabalho nos seus serviços, repartições ou empresas de modo a perturbar a sua regularidade, seriam punidos com pena

---

<sup>68</sup> A greve profissional-contratual é aquela em que os trabalhadores têm, *e.g.*, o objetivo de impor à entidade empregadora novas condições de trabalho, a concessão de benefícios, ou, ainda, de opor-se à modificação dos contratos existentes (**art.º 2.º**). MÁRIO PINTO, *O Direito perante a greve*, *op. cit.*, p. 64.

<sup>69</sup> Nos termos do **art.º 2.º**, era considerada greve e, como tal, punível, aquela através da qual os trabalhadores resistissem a medidas de ordem superior conformes com as disposições legais. *Idem*, *op. cit.*, p. 65.

<sup>70</sup> A greve de coação ou de autoridade era aquele em que, de acordo com o **art.º 4.º**, os trabalhadores abandonavam o trabalho ou o prestavam de modo a perturbar a sua regularidade ou continuidade com o objetivo de coagir as autoridades públicas a observarem um determinado procedimento ou a omitir o cumprimento dos seus deveres, ou, ao invés, com o fim de influir nas suas deliberações. *Idem*, *op. cit.*, p. 65.

de prisão correccional de 6 meses a 1 ano e multa não inferior a \$ 5.000,00 (art.º 14.º)<sup>71</sup>;

- c) Ainda que o funcionário público ou dirigente, técnico, empregado ou operário não participassem diretamente na greve, caso não adotassem as medidas necessárias para que o serviço funcionasse regularmente, seriam punidos com pena de prisão correccional de três a seis meses, multa até \$ 5.000,00, sem prejuízo da respetiva responsabilidade disciplinar (art.º 15.º);
- d) Seria também punido, com uma pena de prisão correccional até seis meses e multa até \$ 5.000,00, o trabalhador/funcionário público, operário ou empregado técnico que abandonasse o trabalho<sup>72</sup>, ou que, mesmo sem abandono efetivo, visasse, em ambos os casos, perturbar a sua regularidade ou continuidade (art.º 16.º).

IV. Por fim, a proibição da greve viria ainda a ser reforçada pelo **Código Penal**: o **Código Penal de 1886**, na redação dada ao **art.º 170.º pelo Decreto-Lei n.º 35 105, de 15 de outubro de 1945**, e, posteriormente, pelo **Decreto-Lei n.º 41 736, de 17 de julho de 1958**, passou a prever a pena de prisão correccional até 6 meses para o encerramento de fábricas ou oficinas; caso se verificasse a suspensão ou cessação do trabalho, seria aplicada pena de prisão de 2 a 8 anos ou, para aqueles que houvessem incitado, promovido ou organizado o movimento grevista, a pena de degredo temporário. Além do mais, também a tentativa passou a ser criminalizada, tal como passou a ser possível aplicar a pena de interdição do exercício de profissão (**§ 5 do art.º 70.º**).

---

<sup>71</sup>O âmbito de aplicação do **art.º 14.º** parece bastante idêntico ao do **art.º 13.º** porém, e a nosso ver, a destriça centra-se no facto de, ao abrigo do **art.º 14.º**, a suspensão ou interrupção serem considerados ilícitos independentemente do número de trabalhadores aderentes, enquanto que nos termos do **art.º 13.º**, apenas é punida a suspensão ou abandono coletivo, termos em que a medida da pena se mostra superior neste último caso.

<sup>72</sup> Ao contrário da previsão do **art.º 13.º** que apenas punia o abandono coletivo, o **art.º 16.º** sancionava o abandono independentemente do número de trabalhadores que a ele aderissem. Porém, cabe referir que a redação dos artigos é muito semelhante, podendo colocar-se algumas dúvidas quanto ao respetivo âmbito de aplicação.

## 5. A Fase da Greve-Liberdade

### 5.1. Aspetos Gerais

I. Na segunda fase da evolução histórica da greve, o chamado período da greve-liberdade<sup>73</sup>, a greve deixou de ser considerada um ilícito penalmente relevante: assim, e ao contrário do que sucedia na fase da greve-delito, no sistema da greve-liberdade, a greve perde o seu desvalor penal<sup>74</sup>.

Ora, *“É claro que não se poderia esperar grande indulgência do estado liberal em relação à greve que [como vimos] foi logo penalmente reprimida. Simplesmente, com o avolumar da questão social e com o reconhecimento generalizado da situação de injustiça em que se encontravam os trabalhadores, foram ganhando passo (...) as opiniões favoráveis à licitude da greve, como arma de reequilíbrio de que forçosamente os operários teriam que dispor para superar a debilidade da sua situação individual. Daí que as greves passem a ser juridicamente aceites ou toleradas, sendo revogada a legislação repressiva.”*<sup>75</sup>.

II. No fundo, o poder político<sup>76</sup> começou a considerar a greve do ponto de vista do Direito Penal como um facto neutro, considerando-a um fenómeno de luta e de defesa dos interesses dos trabalhadores compatível com a ordem pública, termos

---

<sup>73</sup> FRANCISCO LIBERAL FERNANDES adota a terminologia de “greve-tolerância”, - em contraposição a “greve-liberdade” -, porquanto entende que é esta a terminologia que melhor explica o fenómeno da greve. Para mais desenvolvimentos vide FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, op. cit., pp. 39-40, nota de rodapé 43.

<sup>74</sup> Excetua-se, contudo, a greve realizada por parte dos funcionários públicos, bem como, a greve que implicasse qualquer tipo de violação aos direitos e liberdades dos indivíduos (e.g., a greve realizada com violência ou que colocasse em causa a liberdade de adesão dos trabalhadores), as quais, por regra, na grande maioria dos Estados, continuavam a ser consideradas um ilícito penal. *Idem*, op. cit., p. 42.

<sup>75</sup> BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Direito da Greve*, op. cit., pp. 17-18.

<sup>76</sup> Um pouco por todo o mundo, quer o poder político, quer os juristas, começaram a despertar toda a sua atenção para as degradantes e chocantes condições de trabalho em que laboravam homens, mulheres e crianças. Desde logo, e bem ilustrativo no que a este aspeto diz respeito é o Relatório “Quadro da situação física e moral dos trabalhadores das manufaturas de lã, seda e algodão” apresentado por VILLERMÉ à Academia de Ciências Morais e Políticas em 1840: “Não é raro ver crianças de seis anos a trabalhar como atadoras de fios, e mesmo crianças de quatro a cinco anos empregadas como dobradoras ou portadoras de bobinas. Estas crianças passam dezasseis a dezassete horas de pé, em cada dia, e deste tempo passam pelo menos treze num compartimento fechado sem quase mudar de lugar nem de posição. Isto não é um trabalho, uma tarefa; é uma tortura, que se inflige a crianças de seis e oito anos mal alimentadas, mal vestidas, e que são obrigadas a percorrer, desde as cinco horas da manhã, a longa distância que as separa das suas oficinas e a regressar à noite das mesmas oficinas, acabando por esgotá-las.” MÁRIO PINTO, *Direito do Trabalho – Sumário das Lições Proferidas ao Curso do 4.º Ano de Direito*, op. cit., p. 42.

que levam a que a greve passe “(...) a ser tratada como uma manifestação da liberdade de o trabalhador se abster de trabalhar”<sup>77</sup>.<sup>78</sup>

**III.** Porém, não pensemos que com esta (relativa) despenalização os trabalhadores passaram a ter o seu direito à greve reconhecido pois, na verdade, e do ponto de vista do Direito Civil, a greve continuou a ser considerada um facto ilícito não tolerado pela ordem jurídica, o que significa que o trabalhador que aderisse à greve incorria em incumprimento contratual.

Neste conspecto, e embora o trabalhador tivesse a liberdade de aderir à greve, não sendo criminalmente punido por tal, do ponto de vista da relação individual entre trabalhador e empregador, verificava-se a “violação do dever de trabalhar”<sup>79</sup>, o que implicava que o trabalhador fosse responsabilizado perante o empregador.

**IV.** Questiona-se então: quais os efeitos que, em concreto, e do ponto de vista da relação contratual entre trabalhador e empregador, advinham para o trabalhador quando se verificasse, em virtude da sua adesão à greve, o “não-cumprimento injustificado dos contratos de trabalho”<sup>80</sup>? **(i)** De um lado, poder-se-ia considerar que a simples adesão do trabalhador à greve implicava, conseqüentemente, a violação de deveres contratuais e, como tal, o empregador tinha ónus de não só fazer valer o seu direito à indemnização pelos danos eventualmente causados, mas, também, de responsabilizar disciplinarmente o trabalhador, *máxime* com o despedimento; **(ii)** De outro lado, sempre seria de admitir que a greve gozava de um efeito suspensivo

---

<sup>77</sup> *Idem., op. cit., p. 44.*

<sup>78</sup> Na realidade, nem a aplicação de sanções penais, nem a sua punição ao nível do Direito Civil, tiveram um efeito dissuasor no que respeita à realização de greves: de facto, e se vislumbrarmos um pouco por toda a Europa o número de greves ocorridas entre o ano de 1900 e 1910, constatamos que a sua punição – fosse a que título fosse – acabava por ser infrutífera. Desde logo, em França, apenas entre os anos de 1900 a 1908 verificou-se a ocorrência de 8.017 greves; em Inglaterra, entre 1902 e 1910 realizaram-se 5.285 greves; em Itália ocorreram, entre os anos de 1901 e 1909, 9.395 greves. Já em Espanha que, como Portugal, viveu um tardio movimento industrializador, entre 1905 e 1910 verificaram-se apenas 1.264 greves. Por sua vez, em Portugal, de 1887 a 1908 registou-se a ocorrência de apenas 1.428 greves, sendo apenas após a implantação da República que se verifica, em Portugal, uma “explosão” do movimento grevista - em 1910 e 1911, registaram-se cerca de 250 greves, verificando-se a primeira greve geral em janeiro de 1912, a qual originou o decretamento de estado de sítio. FERNANDO EMYGDIO DA SILVA, *As Greves, op. cit., pp. 37-73*; JORGE LEITE, *Direito da Greve - Das lições ao 3.º ano da FDUC, op. cit., pp. 21-22*; ROSALINA G. AFONSO RIBEIRO, *Evolução Histórica e Noção de Greve*, Curso de Aperfeiçoamento ao Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas (Relatório), Professor Doutor Pedro Romano Martinez, FDL, p. 5; JOSÉ TENGARRINHA, *As Greves em Portugal: Uma Perspetiva Histórica do Século XVIII a 1920, op. cit., p. 593.*

<sup>79</sup> FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais, op. cit., p. 45.*

<sup>80</sup> MÁRIO PINTO, *O Direito perante a greve, op. cit., p. 59.*

nos contratos de trabalho, o que implicava que os trabalhadores aderentes, cessada a greve, pudessem ficar sujeitos à celebração de novos contratos de trabalho, o que poderia acarretar a submissão dos trabalhadores a novas condições de trabalho mais desvantajosas<sup>81</sup>.

**IV.** Assim, e em suma, tal como refere MÁRIO RAPOSO, no sistema da greve-liberdade *“a greve não é sancionada criminalmente; mas as consequências civis podem ser de apreciável importância prática.<sup>82</sup>”*. *“Note-se, porém, que as tendências que se verifica[ram] na maioria dos países onde vigora este regime parece[ram] ir no sentido de minorar o mais possível as consequências civis da greve (...)”<sup>83</sup>.*

## **5.2. Breves Antecedentes de Direito Comparado**

**I.** Em França, com a **Lei de 25 de maio de 1864**, sob a lógica de que *“o que é permitido ao indivíduo isolado deve ser permitido aos indivíduos agrupados<sup>84</sup>”*, foi abolido o denominado “delito de coalizão” e passou a ser admitida e reconhecida, não só a associação profissional, mas, também, a liberdade de greve<sup>85</sup>.

Porém, e à semelhança do que acima se referiu, no ordenamento jurídico francês apenas foi reconhecida a liberdade de greve aos trabalhadores do setor privado<sup>86</sup>, permanecendo a mesma, em nome do princípio da continuidade dos serviços públicos, interdita aos agentes e funcionários que operassem em pessoas

---

<sup>81</sup> *Idem., op. cit.*, p. 59.

<sup>82</sup> *Idem., op. cit.*, p. 59.

<sup>83</sup> *Idem., op. cit.*, p. 59.

<sup>84</sup> MÁRIO PINTO, *Direito do Trabalho – Sumário das Lições Proferidas ao Curso do 4.º Ano de Direito*, *op. cit.*, p. 43.

<sup>85</sup> *Idem., op. cit.*, p. 43.

<sup>86</sup> Apenas continuava a ser crime a greve que fosse realizada com atentado à liberdade de trabalho (*e.g.*, greve realizada com violência ou com recurso a manobras destinadas a prolongar de forma abusiva a cessação do trabalho) (**art.º 414.º a 416.º. do Código Penal de 1810**).



**coletivas de Direito Público**, os quais seriam punidos nos termos previstos nos **arts.º 123.º e 126.º do Código Penal de 1810**<sup>87-88</sup>.

Também neste sentido, e corroborando a ilicitude da greve quanto aos agentes públicos, existem inúmeras decisões administrativas: *“No arrêt Winkell, de 7 de agosto de 1909, este órgão afirmava claramente que a greve constituía, em si mesma, um ato ilícito, ou seja, uma forma de autoexclusão da função pública (...)”*<sup>89</sup>. Acolhendo o princípio de que *“(...) pela aceitação o trabalho que lhe foi confiado, o funcionário fica submetido a todas as obrigações derivadas das necessidades específicas do serviço público e renuncia a todas as faculdades cujo exercício é incompatível com o funcionamento normal e contínuo dos organismos necessários à vida nacional.”*<sup>90</sup>.

**II. Inglaterra** é conhecido como o primeiro país que revogou, através da **Lei de 1824 – Combination Law Repeal Act**, a proibição do associacionismo sindical<sup>91</sup>, admitindo-o contanto que se exercesse sem violência<sup>92</sup>. Porém, apenas em 1875, com a *Conspiracy and Protection of Property Act*, se pode considerar que a Inglaterra inaugurou a fase da greve-liberdade, o que fez com a aprovação da *“Conspiracy and Protection of Property Act”* que descriminalizou a greve.

**III. Por sua vez, em Espanha, a Lei da Coligação, Greves e Bloqueios**<sup>93</sup> **de 27 de abril de 1909**<sup>94</sup>, veio reconhecer a greve por motivos profissionais (art.º 1.º),

---

<sup>87</sup> Nos termos do **art.º 123.º** *“Tout concert de mesures contraires aux lois, pratiqué soit par la réunion d'individus ou de corps dépositaires de quelque partie de l'autorité publique, soit par députation ou correspondance entre eux, sera puni d'un emprisonnement de deux mois au moins et de six mois au plus, contre chaque coupable, qui pourra de plus être condamné à l'interdiction des droits civiques, et de tout emploi public, pendant dix ans au plus.”*. Resulta ainda do **art.º 126.º** *“Seront coupables de forfaiture, et punis de la dégradation civique, Les fonctionnaires publics qui auront, par délibération, arrêté de donner des démissions dont l'objet ou l'effet serait d'empêcher ou de suspendre soit l'administration de la justice, soit l'accomplissement d'un service quelconque.”*.

<sup>88</sup> FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *O Direito de Greve nos Ordenamentos Francês, Alemão e Italiano*, in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Eduardo Correia II, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Número Especial, Coimbra, 1984, p. 328.

<sup>89</sup> *Idem.*, op. cit., nota 3, p. 328.

<sup>90</sup> *Idem.*, op. cit., nota 3, p. 328.

<sup>91</sup> MÁRIO PINTO, *Direito do Trabalho – Sumário das Lições Proferidas ao Curso do 4.º Ano de Direito*, op. cit., p. 43; ALFREDO RAMOS PÉREZ-OLIVARES, *Aproximación Histórica al tratamiento de la huelga en la España Preconstitucional*, op. cit., p. 5.

<sup>92</sup> FERNANDO EMYGDIO DA SILVA, *As Greves*, op. cit. nota 2, pp. 43-44.

<sup>93</sup> Em Espanhol *“Ley de coligación, huelga y paros”*. Vide ALFREDO RAMOS PÉREZ-OLIVARES, *idem.*, op. cit., p. 9.

<sup>94</sup> Enquanto em França, como vimos, foi acolhido o princípio geral de liberdade da greve em 1864, em Espanha o mesmo apenas sucedeu volvidos cerca de 45 anos, o que bem demonstra o atraso deste último país na progressão e reconhecimento do fenómeno grevista.

estabeleceu prazos de pré-aviso e sanções caso os mesmos não fossem respeitados (**arts.º 5.º e 6.º**).

Todavia, também ao poder político Espanhol preocupava o facto de a greve poder melindrar e colocar em causa o funcionamento dos serviços públicos considerados essenciais para a comunidade, razão pela qual se considerava que a greve naqueles setores deveria continuar a ser sancionada, termos em que era aplicável o **art.º 264.º e 272.º, ambos do Código Penal de 1870**; foram ainda consagradas algumas normas com vista a restringir a greve em alguns daqueles setores<sup>95</sup>, o que, e a título de exemplo, sucedeu no setor ferroviário, tendo a “*Real Orden*” de 01 de outubro de 1912 (*Gaceta de 02 de outubro*) reconhecido o direito das empresas ferroviárias substituírem os trabalhadores grevistas por outros enquanto durasse o conflito<sup>96-97</sup>.

Mais tarde, a **Constituição de 1931** reconhece a liberdade sindical, passando ainda a prever-se no mesmo ano que as greves não geram o despedimento do trabalhador mas, apenas, a perda do salário correspondente<sup>98</sup>. Já em 1965, e após o período do Franquismo em que se assiste a uma pesada repressão dos movimentos grevistas, é suprimida a tipificação penal da greve, sendo revogado o **art.º 222.º do Código Penal de 1944**, passando a considerar-se a greve um mero ilícito laboral apenas sancionado com o despedimento<sup>99</sup>.

**IV. Na Alemanha**, é com o **Código Industrial de 1869** (*Gewerbeordnung*) que as greves perdem o seu desvalor penal, passando apenas a ser punidas como ilícito meramente civil<sup>100</sup>. Em 1920, não obstante a **Constituição de Weimar** não reconhecer expressamente a greve como uma liberdade, esta é objeto de regulação<sup>101</sup>.

---

<sup>95</sup> De facto, a lógica sempre presente nestas normas restritivas era a de que o interesse público deveria prevalecer sobre os interesses privados dos trabalhadores em greve.

<sup>96</sup> Também neste seguimento, a Circular da Procuradoria do Supremo Tribunal de 02 de outubro de 1912 (*Gaceta de 05 de outubro*) estabelecia instruções para os trabalhadores grevistas que perturbassem a ordem pública.

<sup>97</sup> ALFREDO RAMOS PÉREZ-OLIVARES, *Aproximación Histórica al tratamiento de la huelga en la España Preconstitucional*, op. cit., p. 6.

<sup>98</sup> CARLOS MOLERO MANGLANO/ JOSÉ MANUEL SÁNCHEZ-CERVERA VALDÉS/M<sup>a</sup> JOSÉ LÓPEZ ÁLVAREZ/ANA MATORRAS DÍAZ-CANEJA, *Manual De Derecho Del Trabajo*, op. cit., p. 966.

<sup>99</sup> *Idem.*, op. cit., p. 967.

<sup>100</sup> *Idem.*, op. cit., p. 6; FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, op. cit., p. 42.

<sup>101</sup> CARLOS MOLERO MANGLANO/ JOSÉ MANUEL SÁNCHEZ-CERVERA VALDÉS/M<sup>a</sup> JOSÉ LÓPEZ ÁLVAREZ/ANA MATORRAS DÍAZ-CANEJA, *Manual De Derecho Del Trabajo*, op. cit., p. 966.

V. No **Brasil**, no seguimento da proclamação da República em 15 de novembro de 1889, através do **Decreto n.º 1162, de 12 de dezembro de 1890** é alterada a redação do **art.º 206.º do Código Penal de 1890** passando a greve a ser de exercício livre no plano jurídico-penal: apenas se passou a prever a criminalização da greve quando a “(...) *cessação ou suspensão do trabalho* [fosse causada] *por meio de ameaças ou violências* (...)”; por sua vez, a tolerância da greve neste período ressalta ainda do facto da **Constituição Brasileira de 1891** ser omissa a respeito da greve<sup>102</sup>.

### 5.3. A Evolução no Direito Português: Lei da Greve de 1910

I. Com a proclamação da República em 05 de outubro de 1910 foi revogado, pelo **Decreto de 06 de dezembro de 1910**, publicado no Diário do Governo de 07 de dezembro de 1910, o **art.º 277.º do Código Penal de 1886**, - o qual, como vimos, punia com pena de prisão e multa as coligações entre trabalhadores que suspendessem, impedissem, ou fizessem subir o preço do trabalho , - **passando, assim, a reconhecer-se o direito dos trabalhadores se coligarem para a cessação simultânea do trabalho** (art.º 1.º).

II. Porém, e contrariamente ao que seria de esperar, este diploma não agradou, “nem a gregos, nem a troianos”: de facto, não obstante ter sido dado um grande passo no que respeita à regulamentação e admissibilidade do direito à greve, a verdade é que o **Decreto de 06 de dezembro de 1910** estabeleceu inúmeros condicionalismos e restrições ao seu exercício, os quais foram acolhidos com bastante desagrado, principalmente, por parte dos sindicatos. Desde logo:

- a) Este Decreto sancionava e submetia à tutela penal quaisquer atos de violência e ameaças que pudessem colocar em causa a liberdade dos trabalhadores (ou, no caso de lock-out, dos empregadores), bem como, a perturbação da ordem pública e o desrespeito aos regulamentos policiais (**art.º 2.º e 3.º**)<sup>103</sup>;

---

<sup>102</sup> ANA LUÍSA MEURER RAMOS, *A Greve no Setor Público: O Caso dos Magistrados*, op. cit., p. 22.

<sup>103</sup> JORGE LEITE, *Direito da Greve - Das lições ao 3.º ano da FDUC*, op. cit., p. 26.

b) Quanto aos serviços de interesse público, impunha-se a necessidade de observar pré-avisos de greve com prazos relativamente elevados (8 dias em greves realizadas no setor dos transportes públicos e 12 dias para o abastecimento público de água, luz, géneros de primeira necessidade e assistência a enfermos e asilados). Os pré-aviso deviam ainda ser devidamente fundamentados (cfr. **art.º 4.º e 5.º**)<sup>104</sup>;

c) O direito de greve era negado aos “*funcionários, empregados ou assalariados do Estado ou dos corpos administrativos (...) sob pena de demissão ou despedida do serviço.*” (**art.º 10.º**)<sup>105-106</sup>.

III. Deste modo, e precisamente devido aos condicionalismos que impunha, o **Decreto de 06 de dezembro de 1910** foi recebido e denominado pelas forças sindicais como “*Decreto-Burla*” o que levou a que “*o número de greves que escassamente se contava por dezenas [antes da implantação da República] passa[sse] a contar-se por centenas.*”<sup>107</sup>.

---

<sup>104</sup> ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *A Lei e as Greves – Comentários a Dezasseis Artigos do Código do Trabalho*, Almedina, p. 11.

<sup>105</sup> *Idem.*, *op. cit.*, p. 11.

<sup>106</sup> Contrariamente ao que sucedia quanto aos agentes do Estado, o **Decreto de 06 de dezembro de 1910 não estabelecia qualquer cominação quanto aos efeitos da greve no contrato de trabalho dos trabalhadores do setor privado**, o que levava alguns Autores a defenderem que “*(...) aos grevistas não poderia ser juridicamente aplicada qualquer sanção contratual (...)*” ou, até mesmo, que “*(...) a legislação republicana configurava a greve como direito.*” e, já não, como uma mera liberdade. Neste sentido vide BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Direito da Greve*, *op. cit.*, p. 25.

Por sua vez, FERNANDO EMYGDIO DA SILVA defendeu que a greve, atenta a sua natureza marcadamente coletiva, apenas suspendia a execução do contrato de trabalho, não produzindo quaisquer efeitos ao nível do seu incumprimento. FERNANDO EMYGDIO DA SILVA, *As Greves*, *op. cit.*, pp. 245 e ss.

Na verdade, e atendendo sobretudo ao elemento literal de interpretação, somos levados a concluir que o legislador – até muito avançado para a época – optou por não cominar como incumprimento contratual a adesão dos trabalhadores do setor privado à greve: de facto, e se essa fosse a sua intenção, tal constaria do próprio texto legislativo. Afinal, “*onde o legislador não distingue, não cabe ao intérprete distinguir!*”.

<sup>107</sup> FERNANDO EMYGDIO DA SILVA, *As Greves*, *op. cit.*, p. 295.

Assim, só entre 1910 e 1913 registaram-se 244 greves<sup>108-109</sup>, sendo que algumas delas levariam mesmo à declaração de estado de sítio e ao encerramento da Casa Sindical, sede dos Sindicatos de Lisboa<sup>110</sup>.

IV. Por último, importa apenas referir que a **Constituição de 1911**, não obstante ter consagrado expressamente entre os direitos e garantias individuais que “*O direito de associação e reunião é livre.*” (n.º 14 do art.º 3) nada dispôs quanto ao direito à greve o que, e como bem refere LIBERAL FERNANDES, em nada constrangeu o regime resultante do **Decreto de 06 de dezembro de 1910**: na verdade, e como resultava do art.º 4.º da **Constituição de 1911**, “*A especificação das garantias e direitos expressos na Constituição não exclui outras e garantias e direitos não enumerados, mas resultantes da forma de governo que ela estabelece e dos princípios que consigna ou constam doutras leis.*”.

## 6. Fase da Greve-Direito

### 6.1. Aspetos Gerais

I. “*Numa fase final, acentua-se a tutela jurídica da greve, que se transforma num direito que os trabalhadores podem exercer contra o empresário, à sombra do regime do contrato de trabalho. (...) A ideia de greve-direito surge quanto se fala de imunidade contratual, isto é, do direito a não cumprir em confronto do empresário, sem que este possa utilizar mecanismos de defesa contratual ou disciplinar.*”<sup>111</sup><sup>112</sup>.

Assim, na fase da greve-direito, contrariamente ao que sucedia na fase precedente, os sistemas jurídicos reconhecem a greve enquanto fenómeno coletivo em toda a sua plenitude, atribuindo-lhe valor – em muitos casos concedendo mesmo assento constitucional - e qualificando-a como uma arma útil e necessária à defesa dos

---

<sup>108</sup> *Idem.*, op. cit., pp. 295 e ss. O número de trabalhadores sindicalizados conheceu, também, um aumento exponencial: no fim da Monarquia existiam cerca de 20.000 o que aumentou para 90.000 em 1917 e 150.000 em 1923. BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Curso de Direito do Trabalho I – Introdução, Quadros Organizacionais e Fontes*, op. cit., p. 84.

<sup>109</sup> Emídio Santana, ao ser entrevistado por SALGADO MATOS, refere que “*Em Portugal nunca se obedeceu à regulamentação da greve*”, o que bem inculca o facto do **Decreto de 06 de dezembro de 1910** não ser cumprido. SALGADO MATOS, *Vida Sindical e Condição Operária*, in An. Soc., 1981, n.º 67, 68 e 69, p. 938, apud JORGE LEITE, *Direito da Greve - Das lições ao 3.º ano da FDUC*, op. cit., p. 26.

<sup>110</sup> JORGE LEITE, *Direito da Greve - Das lições ao 3.º ano da FDUC*, op. cit., p. 22.

<sup>111</sup> BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Manual de Direito do Trabalho*, op. cit., p. 156.

<sup>112</sup> Sublinhados nossos.

interesses dos trabalhadores<sup>113</sup>, termos que levam a que **não se possa qualificar o comportamento do trabalhador, nem como um ilícito criminal, nem mesmo como um qualquer tipo de incumprimento contratual.**

II. Nestes termos, ocorrendo a adesão a uma greve, não obstante o trabalhador se abster de realizar a atividade para a qual foi contratado, **o contrato de trabalho permanece**, verificando-se apenas como único – ou, pelo menos, principal - efeito a **suspensão temporária dos direitos e deveres que pressuponham a efetiva prestação de trabalho**, como sejam, o direito à retribuição e o dever de assiduidade<sup>114</sup>.

Porém, e porquanto a paralisação da prestação laboral é legítima e plenamente lícita, aquando do seu término, **o trabalhador reassume a sua posição na empresa sem que se desencadeie qualquer tipo de responsabilidade**: na verdade, e ao abrigo do moderno sistema da greve-direito, o trabalhador adere à greve como forma de ultrapassar a fragilidade que pressupostamente lhe está inerente, limitando-se, pois, a recorrer a um meio de defesa direta dos seus direitos e interesses.

III. Por outro lado, e embora não se revele essencial a constitucionalização do direito à greve para que possamos afirmar que a ordem jurídica o reconhece enquanto direito dos trabalhadores<sup>115</sup>, sempre importa referir que a sua consagração a nível constitucional tem o peso de impor ao Estado/legislador que, na conformação do direito à greve, crie mecanismos capazes de assegurar a sua efetivação, bem como, de ponderar, na regulamentação da greve, os vários direitos e interesses constitucionalmente protegidos que possam estar em jogo<sup>116</sup>.

---

<sup>113</sup> Tal como refere FERNANDO EMYGDIO DA SILVA as greves são uma arma útil porquanto as classes trabalhadores usufruem das vantagens pecuniárias e moral que dela advêm; por outro lado, são ainda uma “(...) arma necessária porque representam dentro do regime liberal-económico o único meio eficaz, como resistência extrema, das reivindicações operárias (...)”. FERNANDO EMYGDIO DA SILVA, *As Greves*, op. cit., pp. 116-117.

<sup>114</sup> JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, op. cit, p. 89.

<sup>115</sup> A elevação do direito à greve a direito fundamental dos trabalhadores (cfr. **n.º 1 do art.º 57.º da CRP**) “(...) apresenta uma dimensão essencial de defesa ou liberdade negativa: a liberdade de recusar a prestação de trabalho contratualmente devida, postulando a ausência de interferências, estaduais ou privadas, que sejam suscetíveis de a pôr em causa.” JORGE MIRANDA/RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, 2.ª edição, Coimbra Editora, 2010, p. 1126.

<sup>116</sup> *Idem.*, op. cit., p. 1126.

## 6.2. Breves Antecedentes de Direito Comparado<sup>117</sup>

I. Em **França**, o direito à greve passou a ser expressamente reconhecido no preâmbulo da **Constituição de 1946** – o qual permanece na atual **Constituição de 1958** -, e do qual resulta que o direito à greve se exerce nos termos das leis que o regulamentam. Porém, e limitando-se a Constituição Francesa a remeter para a lei no que diz respeito à regulação do exercício do direito de greve – *lei essa que não surgiu de forma imediata* -, os resultados no que diz respeito ao reconhecimento daquele direito quanto aos funcionários públicos não foram imediatos, tendo a jurisprudência tradicional mostrado mesmo alguma resiliência quanto à sua aceitação<sup>118</sup>.

Atualmente, e a par do que sucede um pouco por toda a Europa, ordenamento jurídico francês regula a greve de forma bastante simplista, constando a sua disciplina jurídica do **Code du Travail**.

II. Também em **Inglaterra**, após a II Guerra Mundial, é reconhecido o direito à greve: contudo este reconhecimento é feito de uma forma bastante singular, *i.e.*, ao contrário do que sucedeu *na maior parte* dos ordenamentos jurídicos, em Inglaterra não existiu um reconhecimento legal expresso deste direito, o qual apenas surgiu por via jurisprudencial<sup>119</sup>.

---

<sup>117</sup> Neste ponto apenas nos referiremos à receção do direito à greve nos ordenamentos jurídicos estrangeiros em termos históricos e necessariamente resumidos: a análise acerca do regime da greve, máxime do regime relativo à prestação de serviços mínimos, será delegada para momento ulterior. *Vide* pp. 35-75.

<sup>118</sup> Alguma jurisprudência, mesmo após a promulgação da **Constituição de 1946**, continuava a negar o direito à greve aos funcionários públicos porquanto consideravam que o facto da Constituição se limitar a remeter para a lei implicava que, na ausência desta última, os princípios gerais de direito, nomeadamente o princípio da continuidade do funcionamento dos serviços públicos, não eram afastados. Na verdade, e na ausência de um regime legal disciplinador da greve, a jurisprudência ganhou mesmo amplo espaço de liberdade. FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *O Direito de Greve nos Ordenamentos Francês, Alemão e Italiano*, *op. cit.*, pp. 328-329; SOFIA INÊS FIDALGO VICENTE, *A Greve e a Prestação de Serviços Mínimos: Estudo dos Casos dos Correios e Telecomunicações, Serviços Médicos, Hospitalares e Medicamentosos e o Metropolitano de Lisboa*, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2015, p. 13.

<sup>119</sup> ALFREDO RAMOS PÉREZ-OLIVARES, *Aproximación Histórica al tratamiento de la huelga en la España Preconstitucional*, *op. cit.*, pp. 6-7.

Atualmente, pode considerar-se que o direito à greve se encontra reconhecido e regulamentado<sup>120</sup>, designadamente, no *Trade Union and Labour Relations (Act Consolidation) 1992*, *Human Rights Act 1998* e ainda no *Employment Relations Act 1999*<sup>121</sup>.

**III. Espanha** passa a ver o direito à greve expressamente reconhecido com o **Decreto-Lei de Relações de Trabalho de 04 de março de 1977** – o qual ainda se mantém em vigor.

Volvido cerca de 1 ano foi promulgada a **Constituição de 1978**, a qual estabelece no **n.º 2 do seu art.º 28.º** que é reconhecido aos trabalhadores, para defesa dos seus interesses, o direito à greve, devendo a lei regular o exercício deste direito e estabelecer as garantias precisas para assegurar a prestação dos serviços essenciais à comunidade<sup>122</sup>.

**IV. Na Alemanha, a Constituição de 1949** apenas estabelece, com vista a garantir e melhorar as condições de trabalho, o direito de constituir associações, bem como, que os acordos que restrinjam ou impeçam o exercício do direito de constituir associações são nulos, sendo as medidas tomadas nesse sentido consideradas ilícitas (**§ III do art.º 9.º**)<sup>123</sup>.

---

<sup>120</sup> Tal como decidiu a Court no caso *Schmidt* “*The grant of a right to strike represents without any doubt one of the most important means [of an effective enjoyment of trade union freedoms], but there are others. Such a right, which is not expressly enshrined in Article 11, may be subject under national law to regulation of a kind that limits its exercise in certain instances.*”. Disponível em <http://www.ier.org.uk/system/files/The+Right+to+Strike+A+Comparative+Perspective.pdf>

<sup>121</sup> Tem sido entendimento que do **n.º 1 do art.º 11.º do Human Rights Act** resulta reconhecido, - ainda que não seja feita menção expressa -, o direito à greve, decorrendo do **n.º 2** do mesmo preceito que, por regra, não devem ser aplicadas quaisquer restrições àquele direito. Por outro lado, o **Employment Relations Act 1999** preocupou-se em considerar que o despedimento de funcionários que participem em greves serão considerados automaticamente injustos se o principal motivo, ou, pelo menos, um dos motivos, residir no facto de o trabalhador ter participado numa greve. (Editado por) Arabella Stewart/ Mark Bell, The Institute of Employment Rights, *A study of national law in six EU states*, pp. 98-98. Disponível em <http://www.ier.org.uk/system/files/The+Right+to+Strike+A+Comparative+Perspective.pdf>

<sup>122</sup> O direito à greve ocupa lugar de destaque na Constituição Espanhola, encontrando-se consagrado como um dos direitos fundamentais e liberdades públicas da secção 1.ª do capítulo II. CARLOS MOLERO MANGLANO/ JOSÉ MANUEL SÁNCHEZ-CERVERA VALDÉS/Mª JOSÉ LÓPEZ ÁLVAREZ/ANA MATORRAS DÍAZ-CANEJA, *Manual De Derecho Del Trabajo*, op. cit., p. 967.

<sup>123</sup> SOFIA INÊS FIDALGO VICENTE, *A Greve e a Prestação de Serviços Mínimos: Estudo dos Casos dos Correios e Telecomunicações, Serviços Médicos, Hospitalares e Medicamentosos e o Metropolitano de Lisboa*, op. cit., p. 19.



Desta forma importa concluir que o reconhecimento do direito à greve na Alemanha, não só não passou por um reconhecimento constitucional – limitando-se a ser inferido do direito à associação -, como, por outro lado, também não dispõe de um regime legal que regule os termos do seu exercício<sup>124</sup>: na verdade, a regulamentação vigente sobre a greve advém da jurisprudência ou de contratos coletivos de trabalho<sup>125</sup>.

V. No seguimento da Conferência Internacional de Chapultepec em 1945, o **Brasil**, em 1946, aprovou o **Decreto-Lei n.º 9.070, de 15 de março**, o qual se assume como a primeira lei ordinária que regula a greve; nesta sequência, foi também ainda aprovada a **Constituição de 1946** a qual reconhece, originariamente, o direito à greve a nível constitucional, remetendo a respetiva regulamentação para o **Decreto-Lei n.º 9.070, de 15 de março de 1946** (cfr. **art.º 158.º da Constituição**).

A **Constituição de 1967** manteve o direito de greve reconhecido, mas proibiu o seu exercício, quer por parte dos funcionários públicos, quer nas atividades consideradas essenciais (**§ 7 do art.º 157.º**).

Já em 1988, já após o Brasil ter passado por um golpe militar, é aprovada a **Constituição da República Federativa** – atualmente em vigor – a qual reconhece o direito à greve de forma mais ampla<sup>126</sup>, estipulando no seu **art.º 9.º** que “*É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.*”: do **§ 1** resulta que compete à lei definir “*(...) os serviços ou atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.*”; resultando do **§ 2** que “*Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.*”.

---

<sup>124</sup> MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III*, op. cit., p. 430.

<sup>125</sup> ANTÓNIO JORGE MOTTA VEIGA refere mesmo que a jurisprudência do Supremo Tribunal do Trabalho não tem encarado a greve como um direito fundamental dos trabalhadores, mas apenas e tão-só “*(...) como um instituto complementar da contratação coletiva, isto é, como meio de pressionar as entidades patronais para a negociação.*”. ANTÓNIO JORGE MOTTA VEIGA, *Lições de Direito do Trabalho*, Universidade Lusíada, 8.ª edição.

<sup>126</sup> LARA MONYQUE BARBOZA DOS SANTOS EVELYN CARINE VILAS BÔAS EVANGELISTA, *A Greve: Características e Implicações no Mundo Jurídico e Social Brasileiro*, UNIFACS – Universidade de Salvador, Salvador, 2012, p. 4. Disponível em <http://www.revisbtas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/3063/2213>

Decorrido um ano é aprovada a **Lei n.º 7.783, de 28 de junho de 1989**<sup>127</sup>, da qual resulta que “*É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.*” (**art.º 1.º**).

### 6.3. A Evolução no Direito Português: As “Leis da Greve”, Receção Constitucional e o Código do Trabalho

I. Com o derrube da ditadura em 25 de abril de 1974, deu-se início a uma nova fase marcada por um intenso sentir reivindicativo por parte dos trabalhadores<sup>128</sup> e por um novo período de legitimidade do recurso à greve: na verdade, “*Com o golpe militar de 1974, consuma-se uma rutura no direito do trabalho (...); e, a partir dessa rutura, inicia-se um processo de mudança no sistema das relações coletivas: cai o sistema corporativo de estado e sobrevém um regime de liberdade sindical, de autonomia coletiva (livre contratação coletiva) e de direito de greve (...).*”<sup>129-130</sup>.”

II. Assim, logo a 27 de agosto<sup>131</sup> de 1974 foi aprovado o **Decreto-Lei n.º 392/74**, diploma que veio disciplinar e reconhecer expressamente o direito à greve<sup>132</sup>, o qual ficou conhecido como a “**Primeira Lei da Greve**”. Assim, deste Decreto-Lei realçamos as seguintes regras:

- a) O **Decreto-Lei n.º 392/74, de 27 de agosto** optou por definir a greve no seu **art.º 2.º**: “*Considera-se greve a recusa coletiva e concertada do trabalho*”

---

<sup>127</sup> Tal como refere MAURÍCIO GODINHO DELGADO a aprovação da **Lei n.º 7.783, de 18 de junho de 1989** é “o momento mais notável da afirmação do direito de greve na história brasileira.” MAURÍCIO GODINHO DELGADO, *Curso de Direito do Trabalho*, LTR Editora, 15.ª edição, p. 1472, *apud* ANA LUÍSA MEURER RAMOS, *A Greve no Setor Público: O Caso dos Magistrados*, *op. cit.*, p. 25.

<sup>128</sup> Nas palavras de BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, as greves realizadas no pós-25 de abril tiveram um “êxito espetacular”, tendo para tal contribuído os ventos de mudança políticos e a classe patronal que se encontrava “impreparada e intimidada”. BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Direito da Greve*, *op cit.*, p. 23; BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Manual de Direito do Trabalho*, *op. cit.*, p. 157.

<sup>129</sup> MÁRIO PINTO, *Direito do Trabalho – Sumário das Lições Proferidas ao Curso do 4.º Ano de Direito*, *op. cit.*, pp. 55-56.

<sup>130</sup> Sublinhado nosso.

<sup>131</sup> Logo após a Revolução dos Cravos, foi aprovado o **Decreto-Lei n.º 217/74, de 27 maio**, o qual determinava no **n.º 3 do art.º 6.º** que no prazo de 30 dias seria aprovada “(...) *legislação adequada sobre organizações sindicais de trabalhadores e associações patronais, bem como legislação que regulamente a greve, o lock-out e as relações coletivas.*”. Porém, apenas a 27 de agosto viria a ser aprovada a “Primeira Lei da Greve”.

<sup>132</sup> Cfr. **art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 392/74**.

*tendente à defesa e promoção dos interesses coletivos profissionais dos trabalhadores.”;*

- b)** Por sua vez, e contrariamente ao que sucedia ao abrigo da legislação precedente, o **art.º 4.º** não proibia o direito à greve aos funcionários públicos, apenas colocou o seu exercício efetivo na dependência de aprovação de regulamentação própria. Contudo, e nos termos do **art.º 3.º**, a greve não era permitida às forças militares e militarizadas, aos magistrados judiciais, às forças policiais e guardas prisionais e aos bombeiros;
- c)** Regulava-se o processo de declaração da greve (**art.º 9.º**) e fixava-se um dever de pré-aviso geral com a antecedência mínima de 7 dias úteis (**art.º 11.º**) ou de 10 dias caso se tratasse de greve em empresa de utilidade pública (**art.º 17.º**);
- d)** Nas empresas de utilidade pública (*e.g.*, todas as empresas que respeitassem a indústrias essenciais à defesa nacional; empresas funerárias; as empresas que prestassem cuidados médicos, hospitalares e medicamentosos) os trabalhadores ficavam obrigados a “(...) assegurar, durante a greve, os serviços (...) por forma a garantir a satisfação das necessidades mais urgentes.” (**art.º 17.º**).
- e)** Admitia-se o *lock-out* defensivo (**art.º 21.º**), *i.e.*, “o encerramento com a finalidade de proteger a empresa perante riscos relacionados com situações conflituais.”<sup>133</sup>.

Contudo, o certo é que a “**Primeira Lei da Greve**”, tendo em conta a efervescente dinâmica social vivida na época, foi completamente ignorada na prática social<sup>134</sup>, o

---

<sup>133</sup> ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *A Lei e as Greves – Comentários a Dezasseis Artigos do Código do Trabalho*, op. cit., p. 13.

<sup>134</sup> *Idem.*, op. cit., nota 10 da p. 13.

que levou a que, um pouco a par do que houvera sucedido em 1910, as greves se tenham desenrolado completamente à margem da lei<sup>135</sup>.

**III.** Já em fase de maior estabilização, em 1976, foi aprovada a **CRP**, a qual veio acolher entre os seus direitos fundamentais o direito à greve (**art.º 59.º**), resultando expressamente do **n.º 1 do art.º 59.º** que era garantido o direito à greve, competindo aos “(...) trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito.<sup>136</sup>” (**n.º 2**).

**IV.** Por sua vez, e em execução àquele preceito constitucional foi aprovada a **Lei n.º 65/77, de 26 de agosto** – a denominada “**Segunda Lei da Greve**” – a qual revogou o **Decreto-Lei n.º 392/74, de 28 de agosto** - que, como vimos, não foi capaz de impor a sua regulamentação e garantir o exercício do direito à greve de forma ordeira -, e, em obediência ao **art.º 59.º da CRP**, veio completar a disciplina do direito à greve: no fundo, “*O diploma de 1977 não consubstanciava qualquer tentativa no sentido de qualificar, em termos algo precisos, os motivos ou fundamentos da greve; nem mesmo no de introduzir algumas precisões do tocante às formas que o exercício daquele direito pode assumir. Apenas assumiam relevo notório os aspetos processuais relativos à deliberação e declaração da greve (arts.º 2.º, 3.º e 5.º), bem como os referentes à salvaguarda da liberdade de trabalho (arts.º 4.º e 10.º) e dos serviços essenciais (art.º 8.º). No que toca aos efeitos da greve, mantinha-se, no essencial, a solução do DL 392/74.*<sup>137-138</sup>”.

Neste conspecto, e no *essencial*, da “**Segunda Lei da Greve**” importa realçar que:

- a) Passa a prever-se expressamente no **art.º 4.º** a admissibilidade de piquetes de greve, permitindo-se que, quer as associações sindicais, quer as comissões de greve, pudessem desenvolver atividades por meios pacíficos a fim de persuadir os trabalhadores a aderir à greve;

---

<sup>135</sup> BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Direito da Greve*, op cit., p. 28; ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Manual de Direito do Trabalho*, op. cit., p. 381.

<sup>136</sup> Sublinhado nosso.

<sup>137</sup> ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *Direito do Trabalho*, Almedina, 17.ª edição, pp. 825-826.

<sup>138</sup> Negritos nossos.

- b) A **Lei n.º 65/77, de 26 de agosto**, no seu **art.º 5.º**, veio ainda estabelecer novos prazos de pré-aviso a observar em caso de greve: o prazo de pré-aviso geral passa a ser de apenas 48 horas (n.º 1) e, em caso de empresa ou estabelecimento que se destinasse à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, a greve deve ser comunicada com uma antecedência mínima de 5 dias (n.º 2);
- c) Por sua vez, e no que toca aos serviços essenciais, estabeleceu-se no **art.º 8.º** que nas empresas ou estabelecimentos que se destinassem à satisfação de necessidades sociais impreteríveis<sup>139-140</sup>, as associações sindicais e os trabalhadores ficavam obrigados a assegurar, no período de duração da greve, a prestação de serviços mínimos indispensáveis à satisfação daquelas necessidades (**n.º 1**), ou, ainda, os serviços necessários à segurança e manutenção dos equipamentos (**n.º 3**);
- d) Os **n.ºs 4 a 7 do art.º 8.º** previam – após a revisão operada pela **Lei n.º 30/92, de 20 de outubro** - a forma de determinação do âmbito dos serviços mínimos<sup>141</sup>. Deste modo, nos termos do **n.º 4**, os serviços mínimos seriam

---

<sup>139</sup> A “**Segunda Lei da Greve**” veio enumerar – de forma exemplificativa – os setores em que atuam as empresas ou estabelecimentos que se consideram destinadas à satisfação de necessidades sociais impreteríveis. Para além de existir uma destriça entre os setores enumerados em cada um daqueles diplomas, constata-se ainda que a “**Segunda Lei da Greve**”, ao contrário do **Decreto-Lei n.º 392/74**, deixou claro que a enumeração era meramente exemplificativa, termos em que, e tal como referia ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, se poderiam considerar também “necessidades sociais impreteríveis” o fabrico e distribuição de pão, abastecimento de combustíveis e recolha de lixo. O STA, em acórdão proferido em 28 de janeiro de 1992, qualificou o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., como empresa destinada à satisfação de necessidades sociais impreteríveis nos termos da **alínea g), do n.º 2 do art.º 8.º**. ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *Direito da Greve – Notas e Comentários à Lei n.º 65/77, de 26 de agosto*, Almedina, 1982, p. 63; MARIA DO ROSÁRIO RAMALHO, *Lei da Greve Anotada*, Lex, Lisboa, 1994, p. 60.

<sup>140</sup> A título exemplificativo, foram elencados os seguintes setores: correio e telecomunicações, serviços médicos, hospitalares e medicamentosos, funerários, serviços de energia e minas, abastecimento de águas, bombeiros, transportes, cargas e descargas de animais e géneros alimentares deterioráveis (**n.º 2 do art.º 8.º**).

<sup>141</sup> Tendo em conta que o texto primitivo não se referia à forma de determinação dos serviços mínimos, existiam várias opiniões dissonantes: alguns autores defendiam que a definição do âmbito dos serviços mínimos competia às associações sindicais e aos trabalhadores (JOSÉ JOÃO ABRANTES e GARCIA PEREIRA); Outros autores, como foi o caso de MENEZES CORDEIRO, “(...) *propugnavam* (...) *uma solução de compromisso*”, em que a regra seria a definição do âmbito dos serviços mínimos por acordo entre os representantes dos trabalhadores e o empregador, com a possibilidade de uma intervenção administrativa caso tal acordo não fosse obtido. MARIA DO ROSÁRIO RAMALHO, *Lei da Greve Anotada*, op. cit., p. 63.

preferencialmente definidos por “(...) *convenção coletiva ou por acordo* [entre o empregador e] *os representantes dos trabalhadores (...)*”; na ausência de acordo prévio quanto a esta matéria nos termos definidos pelo **n.º 4**, o **n.º 5** previa a intervenção do MTSSS, o qual convocaria os representantes dos trabalhadores e dos empregadores “(...) *tendo em vista a negociação de um acordo quanto aos serviços mínimos e quanto aos meios necessários para os assegurar.*”; por fim, e não tendo sido possível alcançar um acordo entre os representantes até ao 5.º dia posterior ao pré-aviso, então, nesse caso, a definição dos serviços mínimos e dos meios para os assegurar seria feito pelo *Governo, em despacho conjunto do MTSSS e do Ministro responsável pelo setor de atividade, sempre “ (...) com observância dos princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade.” (n.º 6)*<sup>142</sup>.

- e)** Por sua vez, o **n.º 8 do art.º 8.º** previa que competia às associações sindicais ou às comissões de trabalhadores designar, até 48 horas antes do início da greve, os trabalhadores que ficariam adstritos à prestação de serviços mínimos. Caso tal dever fosse incumprido, competiria à entidade empregadora proceder a tal designação.

---

<sup>142</sup> Sucede, porém, que o **n.º 6** foi objeto de apreciação preventiva da constitucionalidade por parte do **Acórdão do TC n.º 289/92, de 19 de setembro de 1992**. No fundo, o fundamento invocado para defender a inconstitucionalidade daquele preceito prendia-se com o facto da “(...) *fixação dos serviços mínimos por despacho ministerial conjunto parece[r] conduzir a uma margem de discricionariedade do ato administrativo a praticar, que pode pôr em causa as razões constitucionais que ditam o princípio da reserva de lei.*”. Contudo, e como veio defender o TC, a intervenção do Governo na definição de serviços mínimos funciona apenas como “*ultima ratio*, sendo que, “*O autor do despacho tem [sempre] de explicar como e porque está a observar os critérios de adequação, necessidade e proporcionalidade.*”, o que “(...) *garante a eficácia do controlo (...) do despacho conjunto de fixação dos serviços mínimos.*”. Nestes termos, o TC concluiu pela constitucionalidade do **n.º 6 do art.º 8.º (in Acórdão do TC n.º 289/92, de 19 de setembro, Lisboa, proc. n.º 447/92. Disponível in <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19920289.html>).**

Posteriormente, em 1996 as alterações realizadas ao **art.º 8.º** pela **Lei n.º 30/92, de 20 de outubro** foram, novamente, objeto de apreciação da constitucionalidade. Desta vez o TC concluiu pela inconstitucionalidade da **Lei n.º 30/92, de 20 de outubro: a alínea g) do nº 2 e os nºs. 4, 5, 7, 8, e 9 do artigo 8º** não foram sujeitos a votação na especialidade, “*Logo, vale dizer, por outras palavras, que nenhuma dessas normas, que integram o artigo 8º, respeitou o parâmetro constitucional plasmado no artigo 171º, nº 2, da CR: a falta de votação na especialidade constitui inobservância das regras constitucionais, no critério que o acórdão nº 289/92 teve em conta e, de igual modo, contraria a lógica que à votação na especialidade assiste, a da aprovação do texto de cada um dos preceitos, incidindo a votação sobre cada uma das soluções concretas.*”. Assim, concluiu o TC pela inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da **alínea g) do nº 2 e os nºs. 4, 5, 6, 7, 8, e 9 do artigo 8º da Segunda Lei da Greve (Acórdão do TC n.º 868/96, de 04 de julho, Lisboa, proc. n.º 613/92. Disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19960868.html>).**

V. Ora, atendendo a que resultava – e resulta ainda - do **n.º 2 do art.º 59.º da CRP** que a lei não pode limitar o âmbito de exercício do direito à greve por parte dos trabalhadores, a constitucionalidade do **art.º 8.º da “Segunda Lei da Greve”**, na medida em que estabelece restrições ao seu exercício pleno e absoluto, foi, desde cedo, colocado em causa. Contudo, quer a doutrina, quer a jurisprudência, acabaram por assentir e reconhecer que as restrições decorrentes da obrigatoriedade de prestação de serviços mínimos, ainda que não expressamente autorizadas pela CRP, eram plenamente admissíveis porquanto o direito à greve é um direito não absoluto que necessita de ser conjugado com outros direitos<sup>143</sup>, termos em que a sua constitucionalidade foi plenamente reconhecida.

Mas, e se dúvidas restassem, com a revisão constitucional de 1997 as mesmas seriam dissipadas, tendo a **CRP** passado a prever expressamente no **n.º 3 do art.º 57.º**<sup>144</sup> a obrigação de manutenção dos serviços mínimos.

VI. Com a entrada em vigor do **CT2003**, aprovado pela **Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto**, a “**Segunda Lei da Greve**” foi revogada (**alínea e), do n.º 1 do art.º 21.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto**), passando a constar dos **artigos 591.º a 607.º do CT2003** a disciplina jurídica da greve, e, em especial, da obrigação de prestação de serviços mínimos, dos **n.ºs 2 e 3 do art.º 595.º, do n.º 2 do art.º 596.º** e dos **artigos 598.º a 601.º do CT2003**.

Ora, na verdade, e como bem realça ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, “*o Código do Trabalho, recolheu, em substância, e até quase na letra, o legado da Lei n.º 65/77. A codificação, pode dizer-se, pouco mais fez do que absorver sistematicamente ‘a direito constante’, o regime jurídico da greve que vigorava. Como novidades importantes podem apenas anotar-se a resolução do problema antigo de saber por*

---

<sup>143</sup> MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Lei da Greve Anotada, op. cit.*, p. 59.

<sup>144</sup> O direito à greve previsto, na versão originária da **CRP**, no seu **art.º 59.º**, em virtude da revisão constitucional de 1982 passou a constar, *de forma inalterada*, do **art.º 58.º**. Posteriormente, com a revisão constitucional de 1989, o preceito foi de novo reenumerado passando a corresponder ao (atual) **art.º 57.º**.

quem e como são definidos os 'serviços mínimos' a prestar pelos trabalhadores em greve<sup>145</sup> e a admissibilidade de cláusulas de paz social relativa.<sup>146-147-148</sup>”.

VI. Por sua vez, o CT, aprovado pela **Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro**, que revogou o CT2003 (alínea a), do n.º 1 do art.º 12.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), também não trouxe alterações de maior no que a esta matéria diz respeito: assim, e no CT a greve passou a ser regulada nos **artigos 530.º a 543.º**, constando dos **n.ºs 1, 3 e 4**<sup>149</sup> do art.º 534.º, do n.º 2 do art.º 535.º, do art.º 537.º e 538.º<sup>150</sup> e do n.º 3 do art.º 541.º, todos do CT, a regulação da prestação de serviços mínimos por parte dos trabalhadores<sup>151</sup>.

---

<sup>145</sup> Na verdade, e no essencial, o regime da greve constante do CT2003 não conheceu alterações de maior face ao regime que o antecedeu. Assim, apenas merece aqui destaque: **(i) o n.º 3 do art.º 595.º do CT2003** do qual passou a constar que do logo do aviso prévio de greve deve constar uma proposta de definição, quer dos serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações, quer uma proposta de definição de serviços mínimos caso se trate de empresa que se destine à satisfação de necessidades sociais impreteríveis; **(ii) o art.º 596.º do CT2003** veio estabelecer que apenas é permitida a substituição de trabalhador grevista por empresa especialmente contratada para esse fim nos casos em que não esteja garantida a satisfação das necessidades sociais impreteríveis ou dos serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos ou instalações; **(iii) o art.º 600.º do CT2003** veio estabelecer expressamente os efeitos dos contratos de trabalho dos trabalhadores obrigados à prestação de serviços mínimos, os quais se mantêm “(...) na estrita medida necessária à prestação desses serviços, sob a autoridade e direção do empregador, tendo direito, nomeadamente, à retribuição.”; **(iv)** por sua vez, o **art.º 599.º do CT2003** veio repor, praticamente na sua plenitude, o regime que resultava dos **n.ºs 4 a 9 do art.º 8.º da “Segunda Lei da Greve**. A única diferença de regime que merece aqui destaque é o **n.º 4 do art.º 599.º do CT2003** o qual passou a estabelecer que em caso de serviços que integrem a administração direta ou indireta do Estado, ou de empresa que integre o Setor Empresarial do Estado, na falta de um acordo após o 3.º dia posterior ao aviso prévio de greve, “(...) a definição dos serviços e meios (...) compete a um colégio arbitral composto por três árbitros (...)”.

<sup>146</sup> ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *A Lei e as Greves – Comentários a Dezasseis Artigos do Código do Trabalho*, Almedina, p. 16.

<sup>147</sup> Negrito e sublinhado nossos.

<sup>148</sup> Também nesta senda, JOSÉ JOÃO ABRANTES refere que no que respeita à regulação do direito à greve, o CT2003 “(...), em termos substanciais, (...) limitou[-se], quanto a esta matéria, a recuperar o regime da **Lei n.º 30/92, de 20-10**, que alterara a versão originária daquela lei sobre prazos de pré-aviso e sobre procedimentos para definição de serviços mínimos em caso de greve nos serviços essenciais (...)”. JOSÉ JOÃO ABRANTES, *A Greve no Novo Código do Trabalho*, in *A Reforma do Código do Trabalho*, Centro de Estudos Judiciários – Inspeção-Geral do Trabalho, Coimbra Editora, 2004, p. 651.

<sup>149</sup> Na revisão de 2009 foi acrescentado o **n.º 4 ao art.º 534.º**, passando assim a dispensar-se a apresentação de proposta de definição de serviços mínimos no aviso prévio de greve, caso os mesmos se achem regulados em IRCT e “(...) desde que seja devidamente identificado o respetivo instrumento.”.

<sup>150</sup> O **n.º 3 do art.º 538.º do CT** representa uma inovação face ao regime precedente, passando, assim, a prever-se que “Na negociação de serviços mínimos relativos a greve substancialmente idêntica a, pelo menos, duas greves anteriores para as quais a definição de serviços mínimos por arbitragem tenha igual conteúdo, o serviço referido no número anterior propõe às partes que aceitem essa mesma definição, devendo, em caso de rejeição, a mesma constar da ata da negociação.”.

<sup>151</sup> *Infra* veremos, em termos gerais, o regime da greve constante do CT. Vide pp. 62-66.



## **Capítulo II. – O Direito de Greve: Das Suas Fontes, Da Sua Caracterização e Delimitação**

**SUMÁRIO:** 7. Enquadramento; 8. Das suas Fontes Jurídicas; 9. Caracterização e Aspetos Gerais no Direito à Greve; 9.1. “A Greve Constitui, nos Termos da Constituição, um Direito dos Trabalhadores”; 9.1.1. A Regulação Constitucional-Garantística; 9.1.2. O Direito à Greve é um Direito dos Trabalhadores (Subordinados)? 9.2. Como Definir a Greve: Do Seu Conceito; 9.3. Da Sua Regulamentação no Código do Trabalho: Abordagem Geral ao Procedimento de Greve; 9.4. Olhar Breve no Regime Disciplinador da Greve no Direito Comparado;

### **7. Enquadramento**

I. Depois de termos feito um breve percurso na evolução histórica da greve, percebendo os diversos “avanços e recuos” que este fenómeno jurídico (mas também social) foi sofrendo ao longo do tempo, importa ora analisar alguns elementos centrais do regime da greve: na verdade, e antes de interrelacionarmos o direito à greve *tout court* com os serviços mínimos, consideramos ser relevante fazer uma breve excursão nos traços gerais do regime da greve, conhecendo o sistema disciplinador resultante da **CRP** e do **CT**.

II. Assim, neste 2.º capítulo iremos, num primeiro momento, analisar as diversas fontes jurídicas das quais emerge o direito à greve (fontes de Direito internacional, de Direito Comunitário, regulação constitucional e legal) passando, de seguida, à caracterização e delimitação do direito à greve, percebendo o seu conceito e critérios e traçando, em termos necessariamente breves, o seu regime geral substantivo resultante do nosso **CT**.

### **8. Das Suas Fontes Jurídicas**

I. Sendo a greve o principal conflito coletivo de trabalho, e devendo-se a ela grande parte da evolução e do reconhecimento dos direitos dos trabalhadores, a sua regulação tem merecido a atenção de diversos diplomas internacionais, comunitários, constitucionais e legais, sendo, também, uma matéria bastante premiada em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho<sup>152</sup>.

---

<sup>152</sup> CARLOS PROENÇA, *Greve e Lock-Out: Princípios Comunitários e Direito Português*, Lisboa, 2002, pp. 11 e ss.

II. Desde logo, e ao nível do Direito Internacional, importa fazer referência à **Declaração Universal dos Direitos do Homem**<sup>153</sup>, a qual foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro 1948 (resolução 217 A III). Embora a **Declaração Universal dos Direitos do Homem** não faça referência expressa ao direito à greve por parte dos trabalhadores, sempre poderemos considerar que o mesmo se encontra implicitamente previsto **no n.º 1 do art.º 20.º** e no **n.º 4 do art.º 23.º**, dos quais resulta que “*Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.*” e que “*Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.*”.

Por sua vez, aquela Declaração foi completada e desenvolvida pelo **Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais**<sup>154-155</sup>, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966, através da Resolução n.º 2200 A, do qual resulta o reconhecimento do direito à greve por parte dos trabalhadores “*(...) sempre que exercido em conformidade com as leis de cada país.*” (alínea d), do **n.º 1 do art.º 8.º**).

A **Convenção Europeia para a Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais**, vulgarmente conhecida por **Convenção Europeia dos Direitos do Homem**, foi assinada em 1950, tendo entrado em vigor a 03 de setembro de 1953<sup>156</sup>. A par do que sucede com a **Declaração Universal dos Direitos do Homem**, a **Convenção Europeia** também não prevê de forma expressa e cristalina o direito à greve, resultando apenas do **n.º 1 do art.º 11.º** que “*Qualquer pessoa tem direito à liberdade de reunião pacífica e à liberdade de associação, incluindo o direito de, com outrem, fundar e filiar-se em sindicatos para a defesa dos seus interesses.*”. O **n.º 2 do art.º 11.º** preocupou-se em estabelecer fortes limites às restrições que pudessem operar contra aqueles direitos, estabelecendo que “*O exercício deste direito só pode ser objeto de restrições que, sendo previstas na lei,*

---

<sup>153</sup> Publicada no Diário de República n.º 57, I Série, de 9 de março de 1978.

<sup>154</sup> O **Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais** foi aprovado e ratificado em Portugal através da **Lei n.º 45/78, de 11 de julho**.

<sup>155</sup> ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA/ FAUSTO DE QUADROS, *Manual de Direito Internacional Público*, Almedina, 3.ª edição, p. 536.

<sup>156</sup> Portugal aderiu à Convenção Europeia dos Direitos do Homem a 09 de novembro de 1978 (Aviso publicado no Diário da República de 02/01/1979). *Idem.*, op. cit., pp. 604, 624-626.

*constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a proteção da saúde ou da moral, ou a proteção dos direitos e das liberdades de terceiros.”, não proibindo, porém que fossem “(...) impostas restrições legítimas ao exercício destes direitos aos membros das forças armadas, da polícia ou da administração do Estado.”.*

Também a **Carta Social Europeia**<sup>157</sup>, adotada pelo Conselho da Europa em 1961, e revista em 1996, prevê o reconhecimento do “(...) direito dos trabalhadores e dos empregadores a ações coletivas no caso de conflitos de interesses, incluindo o direito de greve, sob reserva das obrigações decorrentes das convenções coletivas em vigor.” (n.º 4 do art.º 6.º).

A partir do século XIX, atentas as degradantes e deploráveis condições de trabalho a que muitos trabalhadores eram sujeitos, a Comunidade Internacional começou a perceber que era tempo de promover a proteção jurídica dos trabalhadores. Nesta senda, e com o objetivo claro de instaurar a justiça social no mundo do trabalho, em 11 de abril de 1919 surge a OIT<sup>158</sup>. Ao nível das **Convenções**<sup>159</sup> emanadas pela OIT com relevo para o presente estudo, importa realçar a **Convenção n.º 87, relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical** e a **Convenção n.º 98 sobre a Aplicação dos Princípios do Direito de Organização e de Negociação Coletiva**: não obstante não existir nenhuma convenção que, expressamente, reconheça o direito à greve por parte dos trabalhadores, a doutrina é unânime ao considerar que “(...) nas convenções n.ºs 87 e 98 da OIT, (...) a greve é contemplada de forma implícita, [sendo] reduzida ao âmbito da liberdade sindical e da negociação coletiva (...).<sup>160/161</sup>.”

---

<sup>157</sup> A Carta Social Europeia foi aprovada para ratificação pela **Resolução da Assembleia da República n.º 64-A/2001** e ratificada pelo **Decreto do Presidente da República n.º 54-A/2001**.

<sup>158</sup> Portugal é membro fundador da Organização Internacional do Trabalho. *Idem., op. cit.*, p. 555.

<sup>159</sup> Ao contrário das Recomendações que são meramente indicativas, as Convenções, após ratificação pelos Estados, são obrigatórias. *Idem., op. cit.*, p. 557.

<sup>160</sup> JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, *op. cit.*, p. 27, nota 31.

<sup>161</sup> Tal como tem vindo a reconhecer a OIT, embora o direito à greve não possa ser negado àqueles que prestam a sua atividade em empresa destinada à satisfação de serviços essenciais, o seu direito à greve pode ser limitado. Porém, e de acordo com a OIT, os serviços essenciais devem sempre ser considerados na “(...) aceção estrita do termo (...)”, apenas devendo designar “(...) os serviços cuja interrupção poria em perigo, no conjunto ou em parte da população, a vida, segurança e saúde da pessoa.”. Para BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, tal “(...) entendimento está desatualizado e permite uma injusta capacidade reivindicativa a certos sindicatos.”. AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO, *Liberdade Sindical na Prática: Lições a Retirar*, in Relatório Global de Acompanhamento da Declaração da OIT Relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho

III. Por outro lado, e atendendo a que a regulação da greve tem sido, desde cedo, uma matéria que não reúne consensos<sup>162</sup>, a sua disciplina ao nível de Direito Comunitário mostra-se bastante escassa<sup>163</sup>.

Porém, sempre importa relevar a **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia**, aprovada na Cimeira de Nice, em 07 de dezembro de 2000<sup>164</sup>, a qual apenas se tornou juridicamente vinculativa em dezembro de 2009, que reconhece, de forma expressa, o direito à greve no seu **art.º 28.º**: *“Os trabalhadores e as entidades patronais, ou as respetivas organizações, têm, de acordo com o direito da União e as legislações e práticas nacionais, o direito de negociar e de celebrar convenções coletivas aos níveis apropriados, bem como de recorrer, em caso de conflito de interesses, a ações coletivas para a defesa dos seus interesses, incluindo a greve.”*.

CARLOS PROENÇA faz ainda referência à **Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores**, *“(...) que no seu ponto 13 esclarece que o direito de recorrer a ações coletivas em caso de conflito de interesses ‘inclui o direito de greve, sob reserva das obrigações resultantes das regulamentações nacionais e das convenções coletivas.’”*<sup>165</sup>.

IV. Ao nível do Direito nacional, e Constitucional, a **CRP** no seu **art.º 57.º** garante a todos os trabalhadores o direito à greve (**n.º 1**)<sup>166</sup>, competindo a estes, e não à lei, *“(...) definir o âmbito de interesses a defender através da greve, não podendo a lei*

---

– Conferência Internacional do Trabalho, 97.<sup>a</sup> sessão, 2008, p. 48. Disponível em [http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorioglobal\\_2008.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorioglobal_2008.pdf).  
BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Manual de Direito do Trabalho*, op. cit., p. 169.

<sup>162</sup> Neste sentido, CARLOS PROENÇA refere que existe uma *“enorme dificuldade de definição de um standard supranacional de tutela do direito à greve”* porquanto *“os regimes jurídicos nacionais reguladores da greve nos países da União Europeia caracterizam-se por profundas diferenças na sua regulamentação. Podemos mesmo dizer que não só não existe um modelo europeu de greve, como há, nesta matéria, uma variedade maior do que a verificada em qualquer outro importante instituto do direito laboral.”*. CARLOS PROENÇA, *Greve e Lock-Out: Princípios Comunitários e Direito Português*, op. cit., pp. 40-44.

<sup>163</sup> Desde logo, do **n.º 5 do art.º 153.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia** parece resultar a exclusão de uma possível intervenção reguladora da greve por parte da União Europeia, o que demonstra plenamente a prevalência e preferência que tem sido dada à regulação nacional no que se refere à greve.

<sup>164</sup> FAUSTO DE QUADROS, *Direito da União Europeia*, Almedina, setembro, 2004, pp. 145-181.

<sup>165</sup> CARLOS PROENÇA, *Greve e Lock-Out: Princípios Comunitários e Direito Português*, op. cit., p. 11.

<sup>166</sup> O direito à greve acaba por ter um valor ainda mais reforçado atendendo à proibição do lock-out resultante do **n.º 4**: como refere ROSÁRIO RAMALHO, ao proibir o lock-out o nosso ordenamento jurídico optou por atribuir ao trabalhador uma posição de vantagem, recusando, assim, o princípio da paridade de armas nos conflitos coletivos. MÁRIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III*, op. cit., p. 437.

*limitar esse âmbito.” (n.º 2)<sup>167</sup>. Porém, a verdade é que “Não obstante o direito de greve ser incontestável, há que ponderar certos limites na sua atuação, apesar do disposto no art.º 57.º, n.º 2, da CRP. (...) Há, de facto, uma proibição constitucional de limitar o âmbito da greve, mas o direito não pode admitir situações ilícitas sob o «manto» da greve.”<sup>168</sup>.*

Assim, neste sentido, e precisamente porque o direito à greve não pode ser considerado um direito absoluto e de exercício ilimitado<sup>169</sup>, foi a própria **CRP** que no **n.º 3 do art.º 57.º** veio estabelecer que, quer a segurança e manutenção de equipamentos e instalações, quer a prestação de serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, devem prevalecer sob o direito à greve que, tanto num caso como noutro, se vê limitado no seu exercício<sup>170</sup>.

A greve encontra-se ainda substantivamente regulada no **CT**, na Secção I, intitulada “Greve”, do Capítulo II da “Greve e proibição do *lock-out*”, o que corresponde aos **art.ºs 530.º a 543.º**<sup>171</sup>.

---

<sup>167</sup> Nas palavras de ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, o facto de o legislador ter ressalvado que a lei não pode limitar o âmbito da greve pressupõe, não só que foi concedido um espaço de intervenção ao legislador infraconstitucional para regulamentar a greve, mas, também que a CRP pretendeu assegurar e garantir o direito à greve contra o próprio legislador ordinário, balizando a sua intervenção. ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *A Lei e as Greves – Comentários a Dezasseis Artigos do Código do Trabalho*, pp. 13 e 14.

<sup>168</sup> PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho*, op. cit., p. 1191.

<sup>169</sup> Desde logo, o **art.º 270.º da CRP** estabeleceu limites ao direito à greve quanto a militares e agentes militarizados, podendo a lei não admitir “(...) o direito à greve, mesmo quando reconhecido o direito de associação sindical.”

<sup>170</sup> MÁRIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III*, op. cit., p. 437.

<sup>171</sup> Nas palavras de ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, cabe indagar se se revela premente que Portugal disponha de um regime regulador da greve, quando tal se revela quase uma “singularidade europeia”. ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *A Lei e as Greves – Comentários a Dezasseis Artigos do Código do Trabalho*, p. 10.

## 9. Caracterização e Aspetos Gerais do Direito à Greve

### 9.1. “A Greve Constitui, nos Termos da Constituição, um Direito dos Trabalhadores”

#### 9.1.1. A Regulação Constitucional-Garantística

I. Tal como resulta do já acima exposto, o ordenamento jurídico português configura a greve, no **n.º 1 do art.º 57.º da CRP** e no **n.º 1 do art.º 530.º do CT**, como um verdadeiro direito (fundamental) dos trabalhadores<sup>172</sup>. Mas pergunta-se: que tipo de direito é este? Como poderemos nós, afinal, caracterizar o direito à greve?

II. Desde logo, o facto de o texto constitucional ter reconhecido o direito à greve como um direito fundamental implica que ao trabalhador tenha sido reconhecido o poder de recusar a prestação laboral contratualmente devida sem que tal acarrete qualquer consequência jurídica desfavorável na sua esfera jurídica.

Assim, o direito à greve, tal-qual como se encontra consagrado no **art.º 57.º da CRP**, pode ser caracterizado como um “direito ao não impedimento da conduta pelos seus titulares” o que abrange, pois, não só a proteção do trabalhador contra todos os impedimentos que possam obstar em absoluto à realização da greve, mas, também, igualmente, todos os comportamentos que possam dificultar o exercício daquele direito<sup>173</sup>. *“Podemos assim concluir (...) que o conteúdo do direito fundamental à greve é a pretensão de não impedimento do exercício de uma conduta chamada greve. Ainda dentro da mesma linha de raciocínio, o bem protegido em causa será o interesse em*

---

<sup>172</sup> HÉLENE SINAY refere que “A consagração da greve como um direito significa o termo de um processo que, no fim de contas, vai ao arrepio da evolução geral das instituições (...)”, i.e., “(...) ao passo que aquela evolução aponta para o progressivo afastamento da ‘lei do mais forte’, pela renúncia de cada um fazer justiça por suas mãos, recorrendo primeiro a um árbitro e, depois, ao juiz, para dirimir os litígios, no Direito do Trabalho, ao contrário, erigiu-se em regra jurídica – e até constitucional – o direito de um grupo fazer justiça a si mesmo, impondo pela força as suas pretensões. Para tanto o Estado renuncia a intervir diretamente no conflito, abdicando nesse domínio do seu monopólio de fazer justiça.”. HÉLENE SINAY, *La grève* (Tome 6 de Droit du Travail), Dalloz, 2ª ed., 1984, p. 1; ANTÓNIO JORGE MOTTA VEIGA, *Lições de Direito do Trabalho*, op. cit.,

<sup>173</sup> Não obstante o **núcleo duro do direito à greve consagrado na CRP** ser, precisamente, a garantia de que cada trabalhador tem o direito de, em concertação com outros trabalhadores, se abster de trabalhar sem que possa ser alvo de nenhum constrangimento por parte do empregador, existem ainda outros poderes – e.g., direito a criar piquetes – que se assumem como direitos instrumentais e que se destinam a concretizar e a garantir o exercício efetivo e prático daquele direito. RUI TAVARES LANCEIRO, *A Renúncia ao Direito à Greve*, Relatório de Mestrado da Disciplina de Direitos Fundamentais, FDL, 2006/2007, p. 33.

*fazer greve livremente, sendo o respetivo âmbito de proteção, o exercício sem impedimentos da atividade designada greve.*<sup>174</sup>”.

**III.** Por sua vez, importa ainda aludir que o direito à greve é reconhecido “pré-constitucionalmente”, razão pela qual todas as normas legais reguladoras e disciplinadoras do direito à greve devem conter-se dentro da álea de permissão conferida pelo art.º 57.º da CRP: no fundo, e não obstante a CRP se ter limitado a garantir o direito à greve de forma genérica e sem qualquer tipo de densificação, não definindo ou concretizando aquele direito<sup>175</sup>, tal não significa – nem poderia em caso algum significar! – que o legislador constituinte tenha atribuído uma “carta em branco” ao legislador ordinário<sup>176</sup>.

**IV.** Deste modo, e tendo, então, precisamente, como “ponto de partida” o disposto no **art.º 57.º da CRP**, importa referir que o direito à greve se encontra inserido no Capítulo III – Direitos, Liberdades e Garantias dos Trabalhadores<sup>177</sup> do Título II – Direitos Liberdades e Garantias da CRP o que, consequentemente, e em virtude de tal qualificação e inserção sistemática, determina que o mesmo seja considerado um

---

<sup>174</sup> RUI TAVARES LANCEIRO, *A Renúncia ao Direito à Greve*, op. cit., p. 14.

<sup>175</sup> Na verdade, do **art.º 57.º da CRP** não resulta minimamente apreendido qual o tipo de greve que, nos termos da CRP, é constitucionalmente protegida e garantida aos trabalhadores. Ao invés de tentar delimitar o conceito de greve, o legislador preocupou-se em conferir uma certa amplitude àquele direito estipulando no **n.º 2 do art.º 57.º da CRP** que “*Compete aos trabalhadores [e não à lei] definir o âmbito de interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito.*”. Ainda que consideremos que não compete ao legislador constituinte proceder a definições, entendemos que o texto constitucional deveria – por questões de segurança jurídica - ter ido mais além na densificação daquele direito.

<sup>176</sup> Afinal, e como bem refere FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, “(...) apesar do laconismo do art.º 57.º, n.º 1, da CRP, esta norma não pode ser reduzida a uma mera declaração formal de reconhecimento do direito; ou seja, a parcimónia do legislador constituinte não deverá ser entendida como um cheque em branco, em que o legislador comum ficaria com a possibilidade de delimitar ou densificar discricionariamente o conteúdo do direito (...)”. FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, op. cit., p. 64.

<sup>177</sup> Neste Capítulo III encontram-se inseridos apenas alguns dos direitos dos trabalhadores os quais, segundo JOÃO CAUPERS, podem classificar-se entre **(i)** direitos que emergem da relação individual de trabalho e que estão intimamente relacionados com as condições de trabalho (o direito à segurança no emprego - **art.º 53.º da CRP**); **(ii)** e direitos que se inserem e reportam à autonomia coletiva dos trabalhadores, como direitos de participação (direito dos trabalhadores criarem comissões de trabalhadores - **art.º 54.º da CRP** – e os direitos dos sindicatos – **art.º 56.º da CRP**) e verdadeiras liberdades (direito de greve – **art.º 57.º da CRP** - e a liberdade de filiação sindical – **art.º 55.º da CRP**). Os demais direitos dos trabalhadores encontram-se incluídos no Capítulo I do Título III e são considerados direitos económicos, sociais e culturais. JOÃO CAUPERS, *Os Direitos Fundamentais dos Trabalhadores e a Constituição*, op. cit., pp. 109-110.

direito, liberdade e garantia<sup>178</sup> com sujeição ao denominado regime material dos direitos, liberdades e garantias (cfr. arts.º 17.º e ss. da CRP). Assim:

- a) O direito à greve vincula as entidades públicas e privadas (última parte do n.º 1 do art.º 18.º da CRP), *i.e.*, todas as entidades públicas e privadas estão vinculadas ao dever de não perturbar ou impedir o exercício do direito à greve por parte dos trabalhadores<sup>179</sup>. Deste modo, não só a entidade patronal – ou qualquer outra entidade privada, seja pessoa singular ou coletiva – não poderá opor-se ou dificultar o exercício legítimo e lícito do direito de greve, como, também, por outro lado, se impõe que o Estado, em

---

<sup>178</sup> ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES refere que o direito à greve é considerado um direito, liberdade e garantia em toda a sua plenitude porquanto: **(i)** na medida em que está excluída a possibilidade de punição do exercício do direito à greve, este pode ser, efetivamente, considerado como uma liberdade; **(ii)** o direito à greve é, ainda, um verdadeiro direito porque o exercício da greve por parte dos trabalhadores não gera qualquer tipo de responsabilidade contratual; **(iii)** por fim, o direito de greve “(...) é, finalmente, uma garantia constitucional, enquadrante e condicionante de quaisquer variações da lei ordinária, como resulta dos próprios termos do **art.º 57.º/1** (...)” [sublinhado e negrito nossos]. ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *A Lei e as Greves – Comentários a Dezasseis Artigos do Código do Trabalho*, op. cit., p. 30-31.

<sup>179</sup> Como consequência deste “dever geral de não impedimento do exercício da greve”, não poderá o trabalhador sofrer quaisquer consequências negativas ou retaliações por aderir, lícita e legitimamente, a uma greve.

Neste sentido, poder-se-á afirmar que “No direito à greve (...) encontra-se uma componente, a liberdade de suspender a prestação do trabalho, que impõe um **dever geral de abstenção de condutas que a possam ameaçar** – condutas que tanto podem advir da entidade patronal, como do Estado, designadamente através de uma eventual requisição civil dos grevistas à margem da respetiva lei reguladora, como dos cidadãos em geral (...) - indissociavelmente ligada a uma outra, que recai unicamente sobre a entidade patronal, e que se traduz no **dever de não substituir os grevistas por quem não fosse trabalhador do estabelecimento à data da receção do aviso prévio de greve**.”. RUI TAVARES LANCEIRO, *A Renúncia ao Direito à Greve*, op. cit., p. 14; JOÃO CAUPERS, *Os Direitos Fundamentais dos Trabalhadores e a Constituição*, op. cit., p. 149.



todas as suas dimensões<sup>180</sup>, respeite e “dê satisfação” ao direito à greve, não emitindo normas que se revelem com ele incompatíveis<sup>181-182</sup>.

- b) Por outro lado, o direito à greve revela-se ainda um direito diretamente aplicável (1.ª parte do n.º 1 do art.º 18.º da CRP), i.e., ele efetiva-se e vale por si mesmo, não dependendo a sua efetividade e o seu exercício de qualquer lei concretizadora<sup>183</sup>, o que implica, pois, que se possa considerar o direito à greve como um “direito atual e eficaz<sup>184</sup>”. Nestes termos, e ainda que não existisse qualquer regime regulador da greve<sup>185</sup>, os trabalhadores

---

<sup>180</sup> São destinatários públicos desta vinculação todas as entidades públicas, seja qual for a sua natureza jurídica e a sua função (política em sentido estrito, legislativa, executiva ou jurisdicional). Assim: (i) **o legislador** não pode criar leis que interfiram e afetem negativamente o conteúdo essencial e a âlea constitucional do direito à greve, devendo antes, pela positiva, não só adotar todas as soluções que melhor se conformem com o direito à greve, como, também, proteger, nas mais variadas formas, aquele direito; (ii) por sua vez, também a **administração pública** (e.g., central, regional, local, civil ou militar) em toda a sua atividade administrativa e em todos os seus órgãos tem o dever de respeitar o direito à greve (cfr. **n.º 2 do art.º 266.º da CRP**); (iii) aos **tribunais** compete, em última instância, apreciar e condenar quaisquer violações que atinjam o direito à greve (por exemplo, condenar o empregador no pagamento de coima por prática de uma contraordenação por violação do princípio da não substituição de grevistas (Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 16/12/2015, processo n.º 2509/15.2T8VIS.C1. Site: <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/629ce556f7f060d480257f30005b632d?OpenDocument>); (iv) Em geral, e “Na sua **ação política**, nenhum órgão do Estado se pode comprometer politicamente em procedimentos, praticar ou exercer atividades que impliquem ofensa (...)” ao direito à greve. JOSÉ MELO ALEXANDRINO, *Direitos Fundamentais – Introdução Geral*, Principia Editora, 2011, pp. 95-99; JORGE MIRANDA/RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, op. cit., p. 323.

<sup>181</sup> Por exemplo, se o Governo determinar a requisição civil sem cumprir os procedimentos fixados no **Decreto-Lei n.º 637/74, de 20 de novembro** (cfr. **n.º 3 do art.º 541.º do CT**), tal corresponde a uma violação do direito à greve dos trabalhadores; se os utilizadores do metro, em caso de greve por parte dos maquinistas, exercem coação física sobre os piquetes de greve que se encontrem nas estações, tal corresponde, igualmente, a uma violação daquele direito por parte de particulares; por outro lado, se a entidade patronal substitui, durante a greve, os trabalhadores grevistas por outros que não fossem trabalhadores da empresa à data do aviso prévio de greve, está, claramente, a condicionar e a limitar o exercício do direito de greve. JOÃO CAUPERS, *Os Direitos Fundamentais dos Trabalhadores e a Constituição*, Almedina, 1985, p. 149.

<sup>182</sup> J.J. GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA, *CRP Anotada*, Volume I, Coimbra Editora, 4.ª edição, 2007, p. 383-385; MANUEL AFONSO VAZ, *Lei e Reserva da Lei – A Causa da Lei na Constituição Portuguesa de 1976*, Dissertação de Doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Porto, 1996, p. 311; BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Direito da Greve*, op. cit., p. 32.

<sup>183</sup> Tal como refere MANUEL AFONSO VAZ, “Não é necessário, pois, [por regra] existir legislação sobre os ‘direitos, liberdades e garantias’ para que tais direitos sejam exercitados ou se afirmem como direitos com base direta e imediata no preceito constitucional e, com base nele, sejam justificáveis.”. MANUEL AFONSO VAZ, *Lei e Reserva da Lei – A Causa da Lei na Constituição Portuguesa de 1976*, op. cit., p. 306.

<sup>184</sup> JOSÉ MELO ALEXANDRINO, *Direitos Fundamentais – Introdução Geral*, op. cit., p. 93.

<sup>185</sup> Ainda que se considere que a lei não é, *in casu*, um requisito necessário à eficácia do exercício do direito à greve, a verdade é que a intervenção por parte do legislador ordinário, embora não se afigure essencial e indispensável, tem, em todo o caso, um sentido organizativo, regulador e disciplinador do seu exercício, preventivo e harmonizador de conflitos entre distintos direitos e pacificador que se revela de bastante relevo ao seu exercício prático. Com efeito, e ainda que

sempre poderiam, por força exclusiva da **CRP**, invocar e exercer o direito à greve, não podendo a entidade patronal – ou qualquer outra entidade privada - ou o poder público, opor-se ao seu exercício<sup>186</sup>;

- c) O direito à greve apenas pode ser **restringido pela lei** “(...) nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.”<sup>187</sup> (cfr. **n.º 2 e 3 do art.º 18.º da CRP**).

Neste conspecto, e como veremos *infra* de forma mais desenvolvida<sup>188</sup>, o **n.º 3 do art.º 57.º da CRP** prevê dois tipos de serviços que, *precisamente porque não podem ser afetados durante uma greve*, prevalecem e restringem, em cada caso concreto, o exercício deste direito<sup>189</sup>: **(i)** os serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações, bem como, **(ii)** as serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis<sup>190</sup>;

- d) Em situações de exceção ou de necessidade constitucional – a que correspondem os cenários de estado de sítio ou de estado de emergência<sup>191</sup>

---

saibamos que tal é a regra na maior parte dos ordenamentos jurídicos, apenas com muito custo conseguimos vislumbrar em Portugal a inexistência de um qualquer regime legal regulador da greve.  
<sup>186</sup> JORGE MIRANDA/RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada, op. cit.*, pp. 320-321, 1126; J.J. GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA, *CRP Anotada, op. cit.*, p. 751; MANUEL AFONSO VAZ, *Lei e Reserva da Lei – A Causa da Lei na Constituição Portuguesa de 1976, op. cit.*, p. 302, 306; BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Direito da Greve, op. cit.*, p. 32.

<sup>187</sup> Sublinhado nosso.

<sup>188</sup> *Vide infra* p. 76 e ss.

<sup>189</sup> No fundo, a lógica por detrás do **n.º 3 do art.º 57.º da CRP**, em conjugação com os **arts.º 537.º e 538.º do CT**, é que existe um dever do Estado proteger e garantir outros membros da coletividade contra possíveis agressões decorrentes do exercício do direito à greve por parte de trabalhadores. Assim, “O direito à greve (...) tem também uma dimensão positiva, incumbindo ao Estado e, concretamente, ao legislador, na concreta conformação do direito à greve, não só criar mecanismos que assegurem a real efetividade do direito à greve (...) mas também, na regulamentação da greve, ponderar os vários direitos e interesses constitucionalmente protegidos em jogo.” [negrito e sublinhado nossos]. JORGE MIRANDA/RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada, op. cit.*, p. 1126.

<sup>190</sup> J.J. GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA, *CRP Anotada, op. cit.*, p. 757.

<sup>191</sup> Nos termos do **n.º 2 do art.º 19.º da CRP** apenas pode ser declarado o estado de sítio ou de emergência “(...) *nos casos de agressão efetiva ou iminente por forças estrangeiras, de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática ou de calamidade pública*.” - por exemplo, em situações de guerra ou de grande (e intensa) revolta social. Atentos os seus pressupostos bastante restritos, a suspensão dos direitos, liberdades e garantias nos termos do **art.º 19.º da CRP** é, nas palavras de JOSÉ MELO ALEXANDRINO, “uma ocorrência raríssima”, tanto que, durante toda a

– **o exercício do direito à greve pode ser suspenso** impedindo-se assim, durante um período de tempo pré-determinado o seu exercício (**art.º 19.º da CRP**);

- e) O direito à greve confere ainda aos seus titulares o **direito de resistir a qualquer ordem que tente neutralizar ou aniquilar** o conteúdo daquele direito<sup>192</sup> (**art.º 21.º da CRP**)<sup>193</sup>. Deste modo, se o empregador, por alguma forma, obstar ao exercício do direito à greve por parte dos trabalhadores que a ela aderiram, *e.g.*, dando ordens para que compareçam no local de trabalho ou ameaçando com o despedimento, podem aqueles “fazer tábua rasa” a tais diretrizes.

V. Ora, assim, e face ao supra exposto, resulta claro que a regulação do direito à greve por parte da **CRP** é, e repita-se, essencialmente, garantística: no fundo, **o legislador constituinte limitou-se a consolidar e a reconhecer o direito à greve** de forma expressa, **qualificando-o como um direito, liberdade e garantia** – com todas as consequências que tal implica - e **estabelecendo-lhe limites e restrições em caso de colisão com outros direitos** (cfr. **n.º 1 e 3 do art.º 57.º da CRP**), deixando aberto o espaço para que o legislador ordinário, sempre num sentido conforme à Constituição<sup>194</sup>, regulasse o exercício efetivo daquele direito.

---

vigência da **CRP de 1976**, nunca se registou nenhuma ocorrência. JOSÉ MELO ALEXANDRINO, *Direitos Fundamentais – Introdução Geral*, op. cit., p. 146.

<sup>192</sup> BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Direito da Greve*, op. cit., p. 32.

<sup>193</sup> Convém, contudo, alertar que “(..) o direito de resistência é um meio que, em regra só tem sentido como ultima ratio, e de que o particular deve, em qualquer caso, fazer uso prudente, quando esteja convencido, pela gravidade e evidência da ofensa, de que há violação do seu direito fundamental (...)”. JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 4.ª edição, p. 342, *apud* JOSÉ MELO ALEXANDRINO, *Direitos Fundamentais – Introdução Geral*, op. cit., p. 109.

<sup>194</sup> Tal como refere ROMANO MARTINEZ, a referência da Constituição aos direitos do trabalhadores leva a que, em específico no Direito do Trabalho, se tenha que fazer a constante ‘ponte’ entre a Constituição e as normas de Direito Privado: “A interpretação de normas de Direito Privado num sentido conforme à Constituição não é específica do Direito do Trabalho, pois advém da primazia da Lei Fundamental; mas no caso concreto decorre da proliferação de regras constitucionais em sede laboral, que têm de ser aplicadas e da necessidade de desenvolvimento deste ramo do Direito num sentido conforme à Constituição.”. PEDRO ROMANO MARTINEZ, *A Constituição de 1976 e o Direito do Trabalho*, in *Nos 25 Anos da CRP de 1976 – Evolução Constitucional e Perspetivas Futuras*, AAFDL, p. 168.

Deste modo, “A greve, no **art.º 57.º**<sup>195</sup> [da CRP], é configurada, não apenas como uma liberdade tolerada, mas antes como um verdadeiro direito fundamental garantido aos trabalhadores. O direito à greve, embora constituindo ‘um instrumento de reivindicação que concorre para a promoção de condições de igualdade real entre indivíduos e grupos sociais, ‘íntegra o conjunto de direitos, liberdades e garantias enunciados no Título II e apresenta uma dimensão essencial de defesa ou liberdade negativa: a liberdade de recusar a prestação de trabalho contratualmente devida, postulando a ausência de interferências, estaduais ou privadas que sejam suscetíveis de a pôr em causa.<sup>196</sup>”

### 9.1.2. O Direito à Greve é um Direito dos Trabalhadores (Subordinados)?

I. Tal como reiterámos, por diversas vezes, no ponto anterior, e resulta, expressa e inequivocamente, quer do **art.º 57.º da CRP**, quer do **n.º 1 do art.º 530.º do CT** “A greve constitui, nos termos da Constituição, **um direito dos trabalhadores**”.

Assim, e com base nesta consagração expressa, partindo de um critério atinente à titularidade do direito, poderemos, desde já, concluir que **não merecem a tutela jurídica todos aqueles comportamentos ‘pseudo-grevistas’ que não tenham como protagonistas trabalhadores subordinados**<sup>197-198</sup>: com efeito, os supracitados preceitos legais e o próprio regime jurídico da greve foram muito claros ao referir que a greve é um direito dos próprios trabalhadores<sup>199</sup>, reportado

---

<sup>195</sup> Negrito nosso.

<sup>196</sup> JORGE MIRANDA/RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, op. cit., p. 1126; Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 289/92, de 02 de setembro, processo n.º 447/92, Lisboa.

<sup>197</sup> JOÃO CAUPERS refere que todos os direitos reconhecidos nos **artigos 53.º a 59.º da CRP** “foram escritos a pensar nos trabalhadores subordinados. Quem senão os trabalhadores por conta de outrem é suscetível de proteção contra os despedimentos, contra a denúncia unilateral do contrato de trabalho por parte da entidade patronal? Quem senão os trabalhadores subordinados pode criar comissões de trabalhadores para ... «intervenção democrática na vida das empresas» (art.º 54.º, n.º 1)? Quem senão eles pode constituir sindicatos e neles se filiar, podendo exercer a «atividade sindical na empresa» (art.º 56.º, n.º 2, alínea d))? **Quem senão eles pode fazer greve, greve cujo principal efeito é a suspensão do contrato de trabalho** (...)?”. JOÃO CAUPERS, *Os Direitos Fundamentais dos Trabalhadores e a Constituição*, op. cit., pp. 71 e ss.

<sup>198</sup> Cfr. **art.º 11.º, 97.º, 98.º, alínea e), do n.º 1 do art.º 128.º, todos do CT, e art.º 1152.º do CC**.

<sup>199</sup> Nestes termos, também aos trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas e os trabalhadores nomeados, na medida em que são trabalhadores subordinados, é reconhecido, como princípio geral, o direito à greve (**art.º 269.º da CRP e art.º 394.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho**). Porém, algumas categorias de trabalhadores do setor público veem, em virtude da especificidade das suas funções e como forma de assegurar a segurança pública, quer dos

ao universo laboral, e, já não, dos trabalhadores por conta própria, dos profissionais liberais<sup>200</sup> ou trabalhadores autónomos, dos estudantes, dos consumidores ou de reclusos<sup>201</sup>.

Tanto assim é que muitos dos traços do regime da greve resultantes do próprio CT deixam claro, e sem margem para dúvidas, que o direito à greve pressupõe uma relação de trabalho subordinado - a título de exemplo, do **n.º 1 do art.º 536.º do CT** resulta que “*A greve suspende o contrato de trabalho de trabalhador aderente, incluindo (...) os deveres de subordinação (...)*”; nos termos do **art.º 531.º do CT** a greve é, por princípio, decretada pelas associações sindicais.

**II.** Nesta confluência, e atendendo a que, como referimos supra, o direito à greve é um direito dos trabalhadores<sup>202</sup>, sempre importa ora questionar quem é, em

---

particulares, quer do próprio Estado, vedado o reconhecimento do direito à greve (**art.º 270.º da CRP**). É o que sucede com, *e.g.*, os agentes da Polícia de Segurança Pública (**alínea d), do art.º 3.º da Lei n.º 14/2002, de 19 de fevereiro**), com os agentes da Guarda Nacional Republicana (**alínea f), do art.º 6.º da Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto**) e com os membros das Forças Armadas (**n.º 3 do art.º 27.º da Lei n.º 31-A/2009, de 07 de julho**).

Quanto a este último aspeto, refira-se que não consideramos que o ‘impedimento’ do direito à greve no caso dos militares e forças de segurança civis represente a negação de um direito fundamental porquanto, e tal como refere JORGE MIRANDA, “*os direitos fundamentais têm que ser entendidos no plano geral da Constituição. A própria Constituição prevê muitas restrições a direitos fundamentais. A proibição do direito à greve por parte de elementos das forças de segurança é uma garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos.*” Entrevista do Professor Jorge Miranda à TSF - <https://www.tsf.pt/portugal/seguranca/interior/jorge-miranda-explica-que-constituicao-impede-o-direito-a-greve-1658052.html>

<sup>200</sup> Por exemplo, no caso dos médicos, apenas aqueles que prestem a sua atividade em regime de trabalho subordinado (*e.g.*, em hospitais) podem realizar greves: a Ordem dos Médicos, visto não ser uma associação sindical não pode decretar greves naquele setor – neste sentido, *vide* Parecer da PGR n.º 91/82, de 09 de junho de 1982 - mas, desde 2007, existe o Sindicato Independente dos Médicos, com os seus Estatutos publicado no BTE, 1ª série, n.º 9 de 8/03/2007, o qual tem competência para declarar a greve (**alínea g) do art.º 32.º dos Estatutos**).

<sup>201</sup> MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Lei da Greve Anotada*, *op. cit.*, pp. 13-14; ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *A Lei e as Greves – Comentários a Dezasseis Artigos do Código do Trabalho*, *op. cit.*, p. 31; PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho*, *op. cit.*, p. 441.

<sup>202</sup> O que significa que excluímos, logo à partida, mercê dos traços do regime regulatório da greve, a possibilidade de o direito à greve ser considerado um direito das associações sindicais. Desde logo, para além da própria Constituição reconhecer aos trabalhadores – e não às associações sindicais – um papel na definição dos interesses a defender através da greve, não é menos verdade que o CT previu a possibilidade de existirem greves não sindicais declaradas pela assembleia de trabalhadores (**n.º 2 do art.º 531.º do CT**). Assim, todos os poderes que foram atribuídos às associações sindicais no âmbito da greve – máxime, o primado na competência na declaração da greve (**n.º 1 do art.º 531.º do CT** - resulta perfeitamente explicado pelo facto de serem estas as entidades que representam os trabalhadores no universo laboral, facilitando, a nível prático e organizativo, o exercício do direito à greve por parte dos trabalhadores. RUI TAVARES LANCEIRO, *A Renúncia ao Direito à Greve*, *op. cit.*, pp. 35-36.

Em sentido contrário, e considerando que as associações sindicais são titulares do direito à greve *vide* BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Manual de Direito do Trabalho*, *op. cit.*, p. 176-177.

concreto, o seu titular: **(i)** será a greve um direito fundamental do trabalhador individualmente considerado? **(ii)** será que estamos perante um direito coletivo que é atribuído ao universo dos trabalhadores? **(iii)** ou, ao invés, estaremos perante um direito de natureza híbrida/dupla?

Quanto a nós parece-nos que, tanto a primeira corrente, como a segunda, acabam por não conseguir explicar a titularidade do direito à greve na sua plenitude: se, por um lado, é verdade que o direito à greve tem uma forte dimensão coletiva, a qual se espelha, desde logo, especialmente, no momento da decisão de recorrer à greve, não é menos verdade que o direito à greve não é um direito [apenas] do coletivo dos trabalhadores, mas, sim, de cada um destes<sup>203</sup>. Assim, e face às especificidades que o direito à greve encerra em si mesmo, é, desde já, imperioso concluir que nem a dimensão individual, nem a dimensão coletiva, conseguem, isoladamente, explicar o fenómeno grevista.

Deste modo, o direito à greve deve ser qualificado como uma situação jurídica complexa, que tem, em simultâneo, uma dimensão individual e coletiva indissociáveis uma da outra. “Nessa perspetiva, o direito à greve engloba posições *jus fundamentais* que são da titularidade de cada trabalhador [dimensão individual<sup>204</sup>] e outras que são do conjunto dos trabalhadores [dimensão coletiva<sup>205</sup>] (...).<sup>206</sup>”. Assim, o direito à greve é, nem mais, nem menos, do que um “**direito individual de exercício coletivo**<sup>207</sup>”.

Não obstante se reconhecer que as associações sindicais têm, no que a esta matéria diz respeito, um papel preponderante, a verdade é que os verdadeiros titulares do direito são os trabalhadores – individual e coletivamente considerados<sup>208</sup> - sendo os

---

<sup>203</sup> *Idem, op. cit.*, p. 35; J.J. GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA, *CRP Anotada, op. cit.*, p. 754-755; PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho, op. cit.*, pp. 515-516; JOSÉ JOÃO NUNES ABRANTES, *O Direito do Trabalho e a Constituição*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1990, pp. 33-34.

<sup>204</sup> O regime de adesão à greve e dos seus efeitos no contrato de trabalho (**art.º 536.º do CT**) manifestam a dimensão individual do direito à greve.

<sup>205</sup> O **art.º 531.º** e o **art.º 532.º**, **ambos do CT**, bem como todos aqueles preceitos referentes à gestão da greve, espelham a dimensão coletiva da greve.

<sup>206</sup> *Idem, op. cit.*, p. 36.

<sup>207</sup> J.J. GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA, *CRP Anotada, op. cit.*, p. 755.

<sup>208</sup> Tal como resulta do Acórdão n.º 306/2003 do Tribunal Constitucional, “*Importa não esquecer que, embora o direito à greve seja, por natureza, um direito de exercício coletivo, ele tem como titulares todos e cada um dos trabalhadores. O seu exercício “normal” mediante decisão das associações sindicais,*

sindicatos apenas um instrumento representativo do exercício do direito pelos seus titulares.

## 9.2. Como Definir a Greve: Do Seu Conceito

I. Como já fomos adiantando ao longo desta dissertação, **a lei não define a greve**<sup>209</sup> porquanto a abrangência que o legislador constituinte pretendeu atribuir a este direito não se compaginaria, sob pena de violação do **n.º 2 do art.º 57.º da CRP**, com uma estrita delimitação legal. Afinal, uma qualquer definição de greve passaria sempre, necessariamente, por uma referência ao elemento finalístico e ao “âmbito dos interesses a defender através da greve” quando, nos termos do **n.º 2 do art.º 57.º da CRP**, resulta claro que “*Compete aos trabalhadores [e não à lei] definir o âmbito dos interesses a defender através da greve, **não podendo a lei limitar esse âmbito***”. “É, pois, por isso que a lei não definiu a greve, não o fez porque qualquer definição seria redutora e poderia conduzir a uma limitação inadmissível do direito de greve.”<sup>210</sup>

II. Porém, de tal omissão nunca se poderá depreender, nem que todo o tipo de conduta que seja, na sua aparência, qualificado como greve cabe nesse direito, nem que só a abstenção coletiva de trabalho com fins exclusivamente “laborais-contratuais” merece tutela: na verdade, temos que encontrar um meio-termo entre estas duas realidades.

A metodologia seguida por alguns autores<sup>211</sup> tenta partir da conceção clássica de greve confrontando-a, depois, com a prática sindical e com o contexto sócio laboral atual, tentando, na junção destas duas realidades, encontrar os elementos que nos

---

(...) não pode fazer esquecer que a respetiva titularidade radica nos trabalhadores.”. Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 306/2003, de 25 de junho, processo n.º 382/03.

<sup>209</sup> Tal como refere MENEZES CORDEIRO, mesmo as ordens jurídicas que regulam a greve em termos normativos, evitam avançar com uma definição de greve. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Manual de Direito do Trabalho*, op. cit., p.369.

<sup>210</sup> JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, op. cit., pp. 73-74; PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho*, op. cit., p. 1194.

<sup>211</sup> JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, op. cit., p. 74; FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, op. cit., pp. 77-89; ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *Direito do Trabalho*, op. cit., pp. 807-808.

permitem delimitar as condutas que podem ser qualificadas e integradas no conceito de greve.

III. Assim, toda a doutrina tem apontado no mesmo sentido: a greve deve ser qualificada como a ***“abstenção coletiva e concertada da prestação de trabalho por um conjunto de trabalhadores com vista à satisfação de objetivos comuns.”***<sup>212-213</sup>. Vejamos:

- a) Trata-se de uma **abstenção da prestação de trabalho que tem que ser total**, i.e., *“seja qual for a duração do fenómeno, haverá recusa da prestação de trabalho na sua inteireza qualitativa, [ou seja], na totalidade dos elementos que a constituem.”*<sup>214</sup>: *“não é viável fazer meia-greve”*<sup>215</sup>. Esta característica resulta implicitamente de vários preceitos legais do nosso CT, desde logo: o **art.º 536.º** associa a greve à suspensão do contrato de trabalho com a consequente perda do salário e suspensão dos deveres de assiduidade e

---

<sup>212</sup> Vide, por todos, MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III*, op cit., p. 439.

Do Acórdão do STJ de 04 de outubro de 1995, resulta que *“Pode definir-se a greve como a abstenção da prestação do trabalho por um grupo de trabalhadores, como meio de realizar objetivos comuns; trata-se, assim, de uma omissão concertada de trabalho, promovida pelas organizações sindicais representativas dos grevistas, visando forçar a entidade patronal a satisfazer reivindicações de natureza profissional que aquela se recusa conceder.”*. (Acórdão do STJ de 04 de outubro de 1995, processo n.º 004218, Lisboa. Disponível para consulta em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/616f678cd8edfae7802568fc003b8bea?OpenDocument>

<sup>213</sup> Alguma doutrina integrava ainda na noção de greve a intenção dos grevistas retomarem o trabalho finda a greve. Porém, e como explica MENEZES CORDEIRO, este fator foi rejeitado pois, mesmo nos casos em que os trabalhadores não tenham a intenção de manter os seus contratos de trabalho com aquele empregador, começando logo a procurar um novo emprego, a conduta abstensiva de trabalho não deixa de ser considerada greve. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Manual de Direito do Trabalho*, op. cit., p.369.

<sup>214</sup> ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *Direito do Trabalho*, op. cit., p. 809.

<sup>215</sup> JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, op. cit., p. 76. Neste sentido, vide o Acórdão do TCAN de 13 de junho de 2014, processo n.º 01634/12.6BEPR, Porto, disponível para consulta em <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/c9560dddd072eb6d80257d1c004c5f85?OpenDocument> : ***“Inexiste no nosso ordenamento jurídico o direito a “meia-greve”, o que significa que os trabalhadores que decidam aderir a uma greve convocada, devem abster-se de comparecer ao serviço, ou, ao menos, revelar uma vontade expressa de aderirem à greve; o exercício do direito à greve deve ser inequívoco e exteriorizado pelos trabalhadores que o desejarem exercer, não podendo estes limitar-se a escolher quais as tarefas que pretendem cumprir das que estão previamente previstas para essa jornada de trabalho. No caso em apreço, os associados do recorrente compareceram ao serviço e jamais manifestaram qualquer intenção de exercer o seu direito à greve; limitaram-se a optar por não realizar algumas das tarefas que estavam previstas para esse dia, o que constitui uma clara violação dos seus deveres de obediência, por implicar o não cumprimento de ordens dadas sem que haja justificação para esse incumprimento.”***



subordinação, o que só pode ser consequência direta da cessação completa da atividade pelo trabalhador e os **artigos 535.º, 537.º e 538.º, todos do CT**, ao estipularem a obrigação de prestação de serviços mínimos tenta, precisamente, evitar a abstenção total de trabalho por parte de todos os trabalhadores<sup>216</sup>;

- b) Por outro lado, a abstenção de trabalho tem que ser **coletiva e concertada**: a greve tem que ser realizada por um conjunto/grupo de trabalhadores [é daqui que decorre a natureza coletiva da greve<sup>217</sup>] que se encontram coligados entre si e que pretendem, pois, prosseguir um interesse que lhes é comum. No fundo, *e por princípio*<sup>218</sup>, a abstenção de trabalho por parte de um único trabalhador não pode ser qualificada como greve, tal como também a suspensão da prestação laboral por um conjunto de trabalhadores não coligados entre si, na medida em que não representa mais do que um mero conjunto de abstenções individuais<sup>219</sup>, não integra a noção jurídica de greve;
- c) Como vimos *supra*<sup>220</sup>, e, por isso, sem necessidade de maiores delongas, a greve restringe-se aos **trabalhadores subordinados**, ou seja, aos sujeitos de contratos individuais de trabalho;

---

<sup>216</sup> JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, op. cit., p. 75; MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III*, op cit., p. 443.

<sup>217</sup> Vide, *supra*, pp. 55-58.

<sup>218</sup> Sublinhamos que tal é a solução apenas por princípio porquanto existem casos em que se pode considerar greve a suspensão da prestação laboral por parte de um único trabalhador. É o caso, por exemplo, de terem sido vários os trabalhadores a aderir à greve, mas, no momento efetivo de paralisação, apenas um trabalhador mantém a sua posição conflitual. ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *Direito do Trabalho*, op. cit., p. 809.

<sup>219</sup> A título de exemplo refira-se a greve *self-service* dos médicos operada em 1999 e sobre a qual se pronunciou o Parecer da PGR n.º 1/99, de 18 de janeiro: neste caso, estava em causa a possibilidade de cada médico interromper a sua atividade - a qualquer momento e sempre que assim o entendessem - durante o período coberto pelo pré-aviso do Sindicato Independente dos Médicos. Deste modo, e porque com tal greve havia a possibilidade de qualquer médico - individual ou coletivamente - suspender a sua atividade a qualquer momento e pelo tempo que o desejasse, a PGR considerou que “os médicos não poderiam interromper o seu trabalho e retomá-lo pelas vezes que quisessem, perturbando o funcionamento dos serviços e desvirtuando a prevenção na organização dos mesmos, sob pena de se verificar uma gestão individual e fragmentária de comportamentos a que, por isso, faltam os elementos essencialmente caracterizadores do conceito normativo de greve - a natureza coletiva e concertada da paralisação de trabalho.”.

<sup>220</sup> Vide, *supra*, pp. 55-58.

d) Por último, e na base para a decisão concertada de greve reside a **pretensão comum aos trabalhadores grevistas**. O grande problema quanto a este aspeto é que, nem o **CT**, nem a **CRP**, referem e configuram os motivos que se consideram legítimos para prosseguir através da greve – tanto o **n.º 2 do art.º 57.º da CRP**, como o **n.º 2 do art.º 530.º do CT**, não interferem na definição dos motivos da greve, limitando-se a atribuir aos trabalhadores a competência para “*definir o âmbito de interesses a defender através da greve.*”.

Assim, questiona-se: que interesses são esses? Será que os trabalhadores poderão, através da veste de greve, prosseguir uma qualquer pretensão comum ou coletiva, independentemente da sua natureza? Ora, quanto a nós, e não obstante serem, quanto a este domínio, defensáveis várias teorias<sup>221</sup>, consideramos que **os interesses a defender através da greve não têm que se reportar a interesses puramente profissionais: no fundo, basta que os trabalhadores prossigam objetivos que tenham um nexó direto ou indireto com a esfera laboral e isto ainda que os mesmos extravasem a relação de trabalho estritamente considerada (salários, tempo de trabalho...)**<sup>222</sup>. Deste modo, basta que esteja em causa a defesa de “*interesses próprios dos trabalhadores enquanto tais*”, estando os grevistas a atuar na defesa da sua qualidade de trabalhadores<sup>223-224</sup> - e, já não, enquanto

---

<sup>221</sup> Para uma explicação geral sobre as várias posições vide MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III, op cit.*, p. 454-458.

ROMANO MARTINEZ, não obstante admitir que a sua posição não tem acolhimento, nem na letra do **art.º 57.º da CRP**, nem nas demais normas legais previstas no **CT**, refere que apenas as pretensões dos trabalhadores que visem a sua satisfação direta por parte do empregador podem ser consideradas greves: “*Os fins comuns que se reivindicam devem estar na disponibilidade de satisfação por parte do empregador. Até porque é a entidade patronal quem suporta o risco inerente à greve (...). Só será justo que o empregador suporte tal risco se tiver a possibilidade de satisfazer as pretensões dos trabalhadores.*”. PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho, op cit.*, p. 1197.

<sup>222</sup> Por exemplo, uma greve que tenha como objetivo “atacar” uma determinada política laboral proposta pelo Governo integra a definição legal de greve, tal como também será lícita a greve promovida pelos trabalhadores de uma empresa pertencente a um determinado grupo empresarial em solidariedade com outra empresa do mesmo grupo. MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III, op cit.*, p. 458.

<sup>223</sup> JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, op. cit., pp. 76-77; MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III, op cit.*, pp. 455-458.

<sup>224</sup> Também neste sentido vide o Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 22 de junho de 2004: “*Face ao texto constitucional (seja na redação de 1976 seja na que resultou das suas sucessivas revisões) deixou de ser exigível que o exercício do direito à greve esteja vinculado à defesa e promoção dos interesses coletivos profissionais dos trabalhadores. O texto constitucional não permite que a lei ordinária limite o âmbito da greve e defere aos trabalhadores a definição do âmbito de interesses a defender através dela. (...) O recurso à greve é também lícito quando estejam em causa interesses sócios profissionais dos trabalhadores de carácter mais geral, mormente quando está eminente a emissão de*

consumidores ou meros cidadãos<sup>225</sup> - reagindo contra quaisquer entidades que possam tomar medidas capazes de afetar os seus interesses próprios de trabalhadores.

### 9.3. Da Sua Regulamentação no Código do Trabalho – Abordagem Geral ao Procedimento de Greve

I. Para que possamos compreender a dinâmica geral do exercício do direito à greve, julgamos ser relevante fazer uma breve alusão ao procedimento próprio da greve previsto no **CT**.

II. Ora, tendo sido **decidido** avançar com a realização de uma determinada greve, e isto após ter sido formulado um juízo de oportunidade e ponderados os “prós e os contras” que tal conflito coletivo implica, de seguida ter-se-á que avançar com a sua declaração perante a entidade empregadora<sup>226</sup> a qual, nos termos do **art.º 531.º do CT** compete às associações sindicais (**n.º 1**) ou, nos termos previstos no **n.º 2**, à assembleia de trabalhadores da empresa<sup>227</sup>.

III. Posteriormente, e após ter sido declarada a greve, o próximo passo a tomar será comunicar a mesma ao seus interessados (empregador e MTSS) através de um **aviso**

---

*legislação que possa afetar a condição social e económica dos trabalhadores, podendo estes recorrer à greve como forma de pressionar o poder quanto à produção legislativa desde que o objetivo a prosseguir não seja constitucionalmente impróprio e caiba no complexo de interesses que tem reconhecimento e tutela na disciplina constitucional das relações económicas e laborais.*” [negrito e sublinhado nosso]. Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 22 de junho de 2004, processo n.º 1115/04-02, Évora. Disponível para consulta em [www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/23e53145f2769eb880257de100574746?OpenDocument](http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/23e53145f2769eb880257de100574746?OpenDocument)

<sup>225</sup> Por exemplo, a realização de uma greve por parte de trabalhadores contra as condições de uma estrada municipal que os seus filhos utilizam todos os dias para chegar á escola, não pode ser considerada uma greve para os efeitos previstos no **CT** porquanto extravasa, por completo, o universo profissional dos trabalhadores grevistas.

<sup>226</sup> ROMANO MARTINEZ adianta que por força do princípio da boa fé (cfr. **art.º 522.º do CT**) a declaração de greve deverá incluir quais os objetivos que os trabalhadores pretendem atingir com a sua realização, bem como, a data em que a mesma vai ter lugar e a sua respetiva duração. PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho*, op cit., pp. 1208-1209.

<sup>227</sup> Como e constata rapidamente da leitura do **n.º 2 do art.º 531.º do CT**, a declaração de greve por parte da assembleia de representantes dos trabalhadores encontra-se sujeita a requisitos muito apertados, o que, incompreensivelmente, contracena com a competência atribuída genericamente aos sindicatos nesta matéria. Assim, para que seja declarada a greve pela assembleia de representantes revela-se necessário que: **(i)** a maioria dos trabalhadores não se encontre filiado em qualquer sindicato; **(ii)** a assembleia de trabalhadores seja convocada por 20% ou 200 trabalhadores; **(iii)** a maioria dos trabalhadores participe na deliberação; e, por fim, **(iv)** que a deliberação seja aprovada pela maioria dos trabalhadores.

**prévio de greve**<sup>228</sup> emitido pela entidade que declarou a greve (cfr. **art.º 534.º do CT e art.º 396.º do LGTFP**).

Tal como resulta do **n.º 1 do art.º 534.º do CT**, a regra é a de que o aviso prévio deve ser emitido com a antecedência de 5 dias úteis a contar da data de realização da greve, mas, nos casos em que estejamos perante empresas que se destinem à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, o prazo para a emissão daquele aviso passa a ser de **10 dias úteis**.

Quanto à sua forma e conteúdo releva, essencialmente, que o aviso prévio seja feito “por meios idóneos” (**n.º 2 do art.º 534.º do CT**), *i.e.*, de modo a ser recebido, conhecido e cognoscível pelos seus destinatários, devendo constar do mesmo, atentas às funções que se pretendem cumprir, os termos em que a greve é convocada indicando-se, nomeadamente, as datas de início e termo da greve, os locais onde a mesma se vai realizar, os trabalhadores abrangidos, a data em que vai ter lugar e a sua duração. Por sua vez, e caso esteja em causa a realização de uma greve em empresa que se destina a assegurar a satisfação de necessidades sociais impreteríveis, o aviso prévio de greve deve ainda vir acompanhado de uma proposta de definição de serviços mínimos<sup>229</sup> e/ou de uma proposta de definição de serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações (**n.º 3 do art.º 534.º do CT**).

**IV.** Depois da greve ter sido convocada, **os trabalhadores**, individualmente considerados, que prestem a sua atividade laboral em setor/profissão abrangida pela greve **podem a ela aderir**, e isto, ainda que não sejam filiados no sindicato que a decretou.

---

<sup>228</sup> Atendendo ao tempo que medeia entre a emissão do aviso prévio de greve e a realização da greve é de, no mínimo, 5 a 10 dias úteis, o aviso prévio acaba por muitas das vezes potenciar a negociação entre o empregador e os representantes dos trabalhadores evitando-se, assim, a realização da greve. *Idem*, *op. cit.*, p. 1210.

<sup>229</sup> NUNO MIGUEL VARELA BENTES refere que o aviso prévio de greve, sempre que enuncie a existência de necessidades sociais impreteríveis, deve propor, com um certo grau de densificação, a prestação concreta de serviços mínimos que deve, nesse caso, ser assegurada, “*sob pena de colocar em causa a satisfação dessas necessidades impreteríveis ao deixar essa apreciação para o momento, muito possivelmente conturbado, do exercício do direito à greve.*”. NUNO MIGUEL VARELA BENTES, *Os Serviços Mínimos em Caso de Greve*, *op. cit.*, p. 44.

Mais se refira que a adesão à greve apenas produz efeitos quando, no próprio dia da greve, se verifica um comportamento abstencionista por parte do trabalhador: *“As declarações anteriores que o trabalhador tenha feito não o vinculam na medida em que, até ao momento de iniciar o trabalho, ele pode mudar de opinião.”*<sup>230</sup>.

V. Verificando-se a realização efetiva da greve por parte dos trabalhadores, verificam-se inúmeros efeitos na esfera jurídica dos trabalhadores, empregadores e das associações sindicais<sup>231</sup>.

Desde logo, o sistema português consagra no **art.º 535.º do CT** a limitação da substituição dos grevistas, complementada pela proibição de admissão de novos trabalhadores<sup>232</sup>.

Deste modo, e como resulta do **n.º 1 do art.º 535.º do CT**, *“O empregador não pode, durante a greve, substituir os grevistas por pessoas que, à data do aviso prévio, não trabalhavam no respetivo estabelecimento ou serviço nem pode, desde essa data, admitir trabalhadores para aquele fim.”*. Assim, e por força do supracitado preceito legal, *“(…) ao empregador fica vedada, após o pré-aviso de greve, toda a deslocação de trabalhadores entre estabelecimentos ou serviços e toda a contratação de trabalhadores que se destine a substituir os grevistas. É o que se tem denominado de «cristalização do efetivo» do setor abrangido.”*<sup>233</sup>.

Por sua vez, e como forma de assegurar que os postos de trabalho dos trabalhadores grevistas não passam a ser assegurados, por exemplo, por empresas de trabalho temporário ou por cedência ocasional de trabalhadores – o que apenas se poderá admitir nos casos em que não foram assegurados serviços mínimos -, o **n.º 2 do art.º 535.º do CT** estipula que *“A tarefa a cargo de trabalhador em greve não pode, durante esta, ser realizada por empresa contratada para esse fim.”*

Por outro lado, e nos termos do **art.º 536.º do CT**, o contrato de trabalho dos trabalhadores aderentes e todos os direitos, deveres e garantias das partes

---

<sup>230</sup> *Idem, op. cit.*, p. 1215.

<sup>231</sup> Para além do efeito previsto no **art.º 535.º** e no **art.º 536.º, ambos do CT**, importa ainda considerar que por efeito da greve surge na esfera jurídica das associações sindicais o direito de constituir piquetes de greve (cfr. **art.º 533.º do CT**).

<sup>232</sup> BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Manual de Direito do Trabalho, op. cit.*, p. 167.

<sup>233</sup> *Idem, op. cit.*, pp. 167-168.

**que não pressuponham a efetiva prestação de trabalho**<sup>234</sup> **suspendem-se**, como é o caso do “direito à retribuição e [d]os deveres de subordinação e assiduidade” (cfr. **n.º 1 do art.º 536.º do CT**), bem como, dos deveres de diligência e zelo (cfr. **alíneas b) e c), do n.º 1 e n.º 2 do art.º 128.º do CT**).

Pelo contrário, e como resulta expressamente do **n.º 2 do art.º 536.º do CT**, “Durante a greve mantêm-se, além dos direitos, deveres e garantias das partes que não pressuponham a efetiva prestação de trabalho [como é o caso dos deveres do trabalhador previstos nas **alíneas a), f) e g), do n.º 1 do art.º 128.º**, bem como, dos deveres do empregador regulados nas **alíneas e), f), g), h), i) e j), do n.º 1 do art.º 127.º e no art.º 129.º, todos do CT**], os direitos previstos em legislação de segurança social e as prestações devidas por acidente de trabalho ou doença profissional.”

**VI.** Porém, a regra prevista no **art.º 536.º do CT** sofre uma exceção quando estamos perante empresas ou estabelecimentos que se destinem à satisfação de necessidades sociais impreteríveis e perante equipamentos e instalações em que seja necessário garantir a sua segurança e manutenção: os trabalhadores afetos à prestação destes serviços “(...) mantêm-se, na estrita medida necessária a essa prestação, sob a autoridade e direção do empregador, tendo nomeadamente o direito a retribuição.” (**n.º 4 do art.º 537.º do CT e n.º 4 do art.º 397.º da LGTFP**), o que significa, pois, que o seu contrato de trabalho não é suspenso nos mesmos moldes dos outros grevistas – o trabalhador afeto à prestação de serviços mínimos está a executar o contrato de trabalho.

Assim, nestes casos, e essencialmente **quando é declarada uma greve numa empresa ou estabelecimento que prossegue interesses sociais vitais, urgentes e inadiáveis para a vida e organização da comunidade** – veja-se, a título de exemplo, os setores previstos no **n.º 2 do art.º 537.º do CT e no n.º 2 do art.º 397.º da LGTFP** -, deve ser assegurada a prestação de serviços mínimos indispensáveis à satisfação daquelas necessidades (**n.º 1 do art.º 537.º do CT e n.º 1 do art.º 397.º da LGTFP**) e/ou os serviços necessários à segurança e manutenção dos

---

<sup>234</sup> Durante a greve o trabalhador não fica vinculado à realização da atividade principal, nem ao cumprimento dos deveres de assiduidade e de subordinação (**alínea b) e c), do n.º 1 do art.º 128.º do CT**).

equipamentos e instalações (**n.º 3 do art.º 537.º do CT** e **n.º 3 do art.º 397.º da LGTFP**).

Nestes termos, e atendendo à sua especificidade, sempre que se verifica a necessidade de proceder à definição de serviços mínimos ou dos serviços necessários à segurança e manutenção dos equipamentos e instalações, deve ser seguido o procedimento fixado no **art.º 538.º do CT** e no **art.º 398.º da LGTFP**<sup>235</sup>:

- i. Em primeiro lugar, começa por ser dada primazia à sua **definição por IRCT (alínea g), do n.º 2 do art.º 492.º do CT) ou por acordo específico negociado** entre os representantes dos trabalhadores e os empregadores abrangidos pelo aviso prévio ou a respetiva associação de empregadores (**n.º 1 do art.º 538.º do CT** e **n.º 1 do art.º 398.º da LGTFP**). Este acordo pode ter por base a proposta constante do aviso prévio de greve (cfr. **n.º 3 do art.º 534.º do CT**)<sup>236</sup>;
- ii. Não existindo previsão em IRCT nem um acordo nos termos definidos no **n.º 1 do art.º 538.º do CT**, a DGERT<sup>237</sup> – que é o serviço competente do MTSSS-convoca as entidades representativas dos trabalhadores e o empregador ou associação de empregadores para a negociação de um acordo sobre os serviços mínimos e os meios necessários para os assegurar (**n.º 2 do art.º 538.º do CT**)<sup>238</sup>;

---

<sup>235</sup> Quando se trate de greve a realizar em entidade empregadora pública o procedimento de definição de serviços mínimos segue os tramites previstos no **art.º 398.º da LGTFP**.

<sup>236</sup> PEDRO ROMANO MARTINEZ/ LUÍS MIGUEL MONTEIRO/ JOANA VASCONCELOS/ PEDRO MADEIRA DE BRITO/ GUILHERME DRAY/ LUÍS GONÇALVES DA SILVA, *Código do Trabalho Anotado*, Almedina, 9.ª edição, 2013, p. 1076 (anotação de PEDRO ROMANO MARTINEZ).

<sup>237</sup> A competência da DGERT nesta matéria encontra-se definida no **Decreto Regulamentar n.º 40/2012, de 12 de abril**, bem como, no **Decreto-Lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro** e na **Portaria n.º 633/2007, de 30 de maio** (e.g., **n.º 4 do art.º 2.º do Decreto Regulamentar n.º 40/2012, de 12 de abril**, alínea f), **do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro** e **art.º 6.º da Portaria n.º 633/2007, de 30 de maio**).

<sup>238</sup> O **n.º 3 do art.º 538.º do CT** prevê que “Na negociação de serviços mínimos relativos a greve substancialmente idêntica a, pelo menos, duas greves anteriores para as quais a definição de serviços mínimos por arbitragem tenha igual conteúdo, [a DGERT] propõe às partes que aceitem essa mesma definição, devendo, em caso de rejeição, a mesma constar da ata da negociação.”. A intenção do legislador neste caso terá sido agilizar o procedimento. Alertamos apenas que a interpretação do conceito de “greve substancialmente idêntica” deve ser feita com alguma cautela sob pena de aplicarmos a definição de serviços mínimos a realidades contrapostas. Afinal, nunca nos poderemos esquecer que as especificidades que se verificam em cada greve são bastante variáveis.

- iii. Não sendo possível chegar a tal acordo, a definição dos serviços mínimos é feita em despacho conjunto por parte do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e dos Ministros responsáveis pelo setor de atividade onde vai ser desencadeada a greve (**alínea a), do n.º 4 do art.º 538.º do CT**) ou, tratando-se de empresa do sector empresarial do Estado, por tribunal arbitral, constituído nos termos do **Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro (alínea b), do n.º 4 do art.º 538.º do CT)**.

#### **9.4. Olhar Breve no Regime Disciplinador da Greve no Direito Comparado**

I. A disciplina do direito à greve nas diversas ordens jurídicas é bastante dissemelhante, ou seja, tanto existem ordenamentos jurídicos que regulam o regime jurídico da greve até ao mais ínfimo pormenor, como, por outro lado, existem países que se limitam a reconhecer o direito à greve a nível constitucional, não dispondo, pois, de qualquer regime regulatório que densifique o exercício daquele direito.

Assim, e como forma de podermos estabelecer um termo comparativo com a realidade vivida na ordem jurídica portuguesa – que regula minuciosamente a greve nos **artigos 529.º a 543.º, todos CT**-, julgamos relevante fazer uma breve referência ao regime disciplinador da greve nos países de tradição romano-germânica (Espanha, França, Itália e Alemanha).

##### **9.4.1. Ordenamento Jurídico Espanhol**

I. **Em Espanha**, e como já referimos *supra*<sup>239</sup>, o direito à greve encontra-se expressamente consagrado no **n.º 2 do art.º 28.º da Constituição Espanhola de 1978**, resultando daquele preceito que o direito à greve é reconhecido aos trabalhadores, para defesa dos seus interesses, devendo a lei regular o exercício daquele direito e estabelecer as garantias precisas para assegurar a prestação dos serviços essenciais à comunidade. Resulta ainda do **n.º 2 do art.º 37.º da Constituição Espanhola de 1978** que *“Reconhece-se o direito dos trabalhadores e empresários adotarem medidas de conflito coletivo. A lei regula o exercício deste*

---

<sup>239</sup> *Vide supra* p. 36.



*direito, sem prejuízo das limitações que possa estabelecer, incluirá as garantias precisas para assegurar o funcionamento dos serviços essenciais da comunidade.”*

**II. Não obstante o n.º 2 do art.º 28.º da Constituição Espanhola de 1978** prever a aprovação de uma lei que regule e garanta o direito à greve, a verdade é que, na presente data, ainda não foi aprovada qualquer diploma legislativo, razão pela qual se mantém ainda em vigor o **Real Decreto-Lei n.º 17/1977, de 04 de março sobre relações de trabalho (RDLRT)**, o qual foi aprovado antes da entrada em vigor da própria Constituição. Deste modo, e atendendo a que o diploma legislativo que regula o exercício do direito de greve data de 1977, o Tribunal Constitucional tem tipo um papel fundamental na interpretação atualista e evolutiva dos seus preceitos, ultrapassando, assim, muitas das restrições dele constantes<sup>240-241</sup>. Tal como referem FERNÁNDEZ ROBERTO e JOSÉ LUIS MONERO PÉREZ, *“o modelo atual de regulação do direito à greve resulta da lei, mas com uma intervenção permanente da jurisprudência ‘normativa’ e ‘interpretativa’ do Tribunal Constitucional<sup>242</sup>”*, tanto assim é que *“O Tribunal Constitucional tem ganhado um espaço tão importante na regulação da greve que, certamente, desincentiva a necessidade de um novo texto.<sup>243</sup>”*

**III. Do Decreto-Lei de Relações de Trabalho de 04 de março de 1977** resulta assim que:

- a) A decisão de declarar a greve deve ser comunicada por escrito ao empregador ou empregadores interessados, bem como, à autoridade de trabalho pelos representantes dos trabalhadores, com, pelo menos, cinco dias de antecedência. Nessa comunicação devem constar os objetivos de

---

<sup>240</sup> JOSÉ LUIS MONERO PÉREZ/ CRISTÓBAL MOLINA NAVARRETE/ MARÍA NEVES MORENO VIDA, *Manual de Derecho del Trabajo*, Granada, 11.ª edição, 2013, p. 786.

<sup>241</sup> Desde logo, do **RDLRT n.º 17/1977** não resulta a definição e regulação de serviços essenciais. O Tribunal Constitucional tem intervindo nesta temática definindo os serviços essenciais como aqueles que se destinam a cumprir os direitos fundamentais (liberdade de circulação, saúde, segurança pública, liberdade de informação, etc.). Mais se refira que algumas das normas do **RDLRT n.º 17/1977** foram já declaradas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional. MAGDALENA GUSTAVINO NOGUEIRA, *Spain: Union Liability for Collective Action*, Janeiro, 2010. Disponível para consulta em

[https://www.researchgate.net/publication/272491791\\_SPAIN\\_Union\\_liability\\_for\\_collective\\_action](https://www.researchgate.net/publication/272491791_SPAIN_Union_liability_for_collective_action) *n* apud MARIA JOÃO CARVALHO LOPES, *Algumas Considerações em Torno da Requisição Civil*, Universidade Católica do Porto, 2015, p.15.

<sup>242</sup> JOSÉ LUIS MONERO PÉREZ, *Derecho de Huelga y Conflictos Colectivos – Estudio Crítico de la Doctrina Jurídica*, Editorial Comares, Granada, 2002, p. 505.

<sup>243</sup> FERNÁNDEZ ROBERTO, *Los Servicios Esenciales como Límites al Derecho de Huelga (apuntes sobre las soluciones ofrecidas por los ordenamientos Británico y Español*, Universidad de León, 2006, p. 102.

greve, as medidas adotadas, assim como a data e composição do Comité de greve (**n.º 3 do art.º 3.º**). Por sua vez, e, também à semelhança do que sucede no direito português, quando se tratem de empresas responsáveis por qualquer tipo de serviços públicos, o pré-aviso ao empregador e à autoridade de trabalho deve ser comunicado com, no mínimo, 10 dias de antecedência (**art.º 4.º**);

- b) Por regra o direito à greve não extingue a relação de trabalho, nem pode dar lugar a qualquer tipo de sanção, *exceto* se o trabalhador durante a greve praticar uma infração disciplinar (**n.º 1 do art.º 6.º**); sendo exercido o direito à greve o contrato de trabalho suspender-se-á e o trabalhador perderá o direito ao salário durante o período de tempo respetivo (**n.º 2 do art.º 6.º**);
- c) O comitê de greve deve garantir, durante a mesma, **a prestação de serviços necessários para a segurança das pessoas e das coisas**, como sejam, a manutenção de instalações, máquinas, matérias-primas e quaisquer outros cuidados que sejam necessários para a retoma subsequente das tarefas da empresa. Compete ao empregador a designação dos trabalhadores que devem desempenhar os referidos serviços (**n.º 7 do art.º 6.º**);
- d) A partir do momento em que é apresentado o pré-aviso e durante a greve, o comitê de greve e o empregador e, se for caso disso, os representantes nomeados pelos vários comitês de greve e pelos empresários afetados, **devem negociar para chegar a um acordo**, não obstante, a qualquer momento, os trabalhadores poderem terminar a greve. O acordo que ponha fim à greve terá o mesmo efeito que o acordado em CCT (**n.º 2 do art.º 8.º**);
- e) Quando a greve é declarada nas empresas encarregadas da prestação de qualquer tipo de serviços públicos ou de necessidade reconhecida e inevitável e circunstâncias de gravidade especial, a Autoridade Governamental pode acordar as medidas necessárias para assegurar o

funcionamento dos serviços. O Governo também pode adotar medidas de intervenção apropriadas para esse fim (**art.º 10.º**);

- f) Ao contrário do que sucede na nossa ordem jurídica, que, como vimos, não disciplina os motivos que se consideram legítimos para prosseguir através da greve, o **art.º 11.º do RDLRT** estipula que a greve é ilegal quando: é iniciada ou sustentado em razões políticas ou para qualquer outro propósito que não corresponda aos interesses profissionais dos trabalhadores afetados; quando é de solidariedade ou de apoio, a menos que afete diretamente o interesse profissional de quem o promove ou apoia (**alíneas a) e b) do art.º 11.º**).

**IV.** Não obstante o **RDLRT** fazer várias vezes referência, ao longo do seu texto, a “empresas encarregadas da prestação de qualquer tipo de serviços públicos ou de necessidade reconhecida e inevitável e circunstâncias de gravidade especial”, não existe qualquer elenco – ainda que meramente exemplificativo – que estabeleça e densifique os serviços ou setores que devem ser, para aquele efeito, considerados essenciais. Assim, e mais uma vez, tem sido a jurisprudência do TC que tem assumido um papel fulcral na enunciação dos setores e serviços que devem ser considerados essenciais: *e.g.*, serviços ligados à saúde, serviços de vigilância e segurança, atividades ligadas ao transporte de passageiros, educação, tratamento de resíduos sólidos urbanos, trabalhos relacionados com lares de idosos<sup>244</sup>.

#### **9.4.2. Ordenamento Jurídico Francês**

**I.** Tal como resulta da **Constituição Francesa de 1958** o direito à greve exerce-se nos termos das leis que o regulamentam, sendo que, e como tem sido reconhecido pelo *Cour de Cassation* – o mais alto tribunal do poder judicial francês – o direito à greve é um verdadeiro direito fundamental e não pode ser restringido, nem por

---

<sup>244</sup> FERNÁNDEZ ROBERTO, *Los Servicios Esenciales como Límites al Derecho de Huelga (apuntes sobre las soluciones ofrecidas por los ordenamientos Británico y Español, op. cit., p. 140*; JOSÉ LUIS MONEREO PÉREZ/ CRISTÓBAL MOLINA NAVARRETE/ MARÍA NEVES MORENO VIDA, *Manual de Derecho del Trabajo, op. cit., pp. 802-805*.

particulares, nem pelo poder judicial que não tem legitimidade para apreciar as reivindicações dos grevistas.<sup>245</sup>”.

**II. No *Code du Travail* apenas os artigos L1132-2, L2511-1 e L-2512-1, L-2512-2, L-2512-3, L-2512-4, L-2512-5 são relativos à greve:**

- a)** Do **art.º L1132-2** resulta que nenhum trabalhador pode ser demitido ou objeto de discriminação em função do exercício do direito de greve;
- b)** O **art.º L2511-1** estipula que o exercício do direito à greve não pode justificar, sob pena de nulidade, o despedimento do trabalhador, exceto em caso de negligência grave deste (**1.º e 3.º parágrafo**). Por sua vez, do **2.º parágrafo** resulta que o exercício do direito à greve não pode dar lugar, por parte do empregador, a medidas discriminatórias em matéria de remuneração e vantagens sociais;
- c)** Todas as demais disposições regulam a greve nos serviços públicos<sup>246</sup>, *i.e.*, são aplicáveis aos funcionários do Estado, regiões, departamentos e comunas com mais de 10.000 habitantes, bem como, a empresas, organizações e estabelecimentos públicos ou privados que sejam responsáveis pela gestão de um serviço público<sup>247</sup> (**art.º L2512-1**):

---

<sup>245</sup> WASS BERND, *The Right to Strike: France. A Comparative View*, AAVV, Kluwer Law International, 2014, p. 682 *apud* MARIA JOÃO CARVALHO LOPES, *Algumas Considerações em Torno da Requisição Civil*, *op. cit.*, p. 16.

<sup>246</sup> Para maiores desenvolvimentos sobre o regime da greve no setor público *vide* BERNARD TEYSSIÉ, *Droit du Travail – Relations Collectives*, Litec, 6.ª edição, 2006, pp. 681 e ss.

<sup>247</sup> No ordenamento jurídico francês, em determinados serviços, vigoram normas avulsas que regulam a prestação de serviços em caso de greve. Por exemplo, **Loi n.º 80-572, de 25/02/1980** – estabelecimentos nucleares; **Loi n.º 84-1286, de 31/12/1984** e **Décret n.º 85-1332, de 17/12/1985** – serviços de segurança de navegação aérea e **Loi n.º 2007/1224, de 21/08/2007** – serviço público de transporte de passageiros. Por sua vez, e com o objetivo de regular a obrigação de prestação de serviços mínimos com a maior amplitude possível e, assim, prevenir conflitos coletivos, assiste-se ainda à celebração de acordos entre as associações sindicais e as entidades empregadoras. SOFIA INÊS FIDALGO VICENTE, *A Greve e a Prestação de Serviços Mínimos: Estudo dos Casos dos Correios e Telecomunicações, Serviços Médicos, Hospitalares e Medicamentosos e o Metropolitano de Lisboa*, *op. cit.*, p.14; NUNO MIGUEL VARELA BENTES, *Os Serviços Mínimos em Caso de Greve*, Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Direito das Empresas – Especialização em Direito do Trabalho, ISCTE IUL – Instituto Universitário de Lisboa, 2010, pp. 22-23

- i. O **art.º L2512-2** dispõe a obrigatoriedade de a greve nos serviços públicos essenciais ser precedida de um aviso prévio de greve. O pré-aviso deve ser realizado pela associação sindical no prazo de cinco dias úteis antes da greve, devendo daquele aviso constar o âmbito geográfico, a hora de início e de fim da greve. Durante o período que antecede a greve, as partes devem proceder a uma tentativa de negociação;
- ii. Por sua vez, o **art.º L2512-4** estipula que o incumprimento da obrigação de prestar serviços mínimos implica a aplicação de sanções, assegurando-se, contudo, que os alegados infratores devem ter o direito de se pronunciar sobre os factos de que são acusados;
- iii. Do **art.º L2512-5** resulta que os trabalhadores em greve perderão o direito à retribuição – incluindo aos seus suplementos – durante o período em que se encontrem em greve.

**III.** Deste modo, e como conclui MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, o direito francês não dispõe “(...) de um regime legal abrangente em matéria de greve, tendo esta matéria sido, sobretudo, desenvolvida pela jurisprudência e pela doutrina.”<sup>248</sup><sup>249</sup>.

### **9.4.3. Ordenamento Jurídico Italiano**

**I. A Constituição Italiana de 1948** eleva o direito à greve a um dos direitos fundamentais constitucionalmente previstos, dispondo no seu **art.º 40.º** que o direito de greve deve ser exercido no âmbito das leis que o regulam.

---

<sup>248</sup> MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III, op. cit.*, pp 429-430.

<sup>249</sup> Nas palavras de ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, tanto em França como na Itália verifica-se uma “abstinência legislativa” no que diz respeito à regulamentação da greve: “Tanto na França como na Itália, só a problemática dos serviços essenciais acabou por despertar o legislador ordinário para a necessidade de intervir, ainda que de modo limitado.”. ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *A Lei e as Greves – Comentários a Dezasseis Artigos do Código do Trabalho, op. cit.*, pp. 13-14.

No entanto, e com exceção da “*Legge 15 giugno 1990, n.º 146*”<sup>250</sup> que estabelece o regime jurídico das greves realizadas no âmbito de empresas destinadas ao prosseguimento de serviços públicos essenciais, não existe qualquer outro diploma disciplinador da greve<sup>251</sup>.

Assim, atenta a especificidade da “*Legge 15 giugno 1990, n.º 146*” e a escassez de normas legais reguladoras da greve em sentido genérico, os sindicatos continuam a ter um papel bastante interventivo através das suas técnicas de autorregulamentação<sup>252-253</sup>, a quem lhes acresce a doutrina e jurisprudência<sup>254</sup>.

II. Da “*Legge 15 giugno 1990, n.º 146*” resulta então, em termos latos, que:

- a) O n.º 1 do art.º 1.º refere que são considerados serviços públicos essenciais aqueles que, independentemente da natureza jurídica privada ou pública da relação de trabalho, se destinem a assegurar os direitos constitucionalmente protegidos: o direito à vida, à saúde, à segurança, à liberdade e segurança, à liberdade de circulação, à assistência e segurança social, à educação e liberdade de comunicação. Tem sido entendido que a enumeração constante deste preceito legal é taxativa o que significa, pois, que apenas poderão ser considerados como serviços essenciais aqueles que se destinem a assegurar a satisfação de um daqueles direitos fundamentais;

---

<sup>250</sup> Este diploma legal foi posteriormente alterado pela “*Legge 11 aprile 2000, n.º 83*”

<sup>251</sup> MARIA VITTORIA BALLESTRERO refere que ainda não foi aprovado qualquer diploma legislativo em Itália que regule o direito à greve devido à forte oposição dos sindicatos para que tal suceda. MARIA VITTORIA BALLESTRERO/ NIKITAS ALIPRANTIS/ ALAIN SUPIOT/ JEAN-ENMANUEL RAY/ MAXIME STROOBANT (e outros), *Informe Italiano, in La Huelga Hoy en el Derecho Social Comparado*, J.M. Bosh Editor, 2005, p. 175.

<sup>252</sup> FERNANDO DI CERBO refere mesmo que a greve é uma matéria de certo modo exclusiva ao movimento sindical. FERNANDO DI CERBO, *Lo Sciopero in Italia, in Inchieste Di Diritto Comparato*, Giuffré Editore, 1987, p. 93.

<sup>253</sup> Por exemplo, no setor dos transportes ferroviários vigora, desde novembro de 1999, um acordo que regula os serviços mínimos. Na **disposição 3.6** daquele acordo estabelece-se que não são permitidas greves simultâneas, no mesmo âmbito geográfico, em mais de um meio de transporte para os mesmos dias e horários; da **disposição 4.2.1** resulta que é considerado indispensável o funcionamento dos transportes ferroviários nos dias de semana, das 6h00m às 9h00m e das 18h00m às 21h00m, devendo, nessas horas de maior afluência, ser assegurados os serviços adequados atendendo ao volume em dias de plena atividade. SOFIA INÊS FIDALGO VICENTE, *A Greve e a Prestação de Serviços Mínimos: Estudo dos Casos dos Correios e Telecomunicações, Serviços Médicos, Hospitalares e Medicamentosos e o Metropolitano de Lisboa*, op. cit, pp. 18-19.

<sup>254</sup> *Idem*, op. cit, p. 16.

- b)** Por sua vez, o **n.º 2 do art.º 1.º** exemplifica que tipo de serviços/setores se considera que asseguram o exercício dos direitos fundamentais previstos no **n.º 1** e que, por isso, têm a natureza de serviços públicos essenciais: serviços médicos, higiene pública e limpeza urbana, fornecimento de energia, transportes públicos, escolas (serviços de creches, creches e escolas primárias, bem como a realização de exames e exames finais, e educação universitária, com especial referência aos exames finais), serviços postais e de telecomunicações;
- c)** No **art.º 2.º** é regulado o aviso-prévio de greve, o qual, nos termos do **n.º 5**, não pode ter um prazo inferior a 10 dias. Porém, e nos termos do **n.º 6**, também os empregadores deverão, com pelo menos 5 dias de antecedência, comunicar aos utentes dos serviços públicos os horários e o modo de execução e de funcionamento dos serviços durante a greve;
- d)** A **alínea a) do art.º 13.º** prevê um critério quanto à fixação dos serviços mínimos a prestar em caso de greve: assim, nos termos daquele preceito legal os serviços essenciais devem ser sempre fixados, no máximo, em 50% da atividade prestada normalmente, não devendo exceder, em média 1/3 dos trabalhadores normalmente afetos em períodos de pela atividade.

#### **9.4.4. Ordenamento Jurídico Alemão**

**I. A Constituição Alemã de 1949** estabelece no **§ 3 do art.º 9.º** que o direito de constituir associações para a preservação e promoção das condições económicas é garantido para cada pessoa e para cada profissão. Qualquer acordo que vise restringir ou impedir o exercício daquele direito será nulo e as medidas tomadas nesse sentido consideradas ilícitas. Assim, e como já havíamos concluído *supra*<sup>255</sup>, a Constituição Alemã limitou-se a garantir a liberdade sindical e o direito à associação, não tendo consagrado e regulado expressamente o direito à greve por parte dos trabalhadores, porém, e ainda assim, sempre poderemos afirmar que o direito à

---

<sup>255</sup> *Vide supra* pp.36-37.

greve se encontra implicitamente garantido constitucionalmente naquele preceito constitucional<sup>256-257</sup>.

II. Sucede que a falta de regulação do direito à greve verifica-se, também, ao nível ordinário, o que implica, pois, que, atendendo a que inexitem normas legais que disciplinem e regulamentem expressamente aquele direito, caiba ao Tribunal Federal do Trabalho, através das suas decisões, criar verdadeiro Direito nesta matéria<sup>258</sup>.

Todavia, e atendendo a que na Alemanha não são levantados problemas de maior quanto à prestação de serviços mínimos em caso de greve – o que muito se deve ao facto de ser proibida a greve aos funcionários públicos -, o problema da definição de serviços essenciais não tem merecido a atenção da jurisprudência: na verdade, e nas poucas vezes que os tribunais se têm pronunciado sobre o assunto “*têm-se limitado a considerações genéricas, designadamente a afirmarem o dever dos trabalhadores garantirem durante a greve os serviços de segurança (Tribunal Constitucional, sentença de 19-2-1975, NJW, 1975, p. 969) ou que a greve não pode causar danos excessivos à comunidade (Gemeinwohlbindung) nem colocar em risco o funcionamento do estabelecimento ou serviço depois do fim da greve (Existenzvernichtung des Betriebs) – BAG, sentenças de 30-3-1982 (NJW, 1982, p. 2835), de 14-2-1993 (NJW, 1994, p. 1300) e de 31-1-1995 (NJW, 1995, p. 2869).*”<sup>259</sup>.

Mas, e ainda que seja um assunto pouco tratado, a jurisprudência e a doutrina alemã têm reconhecido de forma unânime que o fornecimento de água, de energia, de

---

<sup>256</sup> *Idem*, op. cit., p. 19.

<sup>257</sup> A jurisprudência alemã desenvolveu a licitude da greve na teoria da ação socialmente adequada (*sozialadäquater Streik*): “O princípio da adequação social significa, no fundamental, que a greve, em si mesma, constitui um ato ilegítimo, passível de responsabilizar civil ou penalmente os seus autores, exceto no caso de ocorrerem determinados factos que socialmente a justifiquem.” FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *O Direito de Greve nos Ordenamentos Francês, Alemão e Italiano*, op. cit., p. 353.

<sup>258</sup> Desde logo, segundo a jurisprudência do BAG apenas existe o dever de anunciar previamente a realização da greve quando estejamos perante um conflito coletivo que afete a prestação de serviços essenciais à comunidade e que requeiram a prestação de serviços mínimos. H.C. PETER HANAU, *Ejercicio del Derecho de Huelga: El Caso Alemán*, in *El Derecho de Huelga – Seminario Hispano-Alemán en honor de los Profesores Manuel Alonso Olea y Franz Gamillscheg*, Revista de la Facultad de Derecho Universidad Complutense, 1993, p. 100.

<sup>259</sup> FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, op. cit., p. 136.



abastecimento, bem como, os serviços médicos, representam setores que não podem ser totalmente paralisados em caso de greve por parte dos trabalhadores<sup>260</sup>.

## **PARTE II - Os Serviços Mínimos Indispensáveis à Satisfação das Necessidades Sociais Impreteríveis**

### **Capítulo III: Princípios Gerais Da Compatibilização do Direito à Greve com a Definição de Serviços Mínimos**

SUMÁRIO: 10. Enquadramento; 11. Porquê a Restrição ao Direito à Greve?; 12. A Lei Define as Condições de Prestação, Durante a Greve, de Serviços Mínimos Indispensáveis para Ocorrer à Satisfação de Necessidades Sociais Impreteríveis - O Caminho Traçado pelo n.º 3 do art.º 57.º da CRP;

#### **10. Enquadramento**

**I.** Depois de termos analisado o direito à greve, quer do ponto de vista da sua evolução histórica, quer quanto ao seu regime jurídico, importa ora começar a delinear e compreender a ligação intrínseca que se estabelece entre a greve e a obrigação de prestação de serviços mínimos com vista à satisfação de necessidades sociais impreteríveis.

Assim, e se é verdade que, como vimos, o exercício do direito à greve representa um direito fundamental dos trabalhadores (cfr. **art.º 57.º da CRP**), não é menos verdade que este direito tem que coexistir e ser compatibilizado com outros bens e interesses constitucionalmente protegidos. Imaginemos que os médicos e enfermeiros do Hospital “AquiNinguémFicaDoente” entram em greve: faria sentido que todos aqueles profissionais pudessem exercer o seu direito à greve de forma absoluta e sem quaisquer limites? Certamente que não existem dúvidas quanto à resposta que o nosso ordenamento jurídico dá a esta questão.

**II.** Deste modo, e porque consideramos que atenta a natureza da matéria de que ora nos ocupamos, antes de entrarmos no regime jurídico resultante do **CT** se revela pertinente compreender, isoladamente, os comandos constitucionais e a vontade do legislador constituinte, neste III capítulo iremos começar por demonstrar e explicitar que o direito à greve, precisamente porque não pode ser considerado um

---

<sup>260</sup> *Idem, op. cit.*, p. 137.

direito absoluto, sofre restrições e limitações para, logo de seguida, mediante a análise do **n.º 3 do art.º 57.º da CRP**, nos atermos naquela que é a sua principal restrição ou limitação - a prestação de serviços mínimos indispensáveis à satisfação de necessidades sociais impreteríveis.

## **11. Um Olhar Introdutório à Restrição ao Direito à Greve: Porquê a Sua Restrição?**

I. Não obstante a **CRP** elevar a greve a um direito fundamental, garantindo-o como um direito dos trabalhadores (cfr.º **n.º 1 do art.º 57.º da CRP**), a verdade é que **nunca o poderemos considerar como um direito absoluto ou ilimitado que deva prevalecer sobre todos e quaisquer direitos.** Assim, e sem mais delongas, importa desde já concluir que o direito à greve comporta limites/restrições, cabendo, pois, ao legislador pesar e ponderar os direitos e interesses em jogo e encontrar as soluções conformes ao princípios gerais de Direito, máxime, ao princípio da necessidade, adequação e proporcionalidade, que permitam coadunar e conformar todos os interesses potencialmente em conflito<sup>261</sup>.

Com efeito, e como decorre natural e normalmente da própria natureza jurídica da greve, a suspensão da atividade por parte dos trabalhadores afeta uma multiplicidade de sujeitos, sendo, pois, suscetível de causar danos de índole diversa e de valor pecuniário incerto – muitas vezes de valor até avultado! –, não só às próprias entidades empregadoras<sup>262</sup>, como aos demais trabalhadores e aos utentes e cidadãos em geral que contactem diretamente com os serviços suspensos. Nestes termos, e atenta a potencialidade de danos e afetação de direitos que se encontra em causa aquando da realização de uma greve, não se pode, pois, admitir que os empresários e os cidadãos em geral vejam os seus direitos e interesses mais elementares prejudicados em face da defesa dos interesses privados dos

---

<sup>261</sup> Na verdade, e “(...) independentemente da construção que se adote (...), o que não é passível de contestação é que o direito à greve, na ponderação de outros bens constitucionalmente protegidos, pode ser objeto de restrições (...)”, tudo isto em nome da coordenação do seu exercício com a tutela de outros direitos fundamentais dos cidadãos. JORGE MIRANDA/RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, op. cit., p. 1130; FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, op. cit., p. 160.

<sup>262</sup> Acórdão do TRL de 03 de dezembro de 2014, processo n.º 2028/11.6TTLSB.L1-4, Lisboa. Disponível para consulta em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/3345d6fa12e201f680257dab002e54e9>

trabalhadores. No fundo, e como reza o ditado: “a tua liberdade termina onde começa a minha.”.

II. Porém, e ainda que se admita que o exercício do direito à greve pode projetar na comunidade em geral efeitos bastante perniciosos – *até porque, como bem sabemos, quanto maior for o prejuízo causado pelos trabalhadores maior será a probabilidade destes obterem sucesso quanto às suas pretensões* -, a restrição/limitação do direito à greve deve ser feita com alguma cautela.

Partindo de uma noção ampla de restrição – tal-qual como impõe JORGE REIS NOVAIS -, poderemos afirmar que a restrição ao direito à greve abrangerá a *“ação estatal que, eliminando, reduzindo, comprimindo ou dificultando as possibilidades de acesso ao bem jus fundamentalmente protegido e a sua fruição por parte dos titulares reais ou potenciais do direito fundamental ou enfraquecendo os deveres e obrigações, em sentido lato, que dele resultam para o Estado [ou para os particulares que o tenham que suportar], afeta desvantajosamente o conteúdo [daquele] direito fundamental*.<sup>263</sup>”.

Nesta confluência, a fixação de limites ao exercício do direito à greve deve pautar-se pelos princípios aplicáveis aos restantes direitos e liberdades<sup>264</sup>, *i.e.*, e aplicando aqui o enunciado geral que decorre do **n.º 2 e 3 do art.º 18.º da CRP**, o exercício do direito à greve pode ser restringido sempre que se revele necessário assegurar e salvaguardar a concordância prática com outros direitos ou bens constitucionalmente protegidos, devendo tal restrição conter-se dentro dos limites que se revelem adequados e necessários para a defesa dos interesses conflitantes, não podendo, pois, diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial do direito à greve.

III. Assim, e face ao que supra se expôs, estamos já em condições de adiantar que o legislador constituinte previu, embora remetendo para a lei os critérios e processos

---

<sup>263</sup> JORGE REIS NOVAIS, *As Restrições aos Direitos Fundamentais Não Expressamente Autorizadas pela Constituição*, Coimbra Editora, 2008, p. 247.

<sup>264</sup> FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, *op. cit.*, p. 163.

da sua definição<sup>265</sup>, duas restrições expressas ao direito à greve, consubstanciadas em dois tipos de serviços que não podem ser afetados durante a mesma, são eles: **(i) os serviços necessários à segurança e manutenção dos equipamentos e instalações** e **(ii) os serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis (n.º 3 do art.º 57.º da CRP)**<sup>266</sup>. Ora:

- i. Desde logo, **a “obrigação de prestação de serviços necessários à segurança e manutenção dos equipamentos e instalações”**<sup>267</sup> - aplicável a todas as formas de greves – **sustenta-se na necessidade de acautelar os interesses que se relacionem com a manutenção da organização produtiva**<sup>268</sup>. Esses interesses são instituídos, quer a favor dos próprios trabalhadores – é o denominado “*interesse na manutenção do suporte de emprego*” -, quer a favor do empregador, “*com destaque [ neste último caso,] para o direito fundamental de livre iniciativa económica [art.º 61.º da CRP]* e

---

<sup>265</sup> Adiante-se desde já que da conjugação do **n.º 2 do art.º 18.º** com o **n.º 3 do art.º 57.º**, **ambos da CRP**, resulta que o legislador laboral, ao definir os casos em que deverão ser assegurados serviços durante a greve, apenas o poderá fazer em termos necessariamente gerais e abstratos, o que significa, pois, que os trabalhadores, o empregador, as respetivas associações representativas e os tribunais, têm um importante papel interpretativo e densificador das premissas – abstratas, gerais e indeterminadas - estabelecidas na lei.

<sup>266</sup> Conforme decorre do Acórdão do STA de 26 de junho de 2008, processo n.º 078/06, Lisboa: “(...) o direito à greve não é absoluto visto o seu **nº 3** autorizar que a lei ordinária defina ‘as condições de prestação, durante a greve, de serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações, bem como de serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis’, o que constitui uma limitação ao seu exercício irrestrito, como também o **nº 2 do seu art.º 18º** consente que esse exercício possa ser constrangido quando seja “necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos”. O que quer dizer que, apesar fundamental, o direito à greve pode ser regulamentado e esta regulamentação pode constituir, objetivamente, numa restrição ao seu exercício sem que tal possa ser considerado como uma violação inconstitucional do direito à greve. Ponto é que ela se destine a ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, a promover a segurança e manutenção de equipamentos e instalações e se limite ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos. Disponível para consulta em <http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/e405bb9cb0e3c7768025747c00548083?OpenDocument>

<sup>267</sup> Por exemplo, numa greve realizada no setor dos transportes, considerou-se que a “*afetação de um trabalhador da área à sala de comando e energia, dois trabalhadores da área aos postos de comando central, três trabalhadores da área a cada posto de tração, quatro trabalhadores da área na PMOII e quatro trabalhadores da área na PMOIII*” revelava-se essencial para acautelar a segurança e manutenção do equipamento e instalações (Acórdão do TRL de 04 de maio de 2011, processo n.º 4/11.8YRLSB-4, Lisboa. Disponível para consulta em <http://www.dgsi.pt/jtrl1.nsf/0/738838d0c41f8499802578a800529b3b?OpenDocument> ).

<sup>268</sup> Imagine-se, desde logo, os casos em que está em causa o funcionamento ininterrupto de determinado tipo de maquinaria, sendo que se a mesma parar de funcionar verificar-se-á a sua avaria com elevados custos de manutenção: neste tipo de situações será necessário, mesmo durante o período de greve, que seja assegurado o funcionamento daquele aparelho por parte dos trabalhadores.

para o próprio direito de propriedade sobre as instalações e o equipamento da empresa [art.º 62.º da CRP]<sup>269</sup>.”;

- ii. Por sua vez, **a “obrigação de prestação de serviços mínimos indispensáveis à satisfação de necessidades sociais impreteríveis”**, apesar de poder ser exigível, tanto ao setor público, como ao setor privado<sup>270</sup>, **não é aplicável a todos os tipos de atividades, i.e., a obrigação de prestação de serviços mínimos apenas é aplicável aos setores que se insiram nos denominados “serviços essenciais” que visem satisfazer necessidades sociais impreteríveis**. Deste modo, o fundamento para a prestação de serviços mínimos por parte dos trabalhadores reside na necessidade de salvaguarda dos direitos e interesses dos utentes de tais serviços<sup>271</sup>.

IV. Contudo, e como bem referem JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS<sup>272</sup>, o facto da **CRP** prever expressamente a garantia de serviços mínimos durante a greve “*não permite concluir, a contrario, que a Constituição ‘tenha esgotado, no texto constitucional, todas as eventuais restrições admissíveis do direito à greve.’* Decisivo é, tão-somente que quaisquer **outras restrições** estejam sujeitas aos limites constitucionais gerais (...)”<sup>273</sup>. Na verdade, e no que respeita ao exercício do direito à greve, **apenas existe um único domínio relativamente ao qual a CRP não admite quaisquer restrições – o âmbito dos interesses a defender através da greve**<sup>274</sup> (cfr. **n.º 2 do art.º 57.º da CRP**). Todas as demais restrições, desde que estritamente

---

<sup>269</sup> ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho*, op cit., p. 497.

<sup>270</sup> FRANCISCO LIBERAL FERNANDES refere que facto do **n.º 3 do art.º 57.º da CRP** não ter distinguido entre a natureza pública ou privada da entidade que assegura aquelas necessidades impede que o legislador ordinário possa adotar outros princípios com vista a privilegiar a prestação de serviços mínimos nos serviços públicos. FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, op. cit., Pp. 164-165.

<sup>271</sup> JOANA COSTA HENRIQUES, *A Fixação de Serviços Mínimos: As Arbitragens no Âmbito do CES sobre o Setor dos Transportes*, in Estudos de Direito do Trabalho, Coimbra Editora – grupo Wolters Kluwer, 2011, p. 275.

<sup>272</sup> Também neste sentido FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, op. cit., pp. 166-167.

<sup>273</sup> JORGE MIRANDA/RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, op. cit., p. 1131.

<sup>274</sup> “Não se diga que o direito à greve não está sujeito a restrições: o que não está sujeito a intervenção restritiva do legislador é a delimitação dos interesses a defender através da greve (**C.R.P., artigo 57º, n.º 2**); foi esta a decisão do legislador constituínte em termos do programa normativo-constitucional da greve. O direito à greve está sujeito a reserva de lei restritiva, desde que a lei restritiva observe os pressupostos formais e materiais que a Constituição lhe impõe.” - Acórdão do TC n.º 199/2005, processo n.º 117/04, Lisboa. Disponível para consulta em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20050199.html>

vinculadas ao enunciado no **n.º 2 e 3 do art.º 18.º da CRP** parecem-nos, quanto a nós, perfeitamente admissíveis.

**12.A Lei Define as Condições de Prestação, Durante a Greve, de Serviços Mínimos Indispensáveis para Ocorrer à Satisfação de Necessidades Sociais Impreteríveis - O Caminho Traçado pelo n.º 3 do art.º 57.º da CRP**

I. Conforme resulta de tudo o acima exposto, os serviços mínimos enquanto restrição ao direito de greve encontram o seu assento expresso no **n.º 3 do art.º 57.º da CRP**, contendo aquele preceito constitucional uma autorização expressa de lei restritiva em caso de greve realizada nos “serviços essenciais”<sup>275</sup> (cfr. **n.º 2 do art.º 18.º da CRP**), i.e., “*é a própria Lei Fundamental que prevê diretamente certa e determinada restrição, cometendo à lei a sua concretização e delimitação.*”<sup>276</sup>.

II. Mas a verdade é que apesar do **n.º 3 do art.º 57.º da CRP** autorizar a restrição do direito à greve nos casos em que se revele indispensável a prestação de serviços mínimos por parte dos trabalhadores, o legislador constituinte não deixou um amplo espaço de conformação ao legislador ordinário: com efeito, e como decorre daquele preceito constitucional, a CRP estabeleceu determinados parâmetros que limitam e condicionam a respetiva regulamentação pelo legislador ordinário.

Desde logo, um desses parâmetros respeita ao facto dos **trabalhadores apenas estarem vinculados a prestar os “serviços mínimos indispensáveis”**, ou seja, do **n.º 3 do art.º 57.º da CRP** resulta que a obrigação de serviços mínimos apenas exige um nível mínimo, residual e absolutamente imprescindível de funcionamento quanto aos serviços essenciais, o que significa, pois, que está vedado ao legislador ordinário estabelecer tal obrigação com um conteúdo mais amplo.

Por outro lado, resulta ainda daquele preceito constitucional a **delimitação dos casos em que surge na esfera jurídica dos trabalhadores a obrigação de**

---

<sup>275</sup> JOANA COSTA HENRIQUES, *A Fixação de Serviços Mínimos: As Arbitragens no Âmbito do CES sobre o Setor dos Transportes*, op. cit., pp. 277-278.

<sup>276</sup> J.J. GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA, *CRP Anotada*, op. cit., p. 391.

prestar serviços mínimos, sendo utilizado pelo legislador constituinte o critério da natureza do bem protegido ou da finalidade da atividade prestada<sup>277</sup>: nos termos do **n.º 3 do art.º 57.º da CRP**, os trabalhadores apenas devem ver o seu direito de greve restringido *“para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis.”* e verdadeiramente essenciais à vida em comunidade.

**III.** Deste modo, do enunciado do **n.º 3 do art.º 57.º da CRP** - conjugado com o **n.º 2 e 3 do art.º 18.º** - resulta que a restrição do direito à greve com base na prestação de serviços mínimos por parte dos trabalhadores deve ser delimitada e delineada à luz do princípio da proporcionalidade, desdobrado nos denominados três subprincípios – princípio da adequação, princípio da necessidade e princípio da proporcionalidade em sentido restrito<sup>278</sup>.

Assim, **a prestação de serviços mínimos deve revelar-se, em cada caso concreto, o meio exato e adequado para satisfazer as necessidades essenciais e impreteríveis dos cidadãos/utentes (princípio da adequação)**, tal como deve, ainda, assumir-se como a **medida necessária porquanto a satisfação daquelas necessidades e a salvaguarda dos direitos e interesses dos cidadãos não poderiam ser obtidas por um outro meio menos oneroso (princípio da necessidade)**<sup>279</sup>. Por fim, a imposição da prestação de serviços mínimos por parte dos trabalhadores deve sempre balancear, pesar e respeitar a proporcionalidade dos sacrifícios a impor: **a concreta prestação de serviços mínimos por parte dos trabalhadores e os fins obtidos – a satisfação das necessidades sociais**

---

<sup>277</sup> JOANA COSTA HENRIQUES, *A Fixação de Serviços Mínimos: As Arbitragens no Âmbito do CES sobre o Setor dos Transportes*, op. cit., pp. 278-279.

<sup>278</sup> Por exemplo, no caso de uma greve realizada no setor dos transportes, foi fixado pelo tribunal arbitral como serviços mínimos a prestar nos dias da greve, apenas, uma carreira no período da manhã e outra no período da tarde, entre os quatro destinos cobertos pela TRANSTEJO, S.A (Cacilhas – Cais do Sodré; Montijo – Cais do Sodré; Seixal – Cais do Sodré Trafaria – Porto – Brandão – Belém). Neste sentido, considerou o TRL que *“(…) ao estabelecer tal mínimo não houve violação dos invocados princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade, sendo que a única alternativa seria a de não fixar quaisquer serviços mínimos (...)”*, o que de acordo com aquele Tribunal não se revelaria, pois, admissível porquanto o setor dos transportes encontra-se enunciado na **alínea h), do n.º 2 do art.º 537.º do CT**, como sendo um setor que se destina à satisfação de necessidades sociais impreteríveis. Acórdão do TRL de 07 de dezembro de 2010, processo n.º 906/10.9YRLSB-4, Lisboa. Disponível para consulta em [www.dgsi.pt/jtrl1.nsf/0/9baa9fab33efd2b280257818005483d2?OpenDocument](http://www.dgsi.pt/jtrl1.nsf/0/9baa9fab33efd2b280257818005483d2?OpenDocument)

<sup>279</sup> JOÃO LEAL AMADO refere que *“(…) o direito fundamental à greve poderá, de certo, ter de ceder e sofrer acomodações, mas só quando aqueles prejuízos ou transtornos se revelarem socialmente intoleráveis, vale dizer só quando a paralisação da atividade inerente à greve se revelar apta a comprometer a satisfação de necessidades sociais impreteríveis.”* JOÃO LEAL AMADO, *Os Limites do Direito à Greve e os Serviços Mínimos*, op. cit., p. 200.

**impreteríveis da comunidade – “devem situar-se numa ‘justa medida’, impedindo-se a adoção de medidas legais restritivas desproporcionadas e excessivas em relação aos fins obtidos.”<sup>280</sup> (princípio da proporcionalidade em sentido restrito)<sup>281</sup>.**

**III.** Por fim, cumpre ainda referir que o legislador constituinte, ao estabelecer que o direito à greve deve ser restringido nos casos em que se verifique a necessidade de prestação de “serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis”, fê-lo socorrendo-se a uma formulação geral, abstrata e com **recurso a dois conceitos indeterminados**, o de “serviços mínimos” e de “necessidades sociais impreteríveis”. Porém, e como tem sido entendido, quer pela doutrina, quer pela jurisprudência<sup>282</sup>, o facto do **n.º 3 do art.º 57.º da CRP** restringir o direito à greve partindo da utilização de conceitos indeterminados **não coloca em causa o princípio constitucional da reserva de lei**: de facto, e como refere JOANA COSTA HENRIQUES, “*É verdade que a reserva de lei, em matéria de direitos fundamentais, implica uma exigência de precisão e determinabilidade normativa, porém tal exigência tem de ser interpretada, atendendo à natureza do direito em causa – que no caso vertente é o direito à greve. (...) [In casu,] sucede que os juízos implicados na definição dos serviços mínimos, consistem em juízos de oportunidade que só podem ser aferidos atendendo às circunstâncias concretas do caso.*”<sup>283-284</sup>.

Na verdade, uma delimitação mais restrita por parte do legislador constituinte levaria, certamente, a que se caísse numa “restrição demasiado restritiva” que não se adequaria à realidade dos interesses em conflito, permitindo-se, assim, através da cláusula geral resultante do **n.º 3 do art.º 57.º da CRP** **uma maior adaptação casuística** às exigências concretas dos serviços mínimos<sup>285</sup>. Neste sentido, e como

---

<sup>280</sup> J.J. GOMES CANOTILHO/VITAL MOREIRA, *CRP Anotada*, op. cit., p. 393.

<sup>281</sup> JOANA COSTA HENRIQUES, *A Fixação de Serviços Mínimos: As Arbitragens no Âmbito do CES sobre o Setor dos Transportes*, op. cit., pp. 278-279; JOSÉ MELO ALEXANDRINO, *Direitos Fundamentais – Introdução Geral*, op. cit., pp. 134-138.

<sup>282</sup> Vide o Acórdão do TC n.º 289/92 de 02 de setembro de 1992, processo n.º 447/92, Lisboa, disponível para consulta em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19920289.html> e o Acórdão do TC n.º 199/2005 de 19 de abril de 2005, processo n.º 177/04, Lisboa, disponível para consulta em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20050199.html>

<sup>283</sup> JOANA COSTA HENRIQUES, *A Fixação de Serviços Mínimos: As Arbitragens no Âmbito do CES sobre o Setor dos Transportes*, op. cit., pp. 280.

<sup>284</sup> Sublinhado nosso.

<sup>285</sup> Conforme decorre do Acórdão do TRL de 02 de dezembro de 2014: “*os serviços mínimos requeridos pelo legislador (...) dev[em] ser definidos com respeito pelos princípios da necessidade, da adequação e*



decorre do Acórdão do TC n.º 289/92<sup>286</sup> *“Há-de entender-se que, em virtude das condicionantes que intervêm na delimitação de um serviço como essencial, este constitui um conceito jurídico indeterminado (...). Daí que seja imprescindível atender à constatação do caso concreto, não existindo melhor via que a do necessário exame das circunstâncias e particularidades de cada situação, atendendo aos interesses em jogo e aos possíveis riscos das situações de conflito.*<sup>287”</sup>.

IV. Face ao enunciado geral que decorre do **n.º 3 do art.º 57.º da CRP** questiona-se então: qual o caminho que foi, então, seguido pelo legislador ordinário? Vejamos:

#### **Capítulo IV: Da Prestação de Serviços Mínimos Indispensáveis à Satisfação das Necessidades Sociais Impreteríveis**

SUMÁRIO: 13. Enquadramento; 14. Uma (Tentativa) de Delimitação das Necessidades Sociais Impreteríveis; 14.1. Os Elementos Delimitadores das “Necessidades Sociais Impreteríveis”; 14.2. Da Enumeração Exemplificativa: Os Principais Setores; 15. Da Obrigação de Prestar Serviços Mínimos; 15.1. Do Seu Conteúdo: Fixação do Montante dos Serviços Mínimos a Prestar; 15.2. Regime da Prestação de Serviços Mínimos;

### **13. Enquadramento**

I. Por fim, neste último capítulo, e chegados aqui, cumpre-nos ater-nos no ponto central desta dissertação: a prestação de serviços mínimos indispensáveis à satisfação de necessidades sociais impreteríveis por parte dos trabalhadores. Questiona-se: afinal, o que está aqui em causa?

II. Desde logo, e como fomos sempre já referindo ao longo da presente dissertação, entre as necessidades sociais tidas por impreteríveis e a obrigação de prestação de serviços mínimos por parte dos trabalhadores existe uma relação indissociável e

---

*da proporcionalidade – variam inevitavelmente em função do setor de atividade, época do ano, tipo de greve, duração da mesma, representatividade do sindicato ou sindicatos que a convocaram, trabalho prestado normalmente pelos grevistas, movimento ordinário ou extraordinário dos locais onde se desenvolve, etc.”.* (Acórdão do TRL de 02 de dezembro de 2014, processo n.º 2028/11.6TTLSB.L1-4, Lisboa. Disponível para consulta em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/3345d6fa12e201f680257dab002e54e9>

<sup>286</sup> Acórdão do TC n.º 289/92 de 02 de setembro de 1992, processo n.º 447/92, Lisboa, disponível para consulta em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19920289.html>

<sup>287</sup> Negrito e sublinhado nosso.

inquebrável, *i.e.*, os trabalhadores apenas se encontram vinculados à prestação de serviços mínimos durante uma greve se, naquele caso em concreto, existirem necessidades sociais impreteríveis a satisfazer e se as mesmas forem ameaçadas pela greve. Pensemos no caso paradigmático, que referimos supra, de um indivíduo gravemente ferido que morre no hospital por não ter sido socorrido atempadamente pois apenas um médico não-grevista se encontrava de serviço e este, atento o volume de trabalho, não o pôde socorrer – como bem se compreenderá, o Direito não pode compactuar com este tipo de casos.

Assim, e face ao ora exposto, e porque, a nosso ver, não se revela possível analisar a obrigação de prestação de serviços mínimos sem antes (tentar) densificar e concretizar o conceito de necessidades sociais impreteríveis, determinando as prestações laborais que se consideram indispensáveis para assegurar os direitos dos utentes e dos cidadãos em geral, será este o primeiro ponto que abordaremos neste capítulo.

**III.** Num segundo momento, e mostrando-se concretizadas as necessidades sociais impreteríveis e essenciais que não podem, em caso de greve, deixar de ser satisfeitas por parte dos trabalhadores, importa depois delinear e caracterizar a obrigação de prestação de serviços mínimos que surge, naqueles casos, na esfera jurídica dos trabalhadores.

No fundo, o que nos parece essencialmente relevante neste ponto é delimitar e concretizar – ao máximo – aquela obrigação, analisando o conceito de “serviços mínimos” e identificando o critério legal e os princípios à luz dos quais os mesmos deverão ser concretizados, fixando o montante dos serviços mínimos a prestar pelos trabalhadores e analisando os efeitos que aquela obrigação gera nos contratos de trabalho.

## **14. Uma (Tentativa) de Delimitação das Necessidades Sociais Impreteríveis**

### **14.1. Os Elementos Delimitadores das “Necessidades Sociais Impreteríveis”**

**I.** Conforme decorre do **n.º 1 do art.º 537.º do CT** nas **empresas ou estabelecimentos que se destinem à satisfação de necessidades sociais**

**impreteríveis**, a associação sindical ou a comissão de greve que declare a greve e os trabalhadores que a ela aderirem devem assegurar, enquanto aquela decorrer, a prestação de serviços mínimos indispensáveis à satisfação daquelas necessidades.

Assim, e olhando para aquele preceito legal, desde já se conclui, como, aliás, o faz ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, que o conceito de “necessidade social impreterível” é subordinante ao de “serviços mínimos indispensáveis”, i.e., num primeiro momento lógico é necessário identificar o que são as denominadas “necessidades sociais impreteríveis” para, posteriormente, definir a concreta medida da prestação de serviços mínimos indispensáveis com vista á satisfação daquelas necessidades<sup>288</sup>.

II. Posto isto, como poderemos nós, então, identificar as empresas ou estabelecimentos que se destinem à satisfação de necessidades sociais impreteríveis? Vejamos:

Desde logo, questiona-se: será que todas as empresas, estabelecimentos e serviços relacionados com a satisfação de direitos fundamentais podem ser considerados como essenciais e impreteríveis? A resposta a esta questão terá que ser, necessariamente, negativa porquanto a restrição do direito à greve não se compaginaria com uma tal amplitude: na verdade, *“nem todos os serviços relacionados com a satisfação de direitos fundamentais dos cidadãos podem ser qualificados como essenciais, **mas apenas** os que correspondam a necessidades sociais impreteríveis, isto é, **aqueles cuja paralisação total poria em perigo no imediato a satisfação dessas necessidades essenciais da coletividade**”*<sup>289-290</sup>. Também neste sentido, se pronuncia a PGR que num seu parecer deixou claro que as empresas e estabelecimentos a que alude o **n.º 1 do art.º 537.º do CT** são *“Aqueles cuja atividade se proponha facultar aos membros da comunidade aquilo que, sendo essencial ao desenvolvimento da vida individual ou coletiva, envolvendo, portanto,*

---

<sup>288</sup> ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *Direito do Trabalho*, op. cit., p. 843.

<sup>289</sup> JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, op. cit., pp. 100-101.

<sup>290</sup> Negrito e sublinhado nosso.

uma necessidade primária, careça de imediata utilização ou aproveitamento, sob pena de irremediável prejuízo daquela.<sup>291-292</sup>”.

III. Ora, atendendo ao que supra se transcreveu, e quanto a nós, resulta perentório que existem dois elementos (cumulativos) distintivos caracterizadores das “necessidades sociais impreteríveis” que deveremos ter sempre em conta aquando da delimitação daquele conceito, são eles: **(i) o tipo/natureza de interesses, direitos, bens ou utilidades que a atividade em causa proporciona aos utentes e aos cidadãos em geral** e **(ii) o carácter inadiável da necessidade, sob pena da sua satisfação se mostrar, à posteriori, impossível.**

Deste modo, e quanto ao primeiro critério (i) refira-se que teremos que estar sempre perante um “interesse social vital”, ou seja, “um interesse essencial para a vida e organização da comunidade social”<sup>293</sup> sendo que o mesmo, atento o seu carácter social, não permite que a comunidade afetada pela greve possa autossatisfazer tal necessidade por meios próprios em termos de razoável onerosidade<sup>294</sup>. No fundo, e como refere FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, deveremos estar perante direitos, interesses e bens “*com uma especial intensidade normativa*” e que se correspondam a necessidades de natureza pessoal ou subjetivo<sup>295</sup>, como sejam, o direito à saúde, à vida, à segurança ou à circulação.

Por exemplo, se estiver em causa a realização de uma greve por parte do pessoal administrativo de uma escola ou, até mesmo, de um hospital, rapidamente

---

<sup>291</sup> Parecer da PGR de 04 de janeiro de 1982, publicado em Diário da República, 2.ª série, pp. 4758-4761. Disponível para consulta em <http://www.ministeriopublico.pt/iframe/pareceres-do-conselho-consultivo-da-pgr>

Do Parecer da PGR n.º 100/90, de 29 de novembro de 1990, 2.ª série, pp. 13043 e ss., e também no mesmo sentido, resulta que “*Os serviços mínimos a assegurar na pendência da greve serão aqueles que, em função das circunstâncias concretas de cada caso, forem adequados para que a empresa, estabelecimento ou serviço não deixe de prestar aos membros da comunidade aquilo que, sendo essencial para a vida individual ou coletiva, careça de imediata utilização ou aproveitamento para que não ocorra irremediável prejuízo.*” [negrito nosso]. NUNO MIGUEL VARELA BENTES, *Os Serviços Mínimos em Caso de Greve*, op. cit., p. 35.

<sup>292</sup> Sublinhado nosso.

<sup>293</sup> MARIA ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III*, op. cit., p. 498.

<sup>294</sup> ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *Direito do Trabalho*, op. cit., p. 845; PAULO JORGE DE OLIVEIRA MARTINS, *O Direito à Greve: O Âmbito e os Limites da Greve, o Aviso Prévio de Greve e a Determinação dos Serviços Mínimos*, Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Direito das Empresas com especialização em Direito do Trabalho, ISCTE IUL – Instituto Universitário de Lisboa, 2014, p. 56.

<sup>295</sup> FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, op. cit., pp. 260 e 356 e ss.

apreendemos que não existe, na prestação daquela atividade, qualquer direito ou interesse social vital que tenha que ser satisfeito durante a greve; se estiver em causa a realização de uma greve no setor dos transportes, sendo posta em causa com tal greve a deslocação dos habitantes de uma aldeia remota em que a maioria da população é idosa e não tem meios de transporte próprios, já deverá ser considerado que se encontra em causa a liberdade de circulação<sup>296</sup>, a qual, neste contexto deve ser considerada como um “interesse social vital”.

Porém, refira-se que nunca poderemos estabelecer de forma geral e abstrata quais os interesses ou direitos que podem ser sempre caracterizados como um interesse verdadeiramente essencial para a vida e organização da comunidade social<sup>297</sup> e, como tal, devem ser satisfeitos em caso de greve: no fundo, tudo depende do **circunstancialismo do caso concreto**<sup>298</sup>. Neste sentido, e tal como refere ROSÁRIO RAMALHO<sup>299</sup>, existem empresas cuja atividade não corresponde, em si mesma, a uma necessidade social vital mas, pelo próprio contexto em que a mesma é prestada, acaba por ser considerada como uma necessidade social impreterível – por exemplo, no Acórdão do TRL de 29 de maio de 2007<sup>300</sup> entendeu-se que “*Os trabalhadores de uma empresa de prestação de serviços de limpeza que exercem funções num Hospital, estão sujeitos à prestação de serviços mínimos (...) pois satisfazem necessidades sociais impreteríveis.*”. O que está em causa neste caso, e continua aquele Acórdão “*(...) é a obrigação de assegurar a limpeza dos espaços particularmente sensíveis, como são os*

---

<sup>296</sup> Tal como resulta do Acórdão do TRP de 24 de setembro de 2012, “*a possibilidade de transporte e, por consequência, da mobilidade do cidadão constitui um instrumento indispensável à garantia de outros direitos, também com consagração constitucional, designadamente o direito à saúde, não devendo, nem podendo a população ficar totalmente desprotegida perante a total inexistência de um serviço (público) de transporte (...).*” Acórdão do TRP de 24 de setembro de 2012, processo n.º 83/12.0YRPRT.P1, Porto. Disponível para consulta em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/b158cbce23b00a9a80257a8d00489bce?OpenDocument>

<sup>297</sup> Como também tem entendido o TC espanhol, não existe, à priori, nenhum tipo de atividade que possa ser automaticamente considerada como essencial. JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, op. cit., p. 102.

<sup>298</sup> Também realçando a necessidade de se atender, sempre, às especificidades do caso concreto, vide, por todos, JOSÉ JOÃO NUNES ABRANTES, *Greve, Serviços Mínimos e Requisição Civil*, Coleção Vega Universidade, 1992, p. 9.

<sup>299</sup> MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III*, op. cit., p. 499.

<sup>300</sup> Acórdão do TRL de 29 de maio de 2007, processo n.º 1509/2007-4, Lisboa. Disponível para consulta em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/8308b92a15dc84d980257301005268fe?OpenDocument>

*espaços hospitalares, que têm por função cuidar da saúde, conforto, higiene e bem-estar das pessoas que a ele recorrem, ou nele estão internadas.”.*

Por fim, e no que respeita ao critério referente ao carácter inadiável da necessidade, sob pena da sua satisfação se mostrar, à posteriori, impossível (ii) tal implica que tenhamos sempre que verificar se, atenta a natureza dos valores em causa, os mesmos suportam a suspensão da sua satisfação durante o período em que ocorrer a realização da greve<sup>301-302</sup> ou se, ao invés, estamos perante necessidades que sejam urgentes e em que o seu cumprimento se revele irrepetível<sup>303</sup>. Assim, **tudo depende da duração da greve declarada no respetivo pré-aviso**: certamente existirão necessidades sociais consideradas vitais mas que, atenta a duração breve da greve, não serão prejudicadas<sup>304</sup>.

IV. ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES acrescenta ainda um outro critério qualificador das ‘necessidades sociais impreteríveis’: **“a inexistência de meios paralelos sucedâneos ou alternativos viáveis da satisfação das necessidades concretas em causa**.<sup>305-306</sup>, i.e., *“basta que, demonstradamente, (...) existam recursos socialmente disponíveis para cobrir as necessidades básicas, tendo também em conta*

---

<sup>301</sup> ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *Direito do Trabalho*, op. cit., p. 845.

<sup>302</sup> Por exemplo, no caso da recente greve dos CTT decretada apenas para os dias 21 e 22 de dezembro de 2017, foi definido no Despacho do MTSSS n.º 30/2017 que *“As empresas CTT – Correios de Portugal, S.A., CTT Contacto, S.A., CTT Expresso Serviços Postais e Logística, S.A. e Mailtec Comunicações, S.A. gerem e exploram serviços postais (correios) no território nacional, bem como dos mesmos serviços internacionais com origem ou destino no território nacional e que nestes termos satisfaz necessidades sociais impreteríveis que devem ser asseguradas durante a greve, nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 537.º do Código do Trabalho, (...)”*. Despacho disponível para consulta em [http://www.dgert.gov.pt/wp-content/uploads/2017/12/Despacho-Conjunto-39\\_2017.pdf](http://www.dgert.gov.pt/wp-content/uploads/2017/12/Despacho-Conjunto-39_2017.pdf)

<sup>303</sup> Do Acórdão do STA de 06 de março de 2008, resulta que *“As necessidades sociais impreteríveis são as que se relacionam com a satisfação de interesses fundamentais da sociedade e, nessa medida, com uma tranquila e segura convivência social e, porque assim, devem ser integradas nesse conceito todas as necessidades cuja satisfação importaria não só a violação dos direitos fundamentais como poderia causa insegurança e desestabilização social.”*. Acórdão do STA de 06 de março de 2008, processo n.º 05/05, Lisboa. Disponível para consulta em [www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/2e4d3aa16f3551498025740a003ee96e?OpenDocument](http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/2e4d3aa16f3551498025740a003ee96e?OpenDocument)

<sup>304</sup> Por exemplo, e como já se referiu supra, sendo decretada uma greve num hospital, mesmo que tal greve tenha apenas a duração de 24h, os serviços de urgência correspondem, sem dúvida alguma, a uma necessidade essencial impreterível em todos os seus elementos. Porém, numa greve com a mesma duração, já não será à partida considerada necessidade social impreterível – atendendo à sua breve duração – a atividade de consultas externas na maioria das especialidades. MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III*, op. cit., p. 500.

<sup>305</sup> *Idem*, op. cit., p. 845.

<sup>306</sup> Negrito e sublinhado nosso.

a antecipação com que a greve tenha sido declarada.<sup>307</sup>”. Porém, e com o devido respeito, não podemos concordar com tal posição<sup>308</sup>, porquanto, e a nosso ver, ainda que existam outros meios aptos a satisfazer aquelas necessidades tal não descaracteriza a natureza impreterível e essencial daquela necessidade.

Com efeito, **a existência, ou não, de tais meios apenas será útil para aferir, num momento posterior, da necessidade e da intensidade de satisfazer aquela necessidade através da prestação de serviços mínimos.** Assim, será sempre depois de qualificarmos uma determinada necessidade social como impreterível que iremos averiguar se existe um meio alternativo ou sucedâneo capaz de a satisfazer, sendo que, em caso afirmativo, aquela necessidade não deixará de ser qualificada como impreterível mas, atendendo a que pode ser satisfeita sem preterição do exercício do direito à greve, não se revelará necessária a prestação de serviços mínimos por parte dos trabalhadores.

#### **14.2. Da Enumeração Exemplificativa: Os Principais Setores**

I. Depois do **n.º 1 do art.º 537.º do CT** enunciar de forma geral, e sem qualquer tipo de densificação, que deve ocorrer a prestação de serviços mínimos quando estejamos perante empresa ou estabelecimento que se destine à “satisfação de necessidades sociais impreteríveis”, vem o **n.º 2** do mesmo preceito legal apresentar um **elenco exemplificativo de setores que se devem considerar como preenchendo aquele conceito.** Desde logo, e do elenco adotado pelo legislador, constam os seguintes setores<sup>309</sup>:

- Correios e telecomunicações (**alínea a), do n.º 2**);
- Serviços médicos, hospitalares e medicamentosos (**alínea b), do n.º 2**);
- Salubridade pública, incluindo a realização de funerais (**alínea c), do n.º 2**);

---

<sup>307</sup> *Idem, op. cit.*, p. 845.

<sup>308</sup> JOANA COSTA HENRIQUES, *A Fixação de Serviços Mínimos: As Arbitragens no Âmbito do CES sobre o Setor dos Transportes*, *op. cit.*, p. 291.

<sup>309</sup> O **art.º 397.º da LGTFP** é idêntico ao regime resultante do CT, residindo a sua principal diferença no facto de logo na **alínea a) do n.º 2** ser considerado como setor destinado à satisfação de necessidades sociais impreteríveis a “Segurança pública, quer em meio livre quer em meio institucional”, bem como, na **alínea d)** “Educação, no que concerne à realização de avaliações finais, de exames ou provas de carácter nacional que tenham de se realizar na mesma data em todo o território nacional”.

- Serviços de energia e minas, incluindo o abastecimento de combustíveis **(alínea d), do n.º 2)**;
- Abastecimento de águas **(alínea e), do n.º 2)**;
- Bombeiros **(alínea f), do n.º 2)**;
- Serviços de atendimento ao público que assegurem a satisfação de necessidades essenciais cuja prestação incumba ao Estado **(alínea g), do n.º 2)**;
- Transportes, incluindo portos, aeroportos, estações de caminho de ferro e de camionagem, relativos a passageiro, animais e géneros alimentares deterioráveis e a bens essenciais à economia nacional abrangendo as respetivas cargas e descargas **(alínea h), do n.º 2)**;
- Transporte de segurança de valores monetários **(alínea i), do n.º 2)**.

No fundo, e através daquele elenco necessariamente não taxativo<sup>310</sup>, o legislador visou, única e exclusivamente, elucidar e auxiliar o intérprete-aplicador fornecendo-lhe ferramentas que lhe permitam, em cada caso concreto, preencher o conceito indeterminado de “necessidades sociais impreteríveis”. Na verdade, através da enumeração de alguns setores que, *prima facie*, podem colocar em causa a satisfação daquelas necessidades, torna-se mais fácil e inteligível adaptar aquele conceito – tendo em conta as circunstâncias envolventes - a cada caso em concreto<sup>311</sup>.

**II.** Nesta medida, o elenco de setores constantes do **n.º 2 do art.º 537.º do CT** nunca poderá exonerar o intérprete-aplicador da obrigação de proceder a uma análise casuística da greve em questão e de toda a factualidade relevante de tempo, modo e lugar que a envolva pois, só assim, poderá concluir pela existência de uma “necessidade social impreterível”<sup>312</sup>. Assim, desde já importa concluir que:

---

<sup>310</sup> Apesar do **n.º 2 do art.º 537.º do CT** não deixar qualquer margem para dúvidas de que estamos perante um elenco meramente exemplificativo, utilizando, para o efeito, o advérbio “nomeadamente”, ainda que não tivesse sido feita tal referência por parte do legislador, nunca poderíamos, ainda assim, depreender o contrário. Na verdade, não se vislumbra como poderia ser possível, atenta a dinâmica da vida em sociedade e da própria ordem jurídica, elaborar uma “lista fechada” que esgotasse os setores que, em toda e qualquer circunstância, pudessem ser considerados como destinados à “satisfação de necessidades sociais impreteríveis”. JOANA COSTA HENRIQUES, *A Fixação de Serviços Mínimos: As Arbitragens no Âmbito do CES sobre o Setor dos Transportes*, op. cit., p. 293.

<sup>311</sup> NUNO MIGUEL VARELA BENTES, *Os Serviços Mínimos em Caso de Greve*, op. cit., pp. 40-41.

<sup>312</sup> JOÃO LEAL AMADO, *Os Limites do Direito à Greve e os Serviços Mínimos*, op. cit., p. 206.



a) Atendendo a que o elenco constante do **n.º 2 do art.º 537.º do CT** é um elenco que, como se disse, é meramente exemplificativo, uma greve que ocorra fora daqueles setores pode, ainda assim, ser considerada como uma necessidade social impreterível. Por exemplo, e quanto a este ponto, ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES dá-nos o exemplo do setor de abastecimento de géneros<sup>313</sup> onde devem “(...) *estar cobertos* [ao abrigo daquele conceito] *os serviços sem os quais em certas zonas poderão verificar-se carências alimentares*.”<sup>314</sup>. A nosso ver, e, de resto, como foi decidido pelo Colégio Arbitral quanto à greve dos Professores decretada para o dia 21 de junho de 2017 – dia de realização de provas e exames nacionais das disciplinas de Física e Química, Geografia A e História da Cultura e das Artes – o setor da educação<sup>315-316</sup>, mormente em dias em que se realizem exames e provas de âmbito nacional podem constituir necessidades sociais impreteríveis (cfr. **alínea d), do n.º 2 do art.º 397.º da LGTFP**). Mas reforce-se: tudo depende do caso em concreto;

b) Por outro lado, e ainda que se verifique uma greve num dos setores enunciados naquele preceito legal, tal não é condição suficiente para que se conclua, automaticamente, que estamos perante uma “necessidade social impreterível”<sup>317</sup>: “(...) *tendo em atenção todas as circunstâncias da greve em apreço, o intérprete bem poderá concluir que, in casu, não se mostra*

---

<sup>313</sup> Do elenco constante do **n.º 2 do art.º 537.º do CT** apenas consta o transporte de géneros alimentares deterioráveis (cfr. **alínea h**).

<sup>314</sup> ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *Direito do Trabalho*, op. cit., p. 846.

<sup>315</sup> Também neste sentido JOANA COSTA HENRIQUES, *A Fixação de Serviços Mínimos: As Arbitragens no Âmbito do CES sobre o Setor dos Transportes*, op. cit., p. 292.

<sup>316</sup> Trata-se de uma questão que não é alvo de consenso, nem por parte da doutrina, nem por parte da jurisprudência. Desde logo, por exemplo, apesar de ter sido considerado pelo Colégio Arbitral, em 2017, que a realização de exames nacionais correspondem a necessidades sociais impreteríveis, em greve realizada, também no setor da educação, em 2013 e 2015, foi considerado que não estaríamos perante direitos ou interesses que justificassem a limitação do direito à greve. Porém, voltamos a repetir: tudo depende do circunstancialismo do caso em concreto - em 2013 estava em causa a realização de greve no dia em que se realizava a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC), em 2015 greve ao exame PET/Cambridge, enquanto que, em 2017, estava em causa a realização de exames nacionais do ensino secundário.

<sup>317</sup> ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES dá o exemplo de greves que se realizem nos setores de distribuição de energia elétrica (cfr. **alínea d), do n.º 2 do art.º 537.º do CT**) ou de abastecimento de água (cfr. **alínea e), do n.º 2 do art.º 537.º do CT**) as quais, se forem de curta duração, não provocarão a descontinuidade dos serviços razão pela qual não estaremos perante uma “necessidade social impreterível”. ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *Direito do Trabalho*, op. cit., p. 846.

*necessário fixar quaisquer serviços mínimos, por esta particular greve não comprometer a satisfação das necessidades sociais impreteríveis. E, assim decidindo, o intérprete/aplicador não estará a violar a ler; ele estará, porventura a respeitar a Constituição, procedente a uma leitura em conformidade com esta.<sup>318</sup>”.*

**III.** Porém, e quanto ao ora descrito no **ponto b)**, importa alertar que alguma “jurisprudência perigosa” – *essencialmente quanto à decretação de serviços mínimos no setor dos transportes* - interpreta o **n.º 2 do art.º 537.º do CT** no sentido de que a necessidade de satisfazer as “necessidades sociais impreteríveis”, no caso da atividade transportadora de passageiros, resultariam automática e diretamente daquele preceito legal, *i.e.*, sempre que se verifique uma greve naquele setor estaremos, de acordo com aquela jurisprudência, perante uma necessidade social vital.

Desde logo, e a título de exemplo, refira-se o Acórdão do TRP de 24 de setembro de 2012<sup>319</sup> do qual resulta, inexplicavelmente, que “(...) o art.º 537º, nº 2, do CT/2009, a par de outros, elenca o sector dos transportes de passageiros como um daqueles que se destinam à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, pelo que é despicienda a discussão em torno da questão de saber se os serviços prestados por empresa que nele se enquadre ocorrem, ou não, a tais necessidades.”, bem como, o Acórdão do TRL de 16 de março de 2011<sup>320</sup> que refere que “O tribunal arbitral, ao fixar como serviços mínimos a prestar, na empresa Soflusa e no dia da greve geral- 24 de Novembro de 2010–, um total de 15 carreiras fluviais das 94 habitualmente realizadas, entre o Barreiro e o Terreiro do Paço, incidindo a sua grande maioria nas chamadas “horas de ponta”, não violou os princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade, sendo que a alternativa de não fixar quaisquer serviços mínimos não é compatível com

---

<sup>318</sup> JOÃO LEAL AMADO, *Os Limites do Direito à Greve e os Serviços Mínimos*, op. cit., p. 209.

<sup>319</sup> Acórdão do TRP de 24 de setembro de 2012, processo n.º 83/12.0YRPRT.P1, Porto. Disponível para consulta em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/b158cbce23b00a9a80257a8d00489bce?OpenDocument>

<sup>320</sup> Acórdão do TRL de 16 de março de 2011, processo n.º 6/11.4YRLSB-4, Lisboa. Disponível para consulta em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/4d3564a4fea22f8680257876004fc979?OpenDocument>

*as normas que regulam o direito à greve, pois está em causa uma empresa de transportes públicos fluviais que a lei classifica como empresa que se destina à satisfação de necessidades sociais impreteríveis.”*

Na verdade, e com o devido respeito, não apreendemos como pode a jurisprudência partir de tal premissa. Com efeito, e repita-se, “*A simples qualificação pela lei de um serviço como essencial não basta para justificar a aplicação de medidas restritivas a qualquer paralisação laboral que aí tenha lugar (...).*”<sup>321</sup>”.

## **15. Da Obrigação de Prestar Serviços Mínimos**

### **15.1. Do Seu Conteúdo: Fixação do Montante dos Serviços Mínimos a Prestar**

**I.** Após termos determinado o que são – ou, pelo menos, o que podem ser – necessidades sociais impreteríveis, para que possamos circunscrever e delimitar o âmbito de aplicação da obrigação prevista no **n.º 1 do art.º 537.º do CT**, torna-se determinante compreender as prestações indispensáveis, o nível de atividade indispensável e o montante, a medida e os meios necessários que se revelam indispensáveis para assegurar a satisfação daquelas necessidades. No fundo, trata-se agora de definir o que são os “serviços mínimos” e quanto é que estes se mostram “indispensáveis”.

Porém, desde já se adiante que o facto do legislador se ter socorrido, como vimos, a conceitos indeterminados (“necessidades sociais impreteríveis” e “serviços mínimos indispensáveis”), e de o direito à greve ser um direito fundamental que não pode ser atingido no seu conteúdo essencial (**n.º 3 do art.º 18.º da CRP**), implica, conseqüentemente, que a concretização de tais “mínimos” e a determinação e concretização do seu conteúdo seja uma matéria envolta em alguma complexidade e polémica.

**II.** Assim, e atendendo ao que ora se expôs, bem como, à própria natureza da matéria, refira-se que **não é possível determinar, à priori e em termos suficientemente**

---

<sup>321</sup> FRANCISCO LIBERAL FERNANDES, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, op. cit., p. 361.

densos, a medida dos serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação das necessidades sociais impreteríveis<sup>322</sup> porquanto os serviços mínimos a determinar terão sempre como pressuposto as necessidades que houver a satisfazer naquele caso em concreto: primeiro há, então, que identificar as necessidades e, só depois, num segundo momento, definir a quantidade de serviços mínimos que devem ser fixados<sup>323</sup> para responder a essas necessidades<sup>324</sup>.

Na verdade, o conteúdo da obrigação de prestação de serviços mínimos e o seu *quantum* qualitativo e quantitativo dependerá, sempre, da análise às circunstâncias do caso concreto, como sejam, a duração da greve, o grau de adesão dos trabalhadores e o número de empresas ou estabelecimentos afetados<sup>325</sup>. Com efeito, *“A medida dos ‘serviços mínimos’ só pode ser determinada em concreto, face à estrutura dos serviços e à natureza das necessidades práticas que, em cada caso, seja posta em causa.<sup>326</sup>”*, o que significa, pois, que tudo depende de um *“juízo de oportunidade que pode inclusivamente conduzir a resultados divergentes dentro do mesmo setor ou até em relação a diferentes greves numa mesma empresa.<sup>327</sup>”*

Porém, e ainda que tudo dependa de uma análise casuística ao caso concreto por parte do intérprete-aplicador<sup>328</sup>, a enunciação de critérios gerais e a fixação de

---

<sup>322</sup> PAULO JORGE DE OLIVEIRA MARTINS refere, quanto a este ponto, que *“Os termos em que a nossa lei laboral prevê e regula a prestação de serviços mínimos, parece insuscetível de definição objetiva. Não seria assim, certamente, se a própria lei, numa perspetiva diferente, fixasse ela própria a quantidade de serviços a assegurar em situações de greve, mediante, por exemplo, a definição de valores indexados à atividade das empresas ou dos setores económicos em que as empresas operam, eventualmente decorrentes de determinados pressupostos, também objetivos, de cada greve.”* Porém, não nos parece, sequer, que tal possibilidade pudesse, num plano prático, ser satisfeita: ora, como já referimos por diversas vezes ao longo desta dissertação, não é possível determinar, à priori, todas as atividades que asseguram a satisfação de necessidades sociais impreteríveis razão pela qual, nunca poderia o CT proceder a uma enunciação concreta da quantidade dos serviços mínimos a prestar. Quanto a esta matéria, o objetivo da lei é, unicamente, fornecer ao intérprete-aplicador os comandos necessários à densificação e concretização de todos aqueles conceitos indeterminados. PAULO JORGE DE OLIVEIRA MARTINS, *O Direito à Greve: O Âmbito e os Limites da Greve, o Aviso Prévio de Greve e a Determinação dos Serviços Mínimos*, op. cit., p. 61.

<sup>323</sup> Atendendo à complexidade da matéria, e como já referenciamos supra, o legislador previu no **art.º 538.º do CT** um conjunto de mecanismos de determinação dos serviços mínimos. Vide, supra, pp. 79-80.

<sup>324</sup> *Idem*, op. cit., p. 64.

<sup>325</sup> JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, op. cit., p. 103.

<sup>326</sup> SÉRGIO PRATAS, *A Greve e a Definição de Serviços Mínimos*, in *Revista da Administração Local*, n.º 255, maio-junho, 2013, p. 318.

<sup>327</sup> JOSÉ JOÃO ABRANTES, *A Greve no Novo Código do Trabalho*, op. cit., p. 655.

<sup>328</sup> Neste sentido, ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES refere mesmo que *“nenhuma solução abstratamente enunciada será satisfatória.”* ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *Direito do Trabalho*, op. cit., p. 847.

princípios que devem presidir à fixação dos “serviços mínimos”, afiguram-se essenciais para que se possa, então depois, proceder à respetiva adequação ao caso concreto.

Neste sentido, e nesta “ádua tarefa” de definição e fixação da medida dos serviços mínimos, quanto a nós parece-nos que deverão ser sempre tidos em conta – como critério orientador geral - os princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade<sup>329</sup> (n.º 5 do art.º 538.º do CT), os quais, não obstante representarem princípios meramente gerais e de conteúdo necessariamente vago, permitem formular o enunciado geral de que os serviços mínimos serão, em cada caso concreto, ***“(...) todos os que se mostrem necessários e adequados para que seja posto à disposição dos utentes aquilo que tenham necessidade de aproveitar no imediato, por forma a que as suas necessidades não deixem de ser satisfeitas com prejuízo irremediável.”***<sup>330-331’332</sup>. Assim:

- i. A obrigação de serviços mínimos terá sempre como **medida a sua “indispensabilidade”** quer para aferir, num primeiro momento, a necessidade da sua prestação pelos trabalhadores, quer para, num momento posterior, fixar o seu quantum – tudo passa por saber se as **necessidades sociais impreteríveis podem ser satisfeitas por outros meios alternativos ou sucedâneos que não a prestação de serviços mínimos** pois, se puderem, nesse caso não deverão aqueles serviços ser considerados como indispensáveis.

Nestes termos, se aquelas necessidades puderem ser integralmente satisfeitas por outros meios ao alcance dos interessados – sem prejuízos de maior -, a

---

<sup>329</sup> Para maiores desenvolvimentos vide supra pp. 84 e ss.

<sup>330</sup> Sublinhado e negrito nosso.

<sup>331</sup> JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, op. cit, p. 103; JOSÉ JOÃO ABRANTES, *A Greve no Novo Código do Trabalho*, op. cit., p. 655.

<sup>332</sup> Num sentido próximo, o Parecer da PGR n.º 86/82, de 08 de julho de 1982 define os serviços mínimos como ***“(...) aqueles que forem adequados a evitar que, da paralisação da empresa ou do estabelecimento na sequência da greve, advenham para as suas instalações e para os respetivos equipamentos danos suscetíveis de implicar a sua inutilização ou apenas comprometer gravemente a sua operacionalidade, só sendo, porém, concretizáveis mediante a ponderação de todas as circunstâncias do caso concreto.”*** ANTÓNIO LUÍS VIEIRA DA LUZ ANAVIO, *As Principais Alterações Legislativas ao Regime Jurídico da Greve Introduzidas pelo Código do Trabalho*, Relatório Final da Parte Escolar de Mestrado Apresentado na Disciplina de Direito do Trabalho, FDL, 2004, p. 12 [negrito e sublinhado nosso].

obrigação de serviços mínimos não se constituirá na esfera jurídica dos trabalhadores e não será exigível porquanto não é indispensável<sup>333-334</sup>; se, ao invés, se houver concluído que a prestação de serviços mínimos é indispensável para a satisfação daquelas necessidades, *e.g.*, porque é o único meio de as satisfazer - termos em que surge na esfera jurídica dos trabalhadores aquela obrigação -, devem os serviços mínimos assegurar apenas a “continuidade mínima indispensável à satisfação das necessidades sociais vitais<sup>335</sup>” e, já não, o funcionamento normal da empresa ou estabelecimento, ou seja, e por regra, “(...) o carácter mínimo dos serviços a manter corresponderá a um certo grau de satisfação (porventura inferior ao normal) das necessidades identificadas como impreteríveis.<sup>336</sup>”

Todavia, e se é verdade que a regra quanto à prestação de serviços mínimos não pode ser a de um funcionamento normal, **casos haverão em que a prestação daqueles serviços, atento o carácter fortemente inadiável e impreterível das necessidades sociais em causa, implicará a integral continuidade da mesma**. Por exemplo, se existir uma greve num serviço de

---

<sup>333</sup> Tal como afirma JOSÉ JOÃO ABRANTES “Apenas não havendo outros meios de satisfazer essas necessidades é que se constitui a obrigação de prestar serviços mínimos.” JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, op. cit., p. 102.

<sup>334</sup> Se estivermos perante uma greve realizada no setor rodoviário, e caso existam outras alternativas de transporte (metro ou comboios), à partida, poder-se-á não afigurar como indispensável a prestação de serviços mínimos – mas, e repita-se, tudo depende das circunstâncias do caso em concreto.

Por exemplo, através do Despacho Conjunto n.º 37/2017 considerou-se que uma empresa de transportes urbanos rodoviários de Vila Real que “assegura serviços de transporte coletivo de passageiros, nomeadamente o transporte escolar de estudantes entre os locais de residência e os dos estabelecimentos de ensino, [é uma] atividade que se destina à satisfação de necessidades sociais impreteríveis ligadas ao exercício do direito de deslocação e, de modo mediato do direito à educação, os quais são direitos constitucionalmente protegidos.”, termos em que foi considerado indispensável a fixação de serviços mínimos nos seguintes termos: “a referida associação sindical e os trabalhadores com a categoria de motoristas que adiram à greve devem prestar como serviços mínimos as horas de trabalho necessárias à realização de todas as carreiras de serviço público por via dos quais seja assegurado o transporte escolar de estudantes entre as localidades de residência e os respetivos estabelecimentos de ensino, nas mesmas condições em que o devem assegurar em dias em que não haja greve.” Despacho Conjunto n.º 37/2017, disponível para consulta em [http://www.dgert.gov.pt/wp-content/uploads/2017/11/Despacho-Conjunto-37\\_2017.pdf](http://www.dgert.gov.pt/wp-content/uploads/2017/11/Despacho-Conjunto-37_2017.pdf)

<sup>335</sup> ANTÓNIO LUÍS VIEIRA DA LUZ ANAVIO, *As Principais Alterações Legislativas ao Regime Jurídico da Greve Introduzidas pelo Código do Trabalho*, op. cit., p. 10.

<sup>336</sup> ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *Direito do Trabalho*, op. cit., p. 846.

urgência médica – como num hospital ou no INEM - deve sempre ser assegurada a realização de toda a atividade laboral<sup>337</sup>.

- ii. Por outro lado, e da aplicação daqueles princípios e enunciados gerais, máxime do carácter da “indispensabilidade dos serviços mínimos”, resulta, no nosso entendimento, o **carácter subsidiário<sup>338</sup> da obrigação de serviços mínimos quanto à sua prestação pelos trabalhadores grevistas**, ou seja, *“A obrigação de prestar serviços mínimos só nasce (...) se o empregador, que também se encontra adstrito a respeitar os bens e valores constitucionais em causa, não puder satisfazer tais necessidades, recorrendo, por exemplo, a não grevistas.”*<sup>339</sup>.

Contrariamente a este entendimento, PALMA RAMALHO defende que não existe o dever primário de recorrer a trabalhadores não grevistas para satisfazer necessidades sociais impreteríveis *“(...) porque o dever de assegurar os serviços mínimos é atribuído pela lei às entidades promotoras da greve e aos trabalhadores grevistas a título principal e não a título subsidiário.”*<sup>340</sup>.

Na verdade, e admitimo-lo, conforme indicia a letra das disposições conjugados do **art.º 537.º, 538.º e do n.º 2 do art.º 535.º, todos do CT**, o empregador só poderá agir – contratando empresa para esse fim - caso os sindicatos ou comissões de greve e os trabalhadores grevistas não cumprirem devidamente a sua obrigação de prestação de serviços mínimos. Porém, a nosso ver, e ainda que numa primeira leitura pareça ser este o sentido da lei, **não poderemos cingir-nos, única e exclusivamente, ao elemento literal**. Na verdade, existem duas premissas que têm que nortear toda a matéria relativa à prestação de serviços mínimos: **(i)** a primeira respeita ao facto de estarmos perante um **caso de restrição ao direito fundamental à greve (n.º 2 e 3 do art.º 18.º da CRP)** o

---

<sup>337</sup> PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho*, op cit., pp. 1236-1237; ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *Direito da Greve – Notas e Comentários à Lei n.º 65/77, de 26 de agosto*, op. cit., p. 63.

<sup>338</sup> Neste sentido, entre outros, JORGE LEITE, *Direito da Greve - Das lições ao 3.º ano da FDUC*, op. cit., p. 65; JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, op. cit., p. 102; JOANA COSTA HENRIQUES, *A Fixação de Serviços Mínimos: As Arbitragens no Âmbito do CES sobre o Setor dos Transportes*, op. cit., p. 304.

<sup>339</sup> JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, op. cit., p. 102.

<sup>340</sup> MARIA DO ROSÁRIO RAMALHO, *Lei da Greve Anotada*, op. cit., pp. 61-62; MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III*, op cit., p. 507.

que implica, pois, que não deveremos restringir e limitar aquele direito para além do “mínimo” e “indispensável” à satisfação das necessidades sociais vitais; **(ii)** a segunda determina a necessidade de serem prestados os serviços mínimos indispensáveis que, em cada caso em concreto, satisfaçam as necessidades sociais impreteríveis. Ora, pensemos então: se o universo dos trabalhadores não grevistas numa determinada empresa ou estabelecimento se encontram em condições de assegurar a satisfação de necessidades sociais impreteríveis porquê impor aos trabalhadores grevistas, que se encontram a exercer um direito fundamental, o dever de prestar serviços mínimos? Mas voltemos a reforçar que tudo depende do caso em concreto. Desde logo, por exemplo, se estivermos perante atividades muito técnicas<sup>341</sup>, em que apenas um determinado número de trabalhadores grevistas consegue assegurar, então, nesse caso, e porque só assim se consegue garantir a satisfação das necessidades sociais impreteríveis, devem ser aqueles trabalhadores a prestar serviços mínimos.

---

<sup>341</sup> Quanto a este aspeto, desde já se refira que a designação dos trabalhadores que deverão cumprir os serviços mínimos a assegurar em caso de greve, precisamente quando está em causa a necessidade de assegurar a continuidade de atividades muito técnicas, assume-se como uma tarefa de extrema importância que o legislador atribuiu aos sindicatos: nos termos do **n.º 7 do art.º 538.º do CT**, “*Os representantes dos trabalhadores em greve devem designar os trabalhadores que ficam adstritos à prestação dos serviços mínimos definidos e informar do facto o empregador, até vinte e quatro horas antes do início do período de greve ou, se não o fizerem, deve o empregador proceder a essa designação.*”. Porém, **este “poder-dever” que é atribuído aos representantes dos trabalhadores tem, necessariamente, que ser sujeito ao princípio geral da boa-fé** (cfr. **art.º 522.º do CTT**), o que significa que, a nosso ver, devem ser consideradas ineficazes e de nenhum efeito as designações que ponham em causa a satisfação de serviços mínimos, podendo o empregador, nessa sequência proceder à designação dos trabalhadores e devendo os sindicatos ou as comissões de greves se responsabilizadas pelos danos que daí advenham. Desde logo, por exemplo, se o sindicato designa para a prestação de serviços mínimos trabalhadores que não têm habilitações técnicas para prestar aqueles serviços, tal designação deve ser considerada ineficaz.

Com efeito, e quanto a este ponto, concordamos com ROSÁRIO RAMALHO: atendendo a que é o empregador que conhece, melhor do que ninguém, a sua realidade empresarial e os trabalhadores que se poderão revelar-se mais adequados para a prestação de serviços mínimos, sempre deveria ser ele a entidade competente para proceder a tal designação. MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III, op. cit.*, pp. 504-505; JÚLIO MANUEL VIEIRA GOMES, *Existem – e em Caso Afirmativo Quais Serão Eles – Limites ao Poder Atribuído pelo Artigo 538.º, n.º 7, do Código do Trabalho de 2009 Aos Representantes dos Trabalhadores em Greve (Artigo 532.º) de Designar os Trabalhadores que Ficam Adstritos à Prestação dos Serviços Mínimos*, in *Novos Estudos de Direito do Trabalho*, Coimbra Editora, 1.ª edição, 2010, pp. 233 e ss.



## 15.2. Regime de Prestação de Serviços Mínimos

I. Resulta do **n.º 4 do art.º 537.º do CT** que os trabalhadores grevistas que desempenham serviços mínimos se mantêm, *“na estrita medida necessária a essa prestação, sob a autoridade e direção do empregador, tendo nomeadamente direito a retribuição.”*

Assim, e conforme resulta de forma expressa daquele preceito legal, os trabalhadores que prestem serviços mínimos, não obstante tenham aderido e estejam em greve, não vêm o seu contrato de trabalho suspenso nos mesmos moldes dos outros trabalhadores grevistas<sup>342</sup>, *i.e.*, aqueles trabalhadores **mantêm a sua situação laboral ajustada à prestação de serviços mínimos**, tendo, nomeadamente, direito ao salário correspondente ao trabalho efetuado e ficando sujeito à autoridade e ao poder de direção do empregador na estrita medida dos serviços mínimos<sup>343-344</sup>. No fundo, a posição daqueles trabalhadores é no que respeita à obrigação de prestação de serviços mínimos, igual à de todos os outros trabalhadores que se encontram a prestar a sua atividade laboral em condições de normalidade, tudo se passando, na teoria, como se o trabalhador adstrito à prestação de serviços mínimos não se encontrasse, efetivamente, em greve.

II. Porém, e não obstante, como se referiu, o **n.º 4 do art.º 537.º do CT** ser bastante claro quanto ao regime da prestação dos trabalhadores que se encontrem vinculados à prestação de serviços mínimos, algum setor da doutrina – JOSÉ JOÃO NUNES ABRANTES e ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES<sup>345</sup> – entende que a solução vertida naquele preceito legal é de duvidosa constitucionalidade face ao regime resultante do **art.º 57.º da CRP** termos em que, *de iure condendo*, defende que “Esses

---

<sup>342</sup> Cfr. **art.º 536.º do CT** - Os trabalhadores que aderiram à greve e que não estão obrigados à prestação de serviços mínimos vêm o seu contrato de trabalho suspenso, bem como, todos os direitos e deveres que não pressuponham a efetiva prestação de trabalho, máxime, o dever de subordinação jurídica.

<sup>343</sup> PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho, op cit.*, p. 1241.

<sup>344</sup> O facto de o legislador ter sublinhado o facto de que os trabalhadores se encontram sob a autoridade e direção do empregador, mas, somente, **“na estrita medida necessária a essa prestação”** significa, pois, que o trabalhador apenas está sujeito às ordens do empregador no que se refere à concreta atividade de serviço mínimo que leve a cabo. Caso o empregador dê ordens para o trabalhador realizar determinadas tarefas que não se inserem no âmbito dos serviços mínimos que houveram sido fixados, o trabalhador pode, legitimamente, recusar a sua prestação.

<sup>345</sup> ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, *Direito do Trabalho, op. cit.*, pp. 853-854.

*trabalhadores estão em greve, com o contrato suspenso; sem obrigação de prestar o trabalho contratualmente devido, eles acham-se à disposição do sindicato, e não da entidade patronal, à qual não é lícito nomeadamente o uso do poder disciplinar.*<sup>346-347</sup>”, tudo isto porquanto, de acordo com aqueles Autores, a obrigação de prestar serviços mínimos tem, nesse caso, natureza legal e não contratual<sup>348</sup>.

**III.** Quanto a nós, e acompanhando, neste domínio, ROSÁRIO PALMA RAMALHO<sup>349</sup>, ROMANO MARTINEZ e BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, cumpre referir que a solução transcrita pelo legislador nos parece a mais adequada à defesa dos interesses em jogo: afinal, e como bem refere ROMANO MARTINEZ, *“Seria dificilmente sustentável que na execução de serviços mínimos os trabalhadores não cumprissem ordens do empregador – circunscritas ao contexto desses serviços – e atuassem por sua conta ou sob ordens do sindicato que declarou a greve ou da comissão de greve. Nem o sindicato nem a comissão de greve têm poder de direção sobre os trabalhadores, mesmo durante a greve, e não têm competência, nomeadamente técnica, para determinar regras quanto ao modo de exercício de tarefas.*<sup>350-351</sup>”. Mais se refira, ainda na senda daquele Autor, que admitir que aqueles trabalhadores se encontravam na disposição do próprio sindicato ou da comissão de greve implicaria uma intromissão na vida empresarial excessiva e inadequada ao princípio da liberdade de iniciativa privada<sup>352</sup>.

Na verdade, atendendo à posição de conflito que existe durante uma greve, e tendo em conta que durante a realização da mesma, quer os sindicatos, quer os próprios trabalhadores muitas vezes se encontram “toldados” pela ânsia de fazer valer a sua posição contra as alegadas injustiças do empregador, cremos que a solução

---

<sup>346</sup> JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, op. cit., p. 108.

<sup>347</sup> A Lei da Greve - que se encontrava em vigor antes da entrada em vigor do **CT2003** - era omissa quanto a esta matéria, termos em que, já durante a vigência daquele diploma legal, quer ANTÓNIO MONTEIRO FERNANDES, quer JOSÉ JOÃO ABRANTES, adotavam aquela posição. Por sua vez, BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, MENEZES CORDEIRO e ROSÁRIO PALMA RAMALHO, na omissão da Lei da Greve, defendiam a solução hoje consagrada pelo **CT**, i.e., a não suspensão do contrato de trabalho.

<sup>348</sup> JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direito de Greve e Serviços Essenciais*, in *Questões Laborais*, Ano II, n.º 6, 1995, Coimbra Editora, p. 137.

<sup>349</sup> MARIA DO ROSÁRIO RAMALHO, *Lei da Greve Anotada*, op. cit., p. 67; MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III*, op cit., pp. 505-506.

<sup>350</sup> Sublinhado nosso.

<sup>351</sup> PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho*, op cit, pp. 1241-1242.

<sup>352</sup> *Idem*, op. cit., p. 1242.

consagrada no **n.º 4 do art.º 537.º do CT** é aquela que melhor defende os interesses em jogo.

## CONCLUSÕES

I. Um dos grandes desafios que se coloca – e que sempre se colocou - ao Direito do Trabalho é encontrar a fórmula que permita compatibilizar e encontrar o equilíbrio entre a eficácia empresarial e a competitividade das empresas com a tutela dos direitos individuais e coletivos dos trabalhadores – esta seria a realidade laboral idealmente perfeita.

Nesta senda, não restam dúvidas que a greve tem um papel determinante na harmonização e concordância prática daqueles interesses: a greve, enquanto principal conflito coletivo de trabalho, contribui, sem sombra de dúvidas, para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos cidadãos, bem como, para o desenvolvimento das empresas e para atingir a paz social.

II. Porém, e se nos dias de hoje não restam quaisquer dúvidas de que a greve, como principal conflito coletivo de trabalho, assume um papel determinante para a evolução do Direito do Trabalho, a verdade é que nem sempre assim foi.

Desde logo, e seguindo como exemplo o panorama na ordem jurídica portuguesa – mas refira-se que no âmbito do Direito Comparado tal também foi sucedendo -, cumpre referir que até 1976 a ordem jurídica portuguesa repudiava a greve e todos os efeitos que dela adviessem.

Apenas com o derrube da ditadura em 25 de abril de 1974 e com a entrada em vigor do **Decreto-Lei n.º 392/74**, a denominada “**Primeira Lei da Greve**”, se passou a reconhecer expressamente o direito à greve a nível ordinário. Sendo que, e a nível constitucional, apenas em 1976, com a aprovação da **CRP**, se veio acolher entre os seus direitos fundamentais o direito à greve (cfr. atual **art.º 57.º da CRP**), resultando expressamente do **n.º 1** daquele preceito constitucional que é garantido o direito à greve competindo aos “(...) trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito.”<sup>353</sup> (**n.º 2**).

---

<sup>353</sup> Sublinhado nosso.

**III.** Atualmente, e não obstante o direito à greve ser genericamente reconhecido como um direito dos trabalhadores – e isto, pelo menos, no mundo ocidental -, o nível da sua regulação difere bastante entre cada ordenamento jurídico.

Em Portugal, o legislador optou, não só por reconhecer o direito à greve a nível constitucional como, também, em regulamentar o seu exercício a nível ordinário, a qual nos parece a solução mais acertada sob o prisma de evitar conflitos e conferir um maior nível de segurança e estabilidade às partes aquando do exercício daquele direito.

Todavia, mesmo aqueles ordenamentos jurídicos que não regulam expressamente o direito à greve acabam por o reconhecer como um direito dos trabalhadores, assumindo, nestes casos, tanto a jurisprudência, como a doutrina, um papel fulcral para a sua evolução e desenvolvimento.

**IV.** Não obstante o papel de relevo que o nosso ordenamento jurídico atribui ao direito à greve – o qual é, inclusive, considerado como um direito, liberdade e garantia -, não nos poderemos esquecer que este direito – tal como todos os outros – não é um direito absoluto, razão pela qual é sempre necessário compatibilizá-lo com o exercício de outros direitos, interesses e bens constitucionalmente tutelados. Nesta medida, o **n.º 3 do art.º 57.º da CRP** prevê, remetendo para a lei os critérios e processos da sua definição, que *“(…) durante a greve, [devem ser prestados os] serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis.”*

Neste conspecto, e em obediência àquele comando constitucional, do **art.º 537.º do CT** resulta que quando é declarada uma greve numa empresa ou estabelecimento que prossegue interesses sociais vitais, urgentes e inadiáveis para a vida e organização da comunidade – veja-se, a título de exemplo, os setores previstos no **n.º 2 do art.º 537.º do CT** -, deve ser assegurada a prestação de serviços mínimos indispensáveis à satisfação daquelas necessidades (**n.º 1 do art.º 537.º do CT**). Sendo que, e sempre que se verifica a necessidade de proceder à definição daqueles serviços mínimos, deve ser seguido o procedimento fixado no **art.º 538.º do CT**

**V.** Porém, a verdade é que o legislador ordinário se rodeou de conceitos indeterminados – “necessidades sociais impreteríveis” e “serviços mínimos” – o que,

em muito, dificulta a tarefa do intérprete-aplicador nesta matéria. Contudo, consideramos que uma definição concreta por parte do legislador do que deva ser considerado “necessidades sociais impreteríveis” e do seja “serviços mínimos” a prestar durante a greve, para além de não se revelar no plano prático exequível porquanto cada greve encerra em si mesma múltiplas particularidades, seria de duvidosa constitucionalidade face ao **art.º 57.º da CRP**.

Nesta medida, do **CT** apenas deverão constar critérios e princípios gerais que possam auxiliar e nortear o intérprete-aplicador na definição, em concreto, dos serviços mínimos a prestar, devendo este, num primeiro momento lógico identificar o que são as denominadas “necessidades sociais impreteríveis” para, posteriormente, definir a concreta medida da prestação de serviços mínimos indispensáveis com vista á satisfação daquelas necessidades.

**VI.** Deste modo, e recorrendo a critérios gerais, é possível identificar as “necessidades sociais impreteríveis” como aquelas que correspondem a um “interesse social vital”, ou seja, a “um interesse essencial para a vida e organização da comunidade social”, sendo que as mesmas, atento o seu carácter social, não podem ser satisfeitas, por meios próprios e em termos de razoável onerosidade, pela comunidade afetada pela greve. Por outro lado, incumbe sempre ao intérprete-aplicador aferir se, atenta a natureza dos valores em causa, os mesmos suportam a suspensão da sua satisfação durante o período em que ocorrer a realização da greve ou se, ao invés, estamos perante necessidades que sejam urgentes e em que o seu cumprimento se revele irrepetível, caso em que devem ser assegurados serviços mínimos.

Como forma de elucidar e auxiliar o intérprete-aplicador fornecendo-lhe ferramentas que lhe permitam, em cada caso concreto, preencher o conceito indeterminado de “necessidades sociais impreteríveis” o legislador procedeu, no **n.º 2 do art.º 537.º do CT**, a um elenco exemplificativo de setores que se devem considerar como preenchendo aquele conceito (e.g., serviços médicos, hospitalares e medicamentosos (**alínea b)**, do **n.º 2**) e abastecimento de águas (**alínea e)**, do **n.º 2**).

Contudo, sempre importa sublinhar que o elenco de setores constantes do **n.º 2 do art.º 537.º do CT** nunca poderá exonerar o intérprete-aplicador da obrigação de proceder a uma análise casuística da greve em questão e de toda a factualidade relevante de tempo, modo e lugar que a envolva pois, só assim, poderá concluir pela existência de uma “necessidade social impreterível. Neste conspecto, uma greve que ocorra fora daqueles setores pode, ainda assim, ser considerada como uma necessidade social impreterível, tal como, e ainda que se verifique uma greve num dos setores enunciados naquele preceito legal, tal não é condição suficiente para que se conclua, automaticamente, que estamos perante uma “necessidade social impreterível”.

**VII.** Verificando-se, então, que estamos perante uma necessidade social impreterível, incumbe ao intérprete-aplicador, num segundo momento, determinar a medida da obrigação de serviços mínimos a prestar por parte dos trabalhadores.

Desde já se refira, porém, que não é possível determinar, à priori e em termos suficientemente densos, a medida dos serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação das necessidades sociais impreteríveis porquanto os serviços mínimos a determinar terão sempre como pressuposto básico as necessidades que houver a satisfazer naquele caso em concreto, bem como, das próprias especificidades daquele greve, que como sejam, por exemplo, a duração da greve, o grau de adesão dos trabalhadores e o número de empresas ou estabelecimentos afetados.

Todavia, e à semelhança do que sucede com a determinação do que sejam “necessidades sociais impreteríveis”, também neste domínio existem princípios gerais que devem ser tidos em conta, *in casu*, importa acorrer aos princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade (**n.º 5 do art.º 538.º do CT**), os quais permitem formular o enunciado geral de que os serviços mínimos serão, em cada caso concreto, todos aqueles que se revelem necessários e adequados a assegurar e a satisfazer os bens, interesses e necessidades dos utentes e dos cidadãos em geral, por forma a que as suas necessidades não deixem de ser satisfeitas.

A obrigação de serviços mínimos deve ainda ter, sempre, como medida a sua “indispensabilidade” quer para aferir, num primeiro momento, a necessidade da sua prestação pelos trabalhadores, quer para, num momento posterior, fixar o seu *quantum*. No fundo, tudo passa por saber se as necessidades sociais impreteríveis podem ser satisfeitas por outros meios alternativos ou sucedâneos que não a prestação de serviços mínimos pois, se puderem, nesse caso não deverão aqueles serviços ser considerados como indispensáveis.

Importa ainda referir que existem casos em que a prestação daqueles serviços, atento o carácter fortemente inadiável e impreterível das necessidades sociais em causa, implicará a integral continuidade da mesma.

**VIII.** Resulta do **n.º 4 do art.º 537.º do CT** que os trabalhadores grevistas que desempenham serviços mínimos se mantêm, *“na estrita medida necessária a essa prestação, sob a autoridade e direção do empregador, tendo nomeadamente direito a retribuição.”*.

Assim, e conforme resulta de forma expressa daquele preceito legal, os trabalhadores que prestem serviços mínimos, não obstante tenham aderido e estejam em greve, não vêm o seu contrato de trabalho suspenso nos mesmos moldes dos outros trabalhadores grevistas, *i.e.*, aqueles trabalhadores mantêm a sua situação laboral ajustada à prestação de serviços mínimos, tendo, nomeadamente, direito ao salário correspondente ao trabalho efetuado e ficando sujeito à autoridade e ao poder de direção do empregador na estrita medida dos serviços mínimos. No fundo, a posição daqueles trabalhadores é no que respeita à obrigação de prestação de serviços mínimos, igual à de todos os outros trabalhadores que se encontram a prestar a sua atividade laboral em condições de normalidade, tudo se passando, na teoria, como se o trabalhador adstrito à prestação de serviços mínimos não se encontrasse, efetivamente, em greve.



## BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, JOSÉ JOÃO NUNES, *O Direito do Trabalho e a Constituição*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1990;

- *Direito do Trabalho II (Direito da Greve)*, Almedina, 2012;

- *A Greve no Novo Código do Trabalho*, in *A Reforma do Código do Trabalho*, Centro de Estudos Judiciários – Inspeção-Geral do Trabalho, Coimbra Editora, 2004;

- *O Novo Processo de Definição dos Serviços Mínimos em Caso de Greve*, in *Separata da Revista do Ministério Público*, n.º 53, Lisboa, 1993;

- *Greve, Serviços Mínimos e Requisição Civil*, Coleção Vega Universidade, 1992;

- *Direito de Greve e Serviços Essenciais*, in *Questões Laborais*, Ano II, n.º 6, 1995, Coimbra Editora;

ALEXANDRINO, JOSÉ MELO, *Direitos Fundamentais – Introdução Geral*, Principia Editora, 2011;

AMADO, JOÃO LEAL, *Os Limites do Direito à Greve e os Serviços Mínimos*, in *Boletim de Ciências Económicas*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014;

ANAVIO, ANTÓNIO LUÍS VIEIRA DA LUZ, *As Principais Alterações Legislativas ao Regime Jurídico da Greve Introduzidas pelo Código do Trabalho*, Relatório Final da Parte Escolar de Mestrado Apresentado na Disciplina de Direito do Trabalho, FDL, 2004;

BALLESTRERO, MARIA VITTORIA / ALIPRANTIS, NIKITAS / SUPIOT, ALAIN / RAY, JEAN-ENMANUEL / STROOBANT, MAXIME (e outros), *Informe Italiano*, in *La Huelga Hoy en el Derecho Social Comparado*, J.M. Bosh Editor, 2005;

BARRETO, JOSÉ, *Uma Greve Fabril em 1849*, in *Análise Social*, Volume XVII (67-68), 1981-3.º-4.º;

BENTES, NUNO MIGUEL VARELA, *Os Serviços Mínimos em Caso de Greve*, Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito das Empresas – Especialização em Direito do Trabalho, ISCTE IUL – Instituto Universitário de Lisboa, Junho, 2010;

CANOTILHO/ J.J GOMES, MOREIRA/VITAL, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Volume I, Coimbra Editora, 4.ª edição, 2007;

CAUPERS, JOÃO/MAGALHÃES, PEDRO, *Relações Coletivas de Trabalho*, Empresa Literária Fluminense, 1978;

CAUPERS, JOÃO, *Os Direitos Fundamentais dos Trabalhadores e a Constituição*, Almedina, 1985;

CERBO, FERNANDO DI, *Lo Sciopero in Italia*, in *Inchieste Di Diritto Comparato*, Giuffré Editore, 1987;

CORAZZA, ANA CLÁUDIA VATRI, *Evolução Histórica do Direito da Greve*, ETIC – Encontro de Iniciação Científica, Volume 9, n.º 9, 2013. Disponível para consulta em <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/view/3203/2952>

CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, *Manual de Direito do Trabalho*, Livraria Almedina, Coimbra, 1997;

EVANGELISTA, LARA MONYQUE BARBOZA DOS SANTOS EVELYN CARINE VILAS BÔAS, *A Greve: Características e Implicações no Mundo Jurídico e Social Brasileiro*, UNIFACS – Universidade de Salvador, Salvador, 2012. Disponível em <http://www.revisbtas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/3063/2213>

FERNANDES, ANTÔNIO MONTEIRO, *Direito do Trabalho*, 17.<sup>a</sup> edição, Almedina, 2014;

- *A Lei e as Greves – Comentários a dezasseis artigos do Código do Trabalho*, Almedina, 2013;

- *Direito da Greve – Notas e Comentários à Lei n.º 65/77, de 26 de agosto*, Almedina, 1982;

FERNANDES, FRANCISCO LIBERAL, *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, Coimbra Editora, 2010;

- *O Direito de Greve nos Ordenamentos Francês, Alemão e Italiano*, in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Eduardo Correia II, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Número Especial, Coimbra, 1984;

FREIRE, CARLOS COELHO DE MIRANDA, PAIVA, MARCELLO WANDERLEY MAIA, ROCHA, PAULO ROBERTO VIEIRA, *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 13.<sup>a</sup> Região*, volume 19, n.º 1, 2012;

GOMES, JÚLIO MANUEL VIEIRA, *Existem – e em Caso Afirmativo Quais Serão Eles – Limites ao Poder Atribuído pelo Artigo 538.º, n.º 7, do Código do Trabalho de 2009 Aos Representantes dos Trabalhadores em Greve (Artigo 532.º) de Designar os*

*Trabalhadores que Ficam Adstritos à Prestação dos Serviços Mínimos*, in *Novos Estudos de Direito do Trabalho*, Coimbra Editora, 1.<sup>a</sup> edição, 2010;

HANAU, H.C. PETER, *Ejercicio del Derecho de Huelga: El Caso Alemán*, in *El Derecho de Huelga – Seminario Hispano-Alemán en honor de los Profesores Manuel Alonso Olea y Franz Gamillscheg*, Revista de la Facultad de Derecho Universidad Complutense, 1993;

HENRIQUES, JOANA COSTA, *A Fixação de Serviços Mínimos: As Arbitragens no Âmbito do CES sobre o Setor dos Transportes*, in *Estudos de Direito do Trabalho*, Coimbra Editora – grupo Wolters Kluwer, 2011;

LANCEIRO, RUI TAVARES, *A Renúncia ao Direito à Greve*, Relatório de mestrado para a cadeira de Direitos Fundamentais apresentado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, FDL, 2007;

LEITE, JORGE, *Direito da Greve – Das lições ao 3.º ano da FDUC*, Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra – Serviço de Textos, Coimbra, 1994;

LOPES, MARIA JOÃO CARVALHO, *Algumas Considerações em Torno da Requisição Civil*, Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Católica Portuguesa para obtenção de grau de mestre em Direito (área de especialização em Direito do Trabalho), Porto, Junho de 2015;

MANGLANO, CARLOS MOLERO / VALDÉS, JOSÉ MANUEL SÁNCHEZ-CERVERA / ÁLVAREZ, M<sup>a</sup> JOSÉ LÓPEZ / DÍAZ-CANEJA. ANA MATORRAS, *Manual De Derecho Del Trabajo*, 10.<sup>a</sup> Edição, Thomson Reuters;

MARQUES, ALCINA SILVA, *Os Serviços Mínimos na Jurisprudência dos Tribunais Arbitrais*, in *Questões Laborais*, Ano XVIIU – n.º 34, 2009, Coimbra Editora;

MARTINEZ, PEDRO ROMANO, *Direito do Trabalho*, Almedina, 2015;

- *A Constituição de 1976 e o Direito do Trabalho*, in *Nos 25 Anos da Constituição da República Portuguesa de 1976 – Evolução Constitucional e Perspetivas Futuras*, AAFDL, 2001;

MARTINEZ, PEDRO ROMANO/ MONTEIRO, LUÍS MIGUEL/ VASCONCELOS, JOANA/ BRITO, PEDRO MADEIRA DE/ DRAY, GUILHERME / SILVA, LUÍS GONÇALVES DA, *Código do Trabalho Anotado*, Almedina, 9.ª edição, 2013;

MARTINS, PAULO JORGE DE OLIVEIRA, *O Direito à Greve: O Âmbito e os Limites da Greve, o Aviso Prévio de Greve e a Determinação dos Serviços Mínimos*, Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Direito das Empresas com especialização em Direito do Trabalho, ISCTE IUL – Instituto Universitário de Lisboa, 2014;

MATTOSO, JOSÉ, *História de Portugal – O Liberalismo*, Volume X, Circulo de Leitores, 2008;

MIRANDA, JORGE, *A Constituição de 1976 – Formação, Estrutura, Princípios Fundamentais*, Livraria Petrony, Lisboa, 1978;

MIRANDA, JORGE/ MEDEIROS, RUI, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, 2.ª edição, Coimbra Editora, 2010;

MOREIRA, PORFÍRIO, *A Inadequação do Princípio da Proporcionalidade ao Direito à Greve. Algumas Notas da Perspetiva do Direito Português*, in *O Direito*, Ano 146.º, 2014, I, Almedina;

NOVAIS, JORGE REIS, *As Restrições aos Direitos Fundamentais Não Expressamente Autorizadas pela Constituição*, Coimbra Editora, 2008;

OLIVARES, ALFREDO RAMOS PÉREZ, *Aproximación Histórica al Tratamiento de la Huelga en la España Preconstitucional*, in *Saberes*, Revista de estudios jurídicos, económicos y sociales, Volume IV, 2009;

OLIVEIRA, OLGA MARIA BOSCHI AGUIAR DE, *A Universalidade do Princípio da Liberdade Sindical*, in *Seqüência*, Volume 18, n.º 34, 1997. Disponível para consulta em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15659>

PERA, GIUSEPPE, *Diritto del Lavoro*, CEDAM, 6.ª edição, 2000;

PEREIRA, ANDRÉ GONÇALVES / QUADROS, FAUSTO DE. *Manual de Direito Internacional Público*, Almedina, 3.ª edição;

PÉREZ, JOSÉ LUIS MONERO, *Derecho de Huelga y Conflictos Colectivos – Estudio Crítico de la Doctrina Jurídica*, Editorial Comares, Granada, 2002;

PÉREZ, JOSÉ LUIS MONEREO / NAVARRETE, CRISTÓBAL MOLINA / VIDA, MARÍA NEVES MORENO, *Manual de Derecho del Trabajo*, Granada, 11.ª edição, 2013;

PINTO, MÁRIO, *O Direito perante a greve*, in *Análise Social*, Volume IV, n.º 13, 1966;

PRATAS, SÉRGIO, *A Greve e a Definição de Serviços Mínimos*, in *Revista da Administração Local*, n.º 255, maio-junho, 2013;

PROENÇA, CARLOS, *Greve e Lock-Out – Princípios Comunitários e Direito Português*, Lisboa, 2002;

RAMALHO, MARIA DO ROSÁRIO PALMA, *Tratado de Direito do Trabalho – Parte III*, Almedina, 2.ª edição, 2015;

- *Da autonomia dogmática do Direito do Trabalho*, Coleção Teses, Almedina, Coimbra, 2000;

- *Lei da Greve Anotada*, Lex, Lisboa, 1994;

RAMOS, ANA LUÍSA MEURER, *A Greve no Setor Público: O Caso dos Magistrados*, Dissertação de Mestrado, na área de especialização em Ciências Jurídico-Empresariais, com menção em Direito Laboral, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Outubro de 2014, Universidade de Coimbra;

RIBEIRO, ROSALINA G. AFONSO, *Evolução Histórica e Noção de Greve*, Curso de Aperfeiçoamento ao Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas (Relatório), Professor Doutor Pedro Romano Martinez, FDL;

ROBERTO, FERNÁNDEZ, *Los Servicios Esenciales como Límites al Derecho de Huelga (apuntes sobre las soluciones ofrecidas por los ordenamientos Británico y Español*, Universidad de León, 2006;

SILVA, FERNANDO EMYGDIO DA, *As greves*, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913;

Stewart, Arabella/ Bell, Mark, The Institute of Employment Rights, *A study of national law in six EU states*, pp. 98-98. Disponível em <http://www.ier.org.uk/system/files/The+Right+to+Strike+A+Comparative+Perspective.pdf>

TENGARINHA, JOSÉ, *As Greves em Portugal: Uma Perspetiva Histórica do Século XVIII a 1920*, in *Análise Social*, Volume XVII (67-68), 1981 – 3.º - 4.º;

TEYSSIÉ, BERNARD, *Droit du Travail – Relations Collectives*, Litec, 6.ª edição, 2006;

VARGAS, JOÃO TRISTAN, *Qual é o liberalismo da Lei Chapelier? Seu significado para os contemporâneos e para a historiografia francesa dos séculos XIX e XX*, in *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, n.º 5, janeiro-junho de 2011;

VAZ, MANUEL AFONSO, *Lei e Reserva de Lei – A Causa da Lei na Constituição Portuguesa de 1976*, Dissertação de Doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Porto, 1996;

VEIGA, ANTÓNIO JORGE MOTTA, *Lições de Direito do Trabalho*, Universidade Lusíada, 8.ª edição, 2000;

VICENTE, SOFIA INÊS FIDALGO, *A Greve e a Prestação de Serviços Mínimos: Estudo dos Casos dos Correios e Telecomunicações, Serviços Médicos, Hospitalares e Medicamentosos e o Metropolitano de Lisboa, EPE*, Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito das Empresas, ISCTE IUL – Instituto Universitário de Lisboa, 2015;

XAVIER, BERNARDO DA GAMA LOBO, *Direito da Greve*, Verbo, 1984;



- *Manual de Direito do Trabalho*, Verbo, 2014;
- *A Greve no Direito da Europa Ocidental*, in *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, Ano XXXVIII (XI da 2.<sup>a</sup> Série) – n.ºs 1-2-3-4, janeiro-dezembro, 1996;